



(Texto com revisão.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom dia a cada uma e a cada um. Agradeço muito a presença de todos os que aqui estão e aos que estão nos assistindo também pela TV Senado, pelo sistema de Internet, que transmite este debate.

Declaro aberto este Seminário sobre Sistema Nacional de Conhecimento de Inovação, com a pergunta se é uma boa alternativa o Plano Nacional de Educação.

Esse documento foi elaborado por uma equipe de personalidades dedicadas, que eu, inclusive, chamo para fazerem parte da Mesa: Professor Marcos Formiga; Professor Célio Cunha, que está viajando, não pôde vir, está na Espanha; Walter Garcia; Marcondes Araújo; Professor Neantro Saavedra, que é professor titular de uma universidade japonesa; Professor Fernando Seabra, que foi reitor da Universidade de Coimbra e que não está no Brasil, terminou seu tempo aqui; o Professor Valmireh Chacon, que não está, viajou também; o Professor Heitor Gurgulino, que foi Reitor da Universidade de São Carlos e, por dez anos, Reitor da Universidade das Nações Unidas, em Tóquio; o Professor Emérito Joanílio Teixeira e o assessor do Senado, Waldery Rodrigues Júnior, que estará em outra mesa.

Estou aqui só para abrir a reunião. Inclusive vou ficar debatendo com vocês para que haja um distanciamento maior daquilo que eu coordenei naquele grupo. Quero, de qualquer maneira, informar, que esta audiência está sendo transmitida na íntegra pela TV Senado e pelo Portal da TV Senado no endereço www.senado.leg.br/tv, canal 02. E ainda temos a cobertura da Agência Senado, *Jornal do Senado*, Rádio Senado e do Instituto Legislativo Brasileiro.

Perguntas e sugestões serão muito bem-vindas e podem ser enviadas para o e-mail: scomce@senado.gov.br.

Creio que, com isso, podemos começar, passando a coordenação para o Prof. Walter Garcia.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Bom dia a todos e a todas! Toca-me essa função ingrata, certamente, de controlar o tempo de cinco minutos para cada colega que falará. Tentarei fazê-lo da melhor maneira possível, sabendo que o tempo é curto para discutir tantas coisas levantadas por esse documento, no qual trabalhamos durante vários meses. A partir daí, depois, creio que sobrar um tempo para que possamos estabelecer uma interlocução com todos os que se dispuserem a ficar até o final da reunião.

Iniciando, apresento-me. Sou Walter Garcia, sou educador. Dirigi durante muitos anos a coordenação de educação do CNPq e sou originário da PUC de São Paulo das décadas passadas. Atualmente, sou Diretor do Instituto Paulo Freire, cuja sede é em São Paulo, mas continuo morando em Brasília.



Para iniciar as atividades programadas, vou seguir a ordem que estabelecemos aqui. Passamos a palavra ao Waldery Rodrigues Junior, do Ipea e do Senado Federal, que participou, conosco, da jornada.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Bom dia a todos! É uma satisfação estar neste evento, que certamente é um marco histórico aqui no Senado Federal, em particular na Comissão de Educação, porque estamos falando de um tema de primeiríssima grandeza, a discussão sobre o Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, com uma possível proposta, uma alternativa ao PNE 2, ao Plano Nacional de Educação na sua segunda versão. É um plano decenal, requerido pela Constituição Federal. É um plano que tem completa abrangência e impacto, considerado sob todos os aspectos da sociedade brasileira, inclusive aspectos socioeconômicos.

Nós sabemos que, recentemente, o PNE, da maneira como foi aprovado na Câmara dos Deputados e chegou ao Senado Federal, ele traz, na sua Meta 20, uma necessidade de aplicação de investimentos da ordem de 10% do PIB. Isso é muita coisa. É um valor extremamente elevado e que precisa ser discutido.

Para os senhores terem uma noção do que estamos falando o nosso PIB hoje, o PIB brasileiro, é da ordem de R\$4,5 trilhões. Então, falarmos de 10% do PIB é um valor considerável.

O Brasil já gasta em educação, hoje, 5,7% do PIB. Então, para atingir o valor de 10% nós teríamos que ter 4,3% a mais do PIB, o que dá, em valores nominais, algo como 214 bilhões.

É um *gap*, é uma diferença considerável. E, decerto, num momento de restrição fiscal, num momento em que a gente não tem tanto espaço para novos investimentos em educação, por mais meritório que seja, é importante que essa discussão seja feita, e não só a quantidade, mas a qualidade do investimento. Então essa proposta do Senador Cristovam Buarque, que não é recente... Na realidade, ontem nós tivemos a felicidade de ir a um evento onde ele foi aclamado – essa foi a expressão usada – como Professor Emérito da UnB. E esse tema já remonta de longa data, essa preocupação com o futuro, o olhar à frente, com conhecimento e com investimento em educação de base e inovação. É um ponto importante.

Então o SNCI traz esse ponto.

Eu gostaria de, em três, quatro minutos, se o Walter me permitir, colocar... Por favor, o índice já traz o esqueleto, esses são os nomes...

Poderia voltar, por favor?

Essa é a abertura. Está na página 3 do documento que os senhores têm em mãos.

Quem está nos assistindo pode acessar isso; está no www.cristovam.org.br. Está também disponível aqui, com o Senado Federal, um contato, por intermédio do Senador Cristovam Buarque. Isso pode ser repassado



também, o documento completo. Esses são os nomes aos quais esse trabalho se vinculou.

Por favor, o seguinte.

E o sumário traz o esqueleto, a ideia básica. Então, ele tem cinco partes.

A parte um é a revolução na educação básica, com a fragilidade que implica termos uma educação básica que não atende à altura de um País que hoje é a sexta economia, mas que pretende voos muito mais altos.

Um pouco do histórico, a Conferência, o PNE 2, a ideia de uma revolução educacional brasileira, os instrumentos dessa revolução, o que é necessário, custos envolvidos. Nós fizemos um cálculo extensivo, no gabinete, sob a orientação e diretrizes do Senador, e temos um valor da ordem de 6,4% do PIB para revolucionar completamente a educação brasileira.

A ideia seria, grosso modo, de, em 20 anos, trazer para o Brasil um perfil similar à média da Coreia do Sul, Finlândia e Austrália. É possível e não tem esse valor impeditivo.

Por favor.

O item 2 do documento trata da Fundação do novo sistema. Então, não só educação básica, mas aí a gente já parte para a universidade: a história e a missão de uma nova universidade brasileira, o conceito de empregabilidade, o que seria uma universidade do futuro, as diversas categorias, a ênfase em Ciências, Engenharia e Matemática.

Por favor.

A multidisciplinaridade é algo também que já remonta desde a criação de departamentos – o Senador Cristovam gosta de usar esta expressão – multifacetados em realidade de três dimensões. Isso vai ser falado mais adiante aqui, essa universidade tridimensional. Há a questão mais recente de uso de redes e de tecnologia da informação.

Por favor.

O item 3 já se prende a institutos de pesquisa. O Prof. Gurgulino, professor da primeira turma do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), vai, certamente, nos colocar essa visão de passado e mais ainda uma visão de futuro.

O item 4 é sobre as bases na cooperação criativa.

O item 5 é sobre o fortalecimento do entorno. Não basta simplesmente um elemento da educação básica da universidade e dos institutos, mas todo o entorno possível, porque aqui se tem a visão humanista, a formação do ser humano como um completo.

E sobre custos, em um minuto eu consigo falar o que está envolvido.

Por favor.

Naquele documento tem um PDF. Nesse PDF está detalhado, na página, se não me engano, na página 23. São os curtos envolvidos numa revolução da educação básica.



Se puder ir um pouquinho mais abaixo, só para vermos o número final... Aí, na página 23. Por favor, um pouquinho. (*Pausa.*) Isso. E aí, lá no finalzinho desse Quadro I, tem o valor 6,4%. A última linha. O percentual do PIB. Esse sonho tem um preço, e é um preço que cabe no nosso orçamento, intertemporal. Ao longo do tempo, é possível ser feito, pois 6,4% transforma radicalmente e para sempre, não é uma transformação do tipo temporária, mas permanente, como percentual do PIB.

Se me permitir, esse é o custo da Etapa 1 do que está em nosso documento. E o custo total está na página 42. Vamos logo a ela, por favor. Página 42. (*Pausa.*) No nosso documento, tem uma tabelinha, é o Quadro 4, por favor. Eu acho que mais à frente. (*Pausa.*) Um pouquinho mais à frente. Esse é o Quadro 3. Próximo quadro. (*Pausa.*) Ótimo. Esse quadro apresenta 8,52%, esse não é um número mágico, ao contrário, é um número obtido por uma avaliação cartesiana.

O que é preciso ser feito em cada uma das etapas? São cinco etapas. Elas estão aí listadas, desde a revolução da educação básica, a fundação do Novo Sistema Universitário Brasileiro (NUB), a ampliação dos institutos de pesquisa e base para cooperação e fortalecimento. Somam 8,52% do PIB. E isso, ao longo de 20 anos e após reduzir o investimento.

Apenas lembro aos senhores, para fechar a minha fala – certamente farei comentários ao longo da apresentação, ao longo do evento –, que esse número seria uma largada, uma necessidade para o Brasil nas próximas duas décadas. Em seguida, poderíamos até retrair e aplicar parte desses recursos em outros setores que também são fundamentais para a cidadania brasileira. Para termos um cidadão pleno temos também que cuidar de saúde e de outros temas. Mas são 8,52%. E a colocação do decimal não é à toa, é para dizer que esse número tem uma representatividade e tem um cálculo que o embasa e é de onde ele vem.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Waldery, muito obrigado. Eu acho que você levantou questões que podemos seguir debatendo depois.

Em seguida, o Prof. Marcos Formiga, aqui à minha esquerda, Professor da Universidade de Brasília e Coordenador Geral da Área Internacional do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Cinco minutos, Formiga.

O SR. MARCOS FORMIGA – Obrigado, Coordenador, colega Walter Garcia.

Eu queria cumprimentar os membros da Mesa na pessoa do nosso mais sênior colega e Reitor da Universidade das Nações Unidas, Professor Heitor Gurgulino, e, na plateia, saudar, em especial, o condutor desta ideia, que é o Professor, educador e Senador Cristovam Buarque.

Coube a mim, neste rápido introito, depois da visão holística do documento, tão bem elaborada pelo colega Waldery, pensar um pouco mais em



conhecimento. O Senador, na sua vida profissional e de educador, tem se consagrado como um homem da educação. Em boa hora, ele verificou que essa causa é nobre, permanece, mas é insuficiente. Ele agora agrega ao seu discurso político e profissional a preocupação maior com o conhecimento. Isso porque, na concepção moderna de conhecimento, educação é um dos pilares dessa ideia mais geral.

Eu lembraria que, no momento, os países que estão conscientes da necessidade de avançar, de se tornarem líderes mundiais... E os exemplos mais bem-sucedidos vêm exatamente, agora, da Ásia, como a China, a Índia e a Coreia. Não é mais o modelo ocidental europeu ou americano que nos guia. Ele foi substituído. Está sendo substituído, com muito sucesso, por uma outra preocupação que vai muito além da tradição ocidental. E os orientais, ninguém mais do que eles, estão valorizando o conhecimento.

Eu lembraria aqui, apenas para ilustrar, que este grupo de trabalho liderado pelo Senador Cristovam Buarque e de que tivemos a honra de participar... E eu gostaria de não esquecer o grande nome do ausente Prof. Armando Mendes, a quem, em boa hora, o Senador dedica esta publicação, que faleceu ao longo deste período de trabalho coletivo.

Então, voltando ao conhecimento. Estive recentemente na Coreia e visitei o Ministério da Economia do Conhecimento. Vejam bem, educação foi prioridade, e eles fizeram o dever de casa. Investiram, durante mais de 30 anos, valores e programas que independem ou independeram de governos, sejam eles militares – eram ditatoriais por algum tempo –, com tendências as mais diversas, mas eles tinham o compromisso de governo, de nação com a educação. Isso foi superado. Agora, o desafio é com conhecimento. Então, esse ministério exemplifica, exatamente, qual é o lema agora da Coreia, como uma nação que disputa conosco o papel de uma das maiores economias industriais do mundo.

Só para vocês terem uma ideia, somos a sexta economia do mundo. A nossa indústria descolou um pouco, está em décimo lugar, e a Coreia está no nosso pé literalmente: é a décima primeira. Não há muita dúvida, entre a indústria tradicional brasileira e a indústria moderníssima e tecnologicamente avançada da Coreia, de quem vai ganhar essa guerra.

Então, é por isso que o conhecimento na Coreia hoje é o grande desafio da continuidade da afirmação daquele país como potência, com a valorização do próprio conhecimento.

Um outro exemplo que também inspirou o Senador: a comissão do conhecimento da Índia. Não se esqueçam: a China será, em cinco ou dez anos, a maior economia do mundo, mas, nos próximos quarenta, com certeza, será ultrapassada pela Índia. E é exatamente para esse preparo com conhecimento que a Índia alertou acerca de dez anos, início desta década, e criou uma comissão do conhecimento junto ao Primeiro-Ministro.



O Primeiro-Ministro é assessorado por um empresário que tem bastante domínio de ciência e tecnologia e ele tem *status* equivalente a qualquer ministro. Ele não se subjugava a nenhum ministro; ele despacha diretamente com o Primeiro-Ministro.

É por preocupações dessa natureza que a gente gostaria que esse documento fosse um ponto de partida, um ponto de partida para o Brasil, que se preocupou, ao longo da sua história, muito fragilmente com educação, e agora a gente tem o desafio de não só alfabetizar as crianças, do ponto de vista tradicional – numeração e letramento –, mas um outro desafio maior do que este tradicional, que é alfabetizá-los digitalmente.

Então, a explosão do conhecimento – concluindo, Prof. Walter... A necessidade desses dois tipos de alfabetização nos leva a um conhecimento em que os pilares cultura, educação, ciência, tecnologia, informação e inovação fazem exatamente o novo desafio.

E, por isso, o Prof. Cristovam, além de trabalhar com conhecimento, acrescentou a palavra inovação. Porque, entre todos esses pilares, hoje, depois de passarmos pela era da aprendizagem, pela era da informação e estarmos vivendo a era do conhecimento, a próxima será a era da inovação.

Então, por todos esses argumentos, o Governo brasileiro, a sociedade brasileira precisa sair da educação tradicional para, a partir de agora, tal qual um novo sputnik, tal qual uma nova explosão que a Internet representa para o conhecimento, o Brasil usar, utilizar e aderir a um processo profundo de conhecimento da sua sociedade.

Muito obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Formiga.

Bem, agora me toca falar como participante deste grupo.

Eu queria registrar também a grande satisfação e o prazer de estar com esses colegas e com a liderança sempre otimista e desprendida do Senador Cristovam. Foi uma oportunidade muito interessante também de interagir um pouco com esse mundo da política, das grandes discussões, como o PNE e outros assuntos que caminham no Congresso Nacional.

Eu havia preparado um texto, que vou apresentar hoje à tarde – e só para mencionar isso: *Em Busca do Tempo Perdido*, não sei por que me lembrei do Proust. Mas eu gostaria de dizer que esse documento, a par de uma série de questões importantes que levanta, há uma que particularmente me chama a atenção, e acredito que ela é motivadora de todas as demais: a questão da valorização do professor. Pelos dados que a gente tem, nem aquele piso básico que foi estabelecido está sendo cumprido em muitos lugares do Brasil. Então, é muito fácil dizer que temos que valorizar o professor, só que ninguém consegue viver com menos de R\$2 mil na nossa sociedade, que estamos construindo hoje. É preciso que estejamos atentos a isso.



E por que a valorização do professor? Porque nós precisamos atrair pessoas com melhores talentos, independentemente daqueles que os que já estão na ativa apresentem, para que possam fazer uma carreira que lhes dê satisfação. E, para isso, há várias formas em que poderíamos colocar a valorização do professor como a questão condutora de todo esse processo de transformação. Em primeiro lugar, oferecendo a esse professor um salário digno. O Senador insiste em um salário básico de R\$9 mil.

Acho que, se chegássemos a isso, muita gente, principalmente as mulheres, que naturalmente têm uma atração pela carreira do magistério, poderiam se sentir atraídas e fazer uma carreira brilhante como muitas fazem na universidade, por exemplo, desde que se pudesse ter um sentido de oportunidades de aperfeiçoamento, com cursos regulares, com pós-graduações, com possibilidade de ter recursos para financiamento de uma casa, de o professor poder ter o seu carro para se deslocar, por exemplo. Em algumas cidades do Brasil, o professor gasta duas horas no trânsito para ir e para voltar da sua casa, porque não tem como se locomover. Enfim, há uma série de outras oportunidades que poderiam ser oferecidas no sentido de melhorar o acesso e a permanência na carreira docente. Essa, para mim, é a questão fundamental, que detona outro conjunto de atividades que podem efetivamente melhorar e elevar a qualidade da nossa educação, principalmente da nossa educação básica.

E acho que, se nós não apelarmos para isso, nós vamos tomar ciência de algumas coisas, como, por exemplo, as que eu tenho visto. Há alguns dias, verifiquei uma matéria no jornal *O Globo*: “Brasil gasta com presos quase o triplo do custo por aluno.” Então, essa é a realidade; e são jovens, porque, cada vez mais, está abaixando a faixa etária do ingresso no sistema prisional.

Na semana passada, estava almoçando com uma colega que está fazendo um estudo sobre isso no Ministério da Justiça, e ela me dizia exatamente isso: crianças que deveriam prosseguir na escada educacional chegam aos 18, 19 anos e já estão entrando na marginalidade, com todas as consequências que isso acarreta.

Eu não vou me alongar, até porque a minha função como coordenador é mais no sentido de controlar o tempo, mas me reservo para, depois, participar dos debates também e dizer que acho que nós temos uma oportunidade histórica.

Parece-me que a aprovação do atual PNE só será bem-sucedida e bem executada se nós criarmos, Senador Cristovam, algum mecanismo que envolva os três entes federados – União, Estados e Municípios –, para discutir como é que nós vamos fazer a divisão desse bolo orçamentário anualmente e controlar a utilização dele. Se isso não for feito, acredito que não vamos conseguir sucesso naquelas metas que estão sendo colocadas nesse documento que nós estamos oferecendo. Até porque, pela minha leitura, a partir do regime militar que



se encerrou há alguns anos, criou-se aquele vício de que o Governo Federal é que tem que controlar tudo, e às vezes ele fica se metendo em coisas que não deveria.

Então, eu acho que o *start* de todo esse processo no PNE é como nós vamos executá-lo. E aí os três entes federados têm que estar presentes, sob pena de estarmos começando a criar algo do tipo “está sobrando dinheiro, vamos botar isso pra lá, pra cá...”, pulverizando os recursos sem o cumprimento de metas estritamente estabelecidas, como nós estamos pensando nesse documento, que poderão ser cumpridas ao longo do tempo.

Muito obrigado.

Pela ordem, Marcondes, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.

O SR. MARCONDES ARAÚJO – Bom dia a todos!

Agradeço o convite para estar aqui, na Mesa, e saúdo a todos na pessoa do Prof. Gurgulino, o mais sênior dos nossos colegas, e agradeço, novamente, a oportunidade de ter participado de um processo de aprendizagem muito rico com todos esses colegas semanalmente. Eram discussões extremamente ricas, extremamente interessantes e produtivas.

Bom, eu sou técnico de carreira do Ministério, da carreira de Analista, e, dentro desse esforço construído no grupo, eu procurei trazer algumas posições, alguns *insights* que tocam especificamente a área de ciência e tecnologia e até, mais diretamente, de inovação.

Todos sabemos que os países, como bem colocou o Prof. Marcos, que me antecedeu, que se desenvolveram, que passaram por processos avançados nas suas economias, necessariamente, tiveram um processo anterior de educação bem-sucedido e usaram ciência, tecnologia e inovação como um dos principais instrumentos, ferramentas disso. E o Brasil vem nessa linha, talvez um pouco mais retardado do que os Tigres Asiáticos, como bem colocou o Prof. Formiga, mas está atento a essa questão e vem, nos últimos dez ou quinze anos, pelo menos, trabalhando de forma sistemática, de forma politicamente organizada, com metas e princípios básicos que envolvem objetivos aonde o País quer chegar.

Em termos abertos, genéricos, hoje, o País investe em torno de 1,16% do PIB no setor ciência e tecnologia, sendo que aproximadamente 0,67% vem do setor público e 0,55% vem das empresas.

A Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação para os quatro anos, 2012-2015, coloca como uma das metas principais chegarmos a 1,8% do PIB no setor. Isso, obviamente, tem desafios pela frente. Um deles – não há a menor dúvida – é a educação, ou o conhecimento, como bem coloca o Prof. Formiga. Ele está sempre na versão 2.0, ele está sempre na frente. Gosto muito das discussões com o Prof. Formiga por conta disso.

Essa amalgamação de um sistema nacional de educação básica e educação superior conjugado com um sistema de conhecimento voltado à inovação, sem dúvida nenhuma, trará, uma vez implementado, uma vez gerido



com profissionalismo, com uma visão de Estado, passando adiante dos governos e dos partidos políticos, ele, certamente, trará um grande futuro à Nação brasileira, que é isso tudo que de fato todos nós buscamos, queremos, o País desenvolvido, educado, inovador, à altura do potencial que tem, e o mundo reconhece isso muito bem, e muitas vezes a gente até tem dificuldade de trabalhar de forma mais pragmática, mais específica.

Então, talvez concluindo, eu diria que é extremamente oportuna e bem-vinda essa iniciativa liderada pelo Senador Cristovam, e vamos esperar que, do ponto de vista da tramitação política, legislativa, perante as diversas esferas dos Poderes estaduais e federais, nos três níveis, isso seja aceito e que a sociedade de fato entenda a oportunidade histórica que hoje temos aqui de trazer a ciência e a tecnologia como um grande motor de todo esse processo de desenvolvimento e inovação de que o País tanto precisa.

Eu agradeço. Obrigado, Coordenador.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado.

Há outros colegas que também terão assento à mesa.

Peço aos colegas que já falaram para se retirarem, para dar oportunidade aos outros, por favor: Neantro, Vamireh, Joanílio.

O Prof. Neantro é Professor da UnB. Eu pediria que ele completasse o seu currículo, porque ele nos disse que é cidadão do mundo.

Por favor, Neantro!

O SR. NEANTRO SAAVEDRA – Muito obrigado, Walter, pela breve introdução.

Em primeiro lugar, quero agradecer ao meu antigo colega Senador Cristovam Buarque por ter me convidado a fazer parte deste seleto grupo. Estou muito honrado de estar aqui, neste seminário.

Completando a minha apresentação, sou chileno, sou Professor Emérito, também como o Senador, da Universidade de Tsukuba, no Japão, onde fui Professor Titular até dois anos atrás. Continuo sendo vice-diretor de um programa de mestrado de políticas públicas.

Sendo o único estrangeiro no grupo, achei apropriado situar essa proposta no contexto internacional, mais especificamente no contexto da globalização, pela importância dessa situação. Uma proposta como essa, naturalmente, terá importantes impactos no bem-estar da população, na sociedade, no seu conjunto, mas também vai ter impacto na situação que o País vive no mundo, em particular na sua competitividade em face de outros países, questão que não deixa de ser importante também, de forma indireta, para o bem-estar da população e para as questões sociais.

Agora, evidentemente, nos três minutos e meio que me restam, não vou falar do mundo inteiro, vou tomar como referência – eu já a tinha escolhido, apesar de o Marcos já ter se adiantado um pouco – a Coreia, não o Japão, país em que passei a maior parte da minha vida profissional. A Coreia é um país que



tem certas semelhanças com o Japão, mas tem muito mais paralelos com o Brasil. Acho que essa é uma comparação mais relevante. Se olharmos a Coreia hoje, como foi dito por Marcos Formiga, veremos que é um país que está muito próximo do Brasil em termos de sua dimensão industrial. Mas é claro que não nos devemos esquecer de que a Coreia tem uma população de aproximadamente um quarto ou um quinto da população do Brasil. A potência industrial se revela na vida diária. Qualquer um que sair pela rua e que for a uma loja de eletrodomésticos verá essa potência presente.

É importante pensar na Coreia de 50 anos, 60 anos atrás. Era um país que acabava de sair da colonização; que estava semidestruído por guerras sucessivas, incluindo a famosa Guerra da Coreia; que estava sem base industrial, que não tinha uma tradição industrial, pois era um país agrícola; e que estava praticamente – isto é muito importante – sem recursos naturais. Era um país pobre em sentido bastante objetivo.

Como eles chegaram aonde se encontram agora? Naturalmente, houve políticas públicas boas e governos tanto autoritários quanto democráticos preocupados, em primeiro lugar, com o interesse nacional, mas que investiram fortemente na sua população. Decidiram que a riqueza deles era a sua população. Investiram em seu capital humano, em particular na educação.

Quero mostrar apenas uma transparência que acho que é particularmente reveladora.

Esses são dados da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Isso é recente. Isso é algo muito interessante, porque mostra como evoluiu a população com nível superior em educação, numa série de países – a Coreia, primeiro; o Brasil, último –, e aqui temos aquela faixa etária de 55 a 64 anos, quer dizer, pessoas que nasceram mais ou menos nos anos 50. Qual é a faixa? Lá embaixo, um pouquinho mais de 10%. Aqueles que nasceram 30 anos depois, 60% da população têm educação terciária de fato. Isso não indica apenas universitária, mas também educação profissionalizante etc..

A Coreia é o país que tem tido mais sucesso na educação não apenas em termos de conhecimentos básicos, mas em termos de conhecimentos que podem ser utilizados com fins econômicos. No Brasil, infelizmente, eu gostaria que esses números estivessem errados, mas parece que, nesses 30 anos – naturalmente a população aumentou muito; aqui estamos falando de percentuais de população –, esse percentual não mudou de forma significativa. Mudou um pouquinho, mas não muito.

Bom, acho que esse quadro ilustra bem a tarefa que um programa como esse tem pela frente.

Acho que essa é uma proposta extremamente importante. Espero que a sociedade e as autoridades entendam assim e enfrentem o desafio que está aqui.

Muito obrigado.



O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Neantro.

O Prof. Fernando chegou, afinal? Está por aí? (*Pausa.*)

Fernando Seabra está viajando.

Chamamos, então, em seguida, o Prof. Vamireh Chacon, sociólogo, Professor da UnB e assessor do Senado Federal também.

Eu queria registrar também que, ao final destas falas, bastante curtas, todos os participantes daqui da Mesa estarão disponíveis para debates e levantamentos de questões que para nós serão muito importantes.

Por favor, Vamireh.

O SR. VAMIREH CHACON – Eu acho que, se não todos, quase todos aqui já me conhecem da UnB; e os mais velhos, do *Correio Braziliense*, onde fui paralelamente editorialista que não assina os artigos, mas, ao mesmo tempo, artigos assinados em épocas, aliás, especialmente difíceis para o Brasil.

Eu me limito a fazer aqui duas evocações, com dois testemunhos pessoais, e acredito que sejam os inspiradores maiores do nosso Senador Cristovam Buarque, que, como não está propriamente escrevendo a história da educação do Brasil e, sim, fazendo-a, não precisa sequer citá-los. Mas eu me refiro a Anísio Teixeira e a Darcy Ribeiro.

Não é uma mera digressão o que estou a fazer. Não se trata disso. É porque é preciso que haja continuidade em nossos projetos no momento atual, sobretudo em educação. Sem educação de base e sem as tecnologias de ponta, é impossível haver qualquer tipo de desenvolvimento autossustentado. Não vou citar nominalmente países, poderia parecer indelicado, mas os senhores sabem que pelo menos dois deles, na América hispânica, entre as duas guerras mundiais, estiveram entre as maiores economias do mundo. E, após esse trágico evento, perderam o compasso da história e, hoje, estão em 30º ou 40º.

Anísio Teixeira previu isso. Não só pelo seu trabalho doutrinário-metodológico, em ambos os sentidos, mas também pelo Inep – Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que foi simplesmente extinto entre os vários erros cometidos algumas décadas atrás. De novo, também entre nós, o desenvolvimento desligado da educação, desligado da ciência, desligado da tecnologia. Nós estamos a ver os resultados atuais. Também não posso deixar de recordar Darcy Ribeiro, sempre muito bem lembrado pela Universidade de Brasília, em companhia, é claro, de Anísio Teixeira. Mas é preciso que se lembre algo com frequência esquecido: Darcy não só planejou, mas também organizou a Universidade Tecnológica do Norte Fluminense. Essa universidade chegou a ser fundada e implantada, aproveitando o êxodo dos cientistas – cientistas, friso eu, sublinho eu, que vinham do bloco oriental da Europa pelo desmoronamento da União Soviética e seus aliados. A quantidade e a qualidade eram muito grandes, eles simplesmente passaram pelo Brasil e terminaram indo para os Estados Unidos, para o Canadá e outros lugares do mundo, simplesmente porque o projeto foi literalmente abandonado pelos governadores seguintes. Podem ter tido outros



méritos, mas não este. Os senhores já imaginaram o prejuízo que isso significou? Ficou, sem dúvida, o exemplo da Universidade de Brasília. Mas é uma universidade propriamente dita que busca a universalidade do conhecimento, na grande linha, na grande tradição das universidades europeias, das quais somos herdeiros e continuadores. Mas a Universidade do Norte Fluminense estava inspirada diretamente no MIT, no Instituto de Tecnologia de Massachusetts, onde, nas últimas décadas, passou a ser inserido também o ensino de filosofia, o ensino de ciência política, como matérias básicas no seu currículo para ciências matemáticas e tecnologias em geral. Darcy criou isso na Norte Fluminense e simplesmente foi abandonado o projeto e extinto o projeto. São advertências para nós. Tem de haver uma perseverança, uma tenacidade disso, pessoas que se dediquem perenemente a determinadas causas sem esquecer outras, mas não podendo assumir todas ao mesmo tempo. É claro que o elogio aí não é sequer elogio, é reconhecimento à fidelidade do nosso Senador há décadas nesse assunto, o Senador Cristovam Buarque, e de cada um de nós desta Mesa e também das pessoas que estão nos ouvindo e, portanto, também participando. Eu relembro isso e insisto nisso. Quando se diz que temos pouca memória coletiva nacional, em última instância se deve à educação. Inclusive a educação se esquece de si própria. Quer dizer, como é que o Brasil pode esquecer Anísio Teixeira? Lembrem-se bem: em 1928, Anísio Teixeira foi mais de que aluno: foi discípulo, foi pupilo de John Dewey, o grande sistematizador do pensamento pragmático nos Estados Unidos, que vinha desde antes, desde William James – lá estou eu com o vezo professoral da aula; vou fazer uma autocrítica e retomar o curso de uma palestra, um debate. Ter sido aluno e mesmo discípulo, pupilo, de John Dewey, é um privilégio. É um privilégio; um dos maiores pensadores do século XX e, com certeza, de todos os tempos. Ele teve sua tese de mestrado orientada pessoalmente por John Dewey no Teachers College, que é a faculdade de educação da Universidade de Colúmbia, em Nova York. Sem dúvida, havia demandas nacionais, necessidades brasileiras e do mundo inteiro nesse sentido. O pragmatismo de Dewey

O pragmatismo de Dewey não era excludente. A prova está na direção enriquecedora que o MIT também assumiu e que o próprio Darcy queria incluir na Universidade do Norte Fluminense.

Não podemos nem devemos nos esquecer desses dois nomes. Do contrário, nós todos teremos o mesmo destino, e o Brasil e as novas gerações conosco, o que espero que não aconteça.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Prof. Vamireh.

Passo a palavra – nem sei como apresentá-lo, porque este é outro cidadão do mundo – ao Dr. Heitor Gurgulino de Souza, à minha direita. Entre os vários encargos que ele teve, no Brasil, ele foi Reitor da Universidade Federal de São Carlos; deixou, há algum tempo, a direção do reitorado da Universidade das



Nações Unidas, em Tóquio; e foi convocado para participar do Clube de Roma. Portanto, é um grande prazer tê-lo aqui.

Eu gostaria de informá-los também que, a partir deste momento, nós estamos em conexão com o canal principal da TV Senado.

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Muito obrigado, Prof. Walter.

Quero também, fazendo o que já fizeram os meus antecessores, agradecer ao Senador Cristovam Buarque pelo convite para participar deste grupo, que já tinha começado quando eu fui convidado. Fiquei muito satisfeito com isso. Espero que o nosso País e, principalmente agora, os nossos Senadores e Senadoras, que estão recebendo essa proposta do Senador Cristovam Buarque para a construção de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, vejam esta importantíssima contribuição no momento em que o Senado vai ter de discutir a proposta que veio da Câmara dos Deputados para o Plano Nacional de Educação, com recursos abundantes, como já foi mencionado aqui.

Dentro das nossas discussões prévias, foi decidido que não repetiríamos o que os colegas já falaram. Então, eu não vou falar sobre a importância da educação básica, não vou falar sobre a importância de uma nova universidade brasileira, mas vou falar sobre os institutos de pesquisa, pois foi esse o tema que pediram que eu falasse.

Talvez pediram, porque – alguém mencionou aqui – eu sou um dos mais velhos desta mesa. Eu era muito jovem, com 22 anos, e fui convidado a ser professor do Instituto Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, em 1950. Isso foi, para mim, uma grande surpresa, porque eu ouvi falar em instituto que ia formar engenheiros de aeronáutica e o Brasil, naquela época, não fazia nem automóvel, importando 10 mil carros por ano. Por que formar engenheiros de aeronáutica? Porque um grupo de pessoas com visão de futuro, apoiado pelo então Ministro civil da Aeronáutica, que se chamava Salgado Filho, aceitou a ideia de fazer uma escola para formar engenheiros de aeronáutica. O Brasil, um País continental. E convidaram um professor, que precisamente era professor da Escola de Engenharia Aeronáutica do MIT, para vir ajudar a preparar esse projeto, uma vez que ele tinha essa experiência longa lá. Foi feito um projeto fantástico. O arquiteto foi Oscar Niemeyer. E o instituto ficou pronto e começou a funcionar em São José dos Campos em 1951. Na verdade, havia começado no Instituto Militar de Engenharia do Rio de Janeiro. Esse instituto, realmente, foi a base, 16 anos depois, para que se criasse uma empresa chamada Embraer, que, como sabem, depois da Petrobras, é a maior exportadora do Brasil. O Brasil exporta aviões. Eu tenho andado no mundo, em vários lugares, e tenho voado nos aviões da Embraer na Europa, nos Estados Unidos, no Japão.

Isso mostra o papel dos institutos de pesquisa, começando pelo exemplo do ITA, mas não é só o ITA. Eu podia citar o Instituto Oswaldo Cruz, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o Instituto de Matemática Pura e



Aplicada, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, que já existem. Todos têm de ser valorizados e apoiados nas atuais circunstâncias, mas, ao mesmo tempo, temos de criar novos institutos. A ciência está avançando rapidamente. Temos de criar institutos nas áreas da genética, da nanotecnologia, da biotecnologia, da informática. Cada um desses centros tem de contar com apoio financeiro, pessoal altamente qualificado e elaborar metas ousadas para o nosso País. Nós precisamos pensar no futuro, futuro que está aí chegando rapidamente ao nosso País. Nós temos de estar preparados para isso.

É preciso também criar novos centros de referência que trabalhem em redes, articulando as redes nacionais nas áreas de nano, bio, infocognitiva, ciência e tecnologia, engenharia, matemática, alternativas energéticas, desenvolvimento sustentável, etc. Ou seja, há um grande desafio para os institutos de pesquisa, que, em geral, estão fora das universidades. Mas é preciso trabalhar de maneira integrada com elas, principalmente a nova universidade brasileira, que também está descrita aqui. Um dos meus colegas vai falar sobre ela.

O fato é que, se nós quisermos avançar... A minha experiência... Conheço bastante a Coreia também, mas vivi dez anos no Japão. Qual foi a grande revolução no Japão, que as pessoas esquecem? Foi a revolução da educação, que começou em 1850, com o Imperador Meiji. Daí ele começou, alfabetizando o povo. Não há analfabetos no Japão praticamente. Depois, foi para o ensino médio, formou escolas profissionais, escolas vocacionais, e finalmente, olhando-se o gráfico do crescimento da educação no Japão e o crescimento da economia do Japão, são duas linhas praticamente paralelas. Isso mostra que o investimento em educação básica, em educação técnica profissional e na universidade...

E ter coragem, como teve o Imperador Meiji, de convidar para o Japão professores de vários países do mundo, ganhando mais do que os professores nacionais. E foram aceitos assim mesmo. Até que, depois de 20 anos, eles deixaram grande contribuição para o Japão e voltaram para os seus países. Alguns ficaram no Japão. Mas não sei se nós, no Brasil, teríamos coragem de fazer isto: convidar professores das melhores universidades do mundo para trabalhar com os brasileiros, pagando-lhes mais do que aos professores brasileiros.

Naquela época, isso ocorreu no Japão e mostra a importância que se deu à educação. Então, esse exemplo pode e deve ser citado, como exemplo para nós. Na verdade, temos de ter, vamos dizer, um Meiji do Japão no Brasil. Vejo que essa proposta é um pouco nessa linha. Se pensarmos daqui a 50 ou 100 anos. Não é uma coisa para resultados imediatos.

Bom, para falar de institutos, termino por aqui. Posso falar muito mais, mas depois darei palpites aí nas outras áreas.

Muito obrigado.



O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Nos debates, podemos estender mais certos temas.

Fechando esse rápido giro, vou pedir ao Prof. Joanílio, da UnB, que se apresente também.

O SR. JOANÍLIO TEIXEIRA – Tem muito pouco tempo. Você me apresenta rapidamente.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – São cinco minutos.

O SR. JOANÍLIO TEIXEIRA – Senão eu perco meu tempo.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Fique à vontade.

O SR. JOANÍLIO TEIXEIRA – Bom dia a todos. É um prazer estar aqui. Não vou muito me apresentar. Sou Professor da UnB.

Gostaria de, primeiro, agradecer aos colegas pela generosidade de me convidar para participar deste grupo, que, com o tempo, elaborou essa proposta. Todos têm essa proposta, e como o Prof. Gurgulino acabou de mencionar “revolução”, vou retomar exatamente esse tema, para dizer basicamente o seguinte: ao longo do tempo, o Brasil formulou diversos planos ligados à educação, planos nacionais de educação, inclusive. O que ocorre?

Certamente, houve algum progresso, incrementos marginais, incrementais, ou coisa parecida, mas o resultado é píffio. Tem sido píffio, caso se compare ao resto do mundo, àqueles que mais se desenvolveram.

O que ocorre, então? A gente não precisa, de fato, de um novo Plano Nacional de Educação, mas de uma Revolução Nacional na Educação. Então, essencialmente, estou colocando aqui a diferença entre RNE, Revolução Nacional na Educação, *versus* Plano Nacional de Educação.

É claro que não vou repetir o que já falaram aqui e vou, imediatamente, para algumas coisas que me interessam profundamente, que são os instrumentos da Revolução Nacional na Educação, a nossa RNE. E temos de pensar em três aspectos, pelo menos. Um deles, o que fazer. O que é necessário fazer, então? O outro tema seriam os instrumentos operacionais e, finalmente, a questão ligada a custos.

Bom, sobre o que é necessário, se analisarem o documento, vão ver que há aqui dez itens, ou dez pontos. Vou apenas mencionar três ou quatro deles, porque tenho muito pouco tempo para expor as ideias principais.

Primeiro, dando aqui a minha ordenação:

a) é necessário mais tempo na escola ao longo do ano e em cada dia para toda criança ou jovem de 4 a 18 anos;

b) professores com salários e reconhecimento social capazes de atrair ao magistério jovens com mais talento, aqueles jovens com mais talento;

c) uma reorientação do método. Do simples ensino, para métodos que permitam a combinação de teoria e prática. Isso é praxis.

d) uma definição clara de uma lei de responsabilidade educacional nos moldes da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei da Ficha Limpa, de tal



modo que possamos tornar inelegíveis políticos que não cumpram as metas propostas.

Avançando para a parte de instrumentos operacionais, rapidamente, a gente tem aqui 20 pilares. Eu vou apenas salientar quatro ou cinco:

Primeiro, a criação de uma nova carreira nacional do professor, também capaz de atrair os melhores quadros da sociedade brasileira para a atividade docente. Claro que o salário é fundamental nesse caso.

Outro item interessante desse pilar é a adoção de horário integral em todas as escolas, em classes com, no máximo, 30 alunos.

Vou ainda indicar mais três ou quatro deste item. Um deles: abrangência do ensino médio com garantia de educação e formação profissional que assegure o aprendizado de, pelo menos, um ofício em articulação com o sistema existente. Então, a questão do ofício é fundamental também.

Outro item importante ainda, outro pilar seria o uso de sistemas ou de métodos pedagógicos voltados para a aprendizagem para toda a vida, que incentive nos alunos a habilidade de aprender e também o sentido ético e estético da vida.

Ainda nesse item, quero mencionar a necessidade da transformação do MEC em Ministério da Educação Básica com migração das universidades para o novo Ministério do Ensino Superior e que poderia ser chamado de MCEI.

E ainda: criação de um sistema de inspeção nacional que acompanhe o desempenho das escolas nos moldes dos sistemas federais de fiscalização fazendária, sanitária e trabalhista.

Passando para os custos envolvidos, dado o tempo, lembro que tudo isso só faz sentido se houver viabilidade econômica.

Como foi exposto no início da apresentação, a proposta faz sentido e tem viabilidade econômica. Isso é fundamental. Se isso de fato faz sentido; então, o que a gente está buscando? Está-se buscando fazer com que, em 20 anos, por meio dessa revolução na educação, respeitando-se restrições orçamentárias do governo, chegarmos a uma situação que transforme radicalmente o Brasil uma sociedade mais avançada, mais igualitária e mais justa.

Concluindo: esta seria a base da revolução educacional que o Brasil precisa: substituir, com ousadia, o modesto e tradicionalista PNE 2, que repete o PNE 1, cujos resultados, depois de 12 anos, são insuficientes para as exigências do mundo que hoje existe e para o mundo para o qual nós caminhamos.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Joanílio.

Antes de passar a interlocução toda, eu gostaria de ouvir a palavra do Senador e, depois, os que se seguirem no debate, eu gostaria que se identificassem pelo nome e pela instituição para efeito de nossos registros aqui na Secretaria.

Senador, por favor.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Considere que eu já estou na interlocução, porque vou fazer perguntas.

Eu fiz uma lista de dez perguntas. Eu gostaria muito de explorar a nós todos aqui na busca de encontrar o caminho. Para algumas dessas, talvez a gente precise projetar o que Waldery colocou.

A primeira pergunta eu quero fazer a todos aqui e ver a resposta. Não que todos tenham de dar opinião, mas, pelo menos, alguns.

1) Se quisermos dar um salto na educação, o caminho é melhorar o sistema atual ou criar um novo sistema que substituirá o atual? Esse é um ponto chave. O documento diz que não adianta melhorar o atual sistema, é preciso criar outro e, aos poucos, ir substituindo.

2) Basta pensar um PNE para a educação ou precisamos de um Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação? O documento parte da ideia de que nós precisamos de um Sistema Nacional do Conhecimento.

3) No Senado, que é onde está o plano, será melhor basear-se na atual proposta do PNE ou apresentar uma proposta alternativa? Essa é uma pergunta.

4) Devemos concentrar a luta nos 10% do PIB para a educação, ou esse não deve ser o objetivo da luta?

5) A ideia de um sistema único de educação, a chamada Federalização, é o caminho?

6) Justifica-se substituir as carreiras municipal e estadual por uma carreira nacional de professores do Brasil?

7) O que é necessário? Nesse ponto seria interessante projetar, está na página 15. O que é necessário? Vou fechar os dez pontos e talvez a gente volte para esse logo depois.

8) Os 20 pilares estão corretos? Depois a gente projeta também.

9) Saindo da educação, faz sentido a ideia de refundar a universidade ou basta aumentar vagas para alunos e salários para professores? É preciso uma nova estrutura?

10) As propostas estão corretas para refundar a universidade? Aí teríamos de projetar as propostas.

Com isso, deixo de lado três dos capítulos: o capítulo do setor empresarial, o capítulo dos institutos de pesquisas e o capítulo do entorno. Como fazer, no Brasil, um entorno favorável aos que trabalham.

Depois disso, tenho duas outras. O que ajustar, na atual proposta, para fazer outra? Não esqueçam que está bem claro que é para discussão.

Finalmente, uma pergunta que vou ter de fazer para muita gente: como vender essa ideia na comunidade educacional, em todos os níveis, no Senado e na sociedade? Então, são essas as perguntas que eu tinha em vista quando chamei vocês para conversar. Eu não sei se vamos começar pela ordem ou se começamos por aquelas duas, o que é necessário e os 20 pilares. Creio que



vale a pena começar pelo que é necessário, ver se as pessoas estão de acordo. Depois, os 20 pilares que o Joanílio apresentou, colocou. Depois a gente vem para tudo aquilo, a ideia do sistema único, etc. Alguém poderia apresentar o Waldery, talvez. O que é necessário, na verdade, o texto não está todo aí, para que a educação fique boa? Não o que é necessário fazer, mas o que é necessário que aconteça. Vamos lá?

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Todos estão enxergando aqui? Os dez?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O que é necessário. Está na página 15.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Talvez, Senador, para seguir, podemos listá-los, rapidamente. Nós temos, nessa projeção, o que é necessário. Para os senhores, que já têm o material impresso, é da página 15 a 16.

Item 1: mais tempo na escola ao longo do ano, em cada dia, para toda criança ou jovem dos 4 aos 18 anos.

Item 2: professores com salário e reconhecimento social, capazes de atrair ao magistério os jovens mais talentosos, com mais talento. Lembro que neste ponto um dado merece ser citado. Na Coreia do Sul, *grosso modo*, somente os 5% mais capazes é que de fato têm acesso à brilhante e honrada carreira da docência.

Item 3: prédios mais confortáveis, bonitos e equipados. Aqui, o senso é de que essa supraestrutura do conhecimento tem de ser ladeada por uma infraestrutura conforme, uma infraestrutura à altura.

Item 4: Mais tempo com leituras, atividades culturais e esportivas. A gestão do tempo, a gerência do tempo e a ênfase em como deve ser dedicado o tempo é importantíssima.

Item 5: Reorientação do método do simples ensino para métodos que permitam combinação entre teoria e prática, orientados à aprendizagem, não a aprendizagem limitada em determinado período de tempo, mas a aprendizagem ao longo de toda a vida.

Item 6: Um menor tempo em frente à televisão doméstica e um uso mais intensivo e de melhor qualidade do computador e da televisão, tanto em termos presenciais quanto à distância.

Item 7: Pais e alunos com maior participação na atividade de seus filhos. E aqui eu me lembro de algo que foi discutido recentemente, um projeto também do Senador Cristovam, da importância da participação dos pais no processo educacional. Inclusive, me permitam citar um projeto de autoria do Senador Cristovam Buarque que é fortemente meritório e que vale ser discutido, vale ser divulgado para a sociedade, da presença minimamente necessária dos pais para aqueles alunos que estão sob a alçada do Programa Bolsa Família.



Então, é algo que vale a pena a sociedade discutir e requerer, solicitar dos seus Parlamentares essa colocação.

Item 8: Métodos e conceitos mais adequados aos gostos e hábitos das crianças e jovens, com melhor aproveitamento do tempo de aulas.

Item 9: Definição de uma LRE – Lei de Responsabilidade Educacional, à semelhança da nossa LRF, que, por sinal, originou-se com a Nova Zelândia, o Responsibility Act, da Nova Zelândia. Nós copiamos – e é bom copiar coisas boas –, em grande sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal a partir daquele pequeno país chamado Nova Zelândia, mas poderíamos também ser criativos. É algo que está aqui no cerne das ações desse Parlamentar que coordena e que é a semente desse processo todo, o Senador Cristovam, a ideia de criarmos também isso. E uma Lei de Responsabilidade Educacional viria nesse sentido, e seria algo necessário de ser feito.

Item 10: Regularidade, continuidade e organização da sala de aula, para que alunos e professores cumpram os horários diários e do ano letivo regularmente, sem interrupção por greve. É mister dizer, é importante dizer que uma das falhas maiores do nosso sistema educacional é o absenteísmo. Em grande parte, nós temos, na educação básica, professores ausentes, em vários dos dias do ano letivo. Além disso, temos a questão da greve, que, na realidade, é um sintoma de que algo está errado. É algo como uma febre, precisa ser analisado não por sintomas, mas estruturalmente. Então, é um ponto importante.

São esses os dez tópicos do que é necessário fazer.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado.

Antes de passar a palavra ao professor Ulisses Riedel, eu gostaria de solicitar que vocês checassem se o sistema de som está funcionando para todos poderem participar. Senão, nós temos um outro mecanismo aqui à frente para poderem falar.

Professor Ulisses Riedel.

O SR. ULISSES RIEDEL – Eu sou Ulisses Riedel, estou aqui em nome da União Planetária, que é uma ONG, é uma OSCIP, na verdade, que trabalha centrada principalmente na ideia dos valores da educação. Considera fundamental que os problemas da humanidade são por força de valores que estão equivocados na sociedade.

Nós temos uma televisão e começamos agora uma série de programas com o título Olhar Positivo, feito por uma psicóloga recém-formada que diz que na universidade aprendeu 297 distúrbios, mas nunca ninguém ensinou nada a ela sobre as virtudes, sobre os valores.

Depois de sentir isso, nós planejamos, junto com outras instituições – uma delas é a Fundação Cultural Exército Brasileiro – fazer no próximo ano um seminário aqui em Brasília, em que buscaremos os nomes mais destacados do planeta para discutir a pedagogia das virtudes, a pedagogia da afetividade, a pedagogia dos valores humanos, porque normalmente a gente busca o



conhecimento, mas o conhecimento sem a virtude pode ser usado para o mal. Nós podemos ter o conhecimento e utilizar mal esse conhecimento, se não tivermos a visão dos valores humanos. E até acreditamos que a maior parte dos problemas humanos são muito mais originários dos valores presentes na sociedade, de individualismo, egocentrismo, consumismo, que são todos valores, do que propriamente de outros aspectos até materiais.

Então, primeiro, quero parabenizar, pelo trabalho feito, o Cristovam Buarque, de quem sou admirador há muitos anos. Acho que o trabalho que ele está apresentando é maravilhoso, mas a minha fala é uma contribuição que, talvez, acrescente algum item que diga respeito ao aspecto, digamos, interno, humanista, espiritual de que a educação não pode ser só de conhecimento, tem de ser a educação de valores eternos e universais.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Professor.

Reitero que os que quiserem falar e estiverem sem microfone poderão vir aqui à frente, pois o microfone está à disposição. Que se identifiquem e também a instituição à qual pertencem. (*Pausa.*)

Será que já chegamos a uma unanimidade?

Por favor.

O SR. DANIEL CERQUEIRA – Bom dia a todos. Daniel Cerqueira, Secretário Executivo da Anec – Associação Nacional de Educação Católica.

Quería cumprimentar o Senador Cristovam. Na última conversa que tivemos, lembrei a ele que, quando estudante de universidade, tive oportunidade de conviver muito com ele na Universidade Católica de Salvador, e aprendi a pensar a universidade ouvindo-o e tendo a possibilidade de dialogar.

Também estou preocupado com outro aspecto que vai muito na linha do companheiro que falou anteriormente, mas com um outro olhar, uma outra questão. Até foi falado, se não me engano, agora, nos instrumentos, é o quarto ou o quinto, que fala a respeito do método, a mudança, a reorientação do método de simples ensino para métodos que permitam a combinação da teoria e da prática orientadas à aprendizagem ao longo de toda a vida. São expressões muito caras a nós da educação católica, resistimos muito a trabalhar a ideia de que a educação, principalmente no ensino médio, é apenas voltada para passar no vestibular. O nosso *slogan*, inclusive, é educação católica é educação para a vida.

Mas acho, Senador, que deveríamos, nesse material, aprofundar muito esse aspecto. Na realidade, no Brasil, somos todos reféns de uma grande cultura e, muitas vezes, não conseguimos sair desta casinha, deste quadrado, que foi posto para nós, que é exatamente a ditadura do conteúdo. Todo o processo de formação educacional no País se baseia na ideia de conteúdo.

E temos uma coisa que é, muitas vezes, feita sem pensar, que é a ideia de que quanto mais informação eu der ao aluno, melhor ele será formado. Confundimos quantidade de informação com qualidade de informação. Tanto que,



por exemplo, de vez em quando, surge a ideia de aumentar a carga horária. A proposta feita é de escola em tempo integral. Se fizer escola em tempo integral com o modelo pedagógico que existe hoje e que domina a cultura educacional no País, é melhor não fazer. É melhor não fazer, porque só vai entulhar mais ainda a cabeça desses jovens.

Então, acho que o instrumento poderia – e o senhor tem plena capacidade de fazer isso – aprofundar um pouco mais esta questão do que é esse outro método, romper a ideia do conteúdo. Está dito lá, mas acho que precisa ser explicitado para que comecemos a refletir fora desse quadrado, que conteúdo é a única coisa que importa, que é uma realidade, não vou me alongar muito, que vem da época dos vestibulares das federais a partir dos anos 70, que traz, cada vez mais cedo, a ideia de conteúdo pelo conteúdo, para passar no vestibular da federal. Isso porque, na realidade, todo o sistema da educação básica no Brasil hoje se baseia nesta premissa: eu quero que meu filho passe no vestibular da federal. Para isso, vale tudo, inclusive fazer com que o menino, no 7ª ano, comece a fazer simulado de vestibular, como muitas escolas estão fazendo, ou como uma escola aqui em Brasília que inovou. Ela fez propaganda na televisão e acha que é o máximo: no ensino médio os alunos têm aula de Direito para passar em concurso público. Vocês viram pela televisão isto: agora com aulas de Direito para concurso público. Aprofundar essa questão, eu acho, seria um elemento importante.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, professor.

Eu gostaria, antes de passar a palavra para o próximo interlocutor, de registrar a presença do Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo, Reitor da Universidade Católica de Salvador; do Daniel, que já se apresentou, Secretário Executivo da Associação Nacional de Educação Católica; Dr. Ulisses Riedel, que já teve sua fala apresentada, Presidente da União Planetária; Dr. José Negreiros, da revista Darcy; e o Prof. Vital Didonet, que é ex-Presidente da Organização Mundial para a Educação Pré-Escolar, OMEP.

O Vital está por aí ainda? (*Pausa.*)

Bem, prosseguimos para os comentários, as interlocuções.

A SRª JULIANA KIRMSE – Bom dia a todos. Meu nome é Juliana Kirmse, eu sou da Câmara Americana de Comércio. Agradeço, até, o convite, Waldery, ontem, para este seminário. Fiquei muito feliz com esse convite, porque, hoje, estou aqui mais como uma mãe.

Eu sou mãe de duas crianças. Uma está no terceiro ano, e a outra está no sétimo ano. Sempre acompanhei muito os meus filhos na escola e, neste ano, eu tive uma oportunidade diferente, uma forma diferente de acompanhá-los.

Eu tenho participado de vários seminários sobre educação, inovação, tecnologia, aqui do Senado, das outras comissões, e também da própria



Câmara Americana, e tenho observado bastante esse pedido, tanto do setor privado, como daqui do Congresso: “Por favor, deem atenção à inovação. Vamos mexer. O mercado precisa, a educação precisa. Está tendo *tsunami*, enfim.”

Eu fico vendo, na escola dos meus filhos, que, no fundo, há recursos. Eu acho que o maior problema é a gestão. Você vê que o recurso não vai chegando às pontas, aonde, realmente, deve chegar.

Uma vez, eu até ouvi o discurso do Senador Cristovam Buarque, que disse que o PIB para a educação poderia ser até menos do que é, hoje, se ele fosse bem distribuído, se ele tivesse uma gestão melhor, porque todos os setores têm recursos, só que, infelizmente, na hora da distribuição, na hora de chegar às pontas, ao objeto mesmo, eles não chegam da forma necessária. Enfim, há vários outros caminhos.

Eu fico triste de ver, porque, independentemente do recurso, as escolas, hoje em dia, principalmente da parte fundamental, não usam mais tanta criatividade para incentivar os alunos.

Eu tenho até uma reunião agendada, já, com a diretora da escola dos meus filhos, porque, neste ano, eu fiquei um pouquinho ausente das reuniões, fazendo essas observações, e observei que minha filha não precisou ler um livro, não fez nenhum tipo de competição de Matemática, de Ciências, nem de Educação Física; não teve um projeto de uma maquete sequer. Isso não aconteceu, e isso aqui em Brasília, que é onde deveria ser... Eu acho que tem de ser... Como nós somos exemplo de várias outras partes, seja da faixa de pedestre, e tudo, as nossas escolas públicas não estão sendo exemplo.

Como a gente pode fazer isso?

Então, eu tenho essa reunião agendada com a diretora, em que eu tenho de apresentar isso, eu tenho de cobrar isso, mas, não sei. A gente acha que, principalmente aqui no Congresso... Pergunto ao Senador Cristovam Buarque, com toda essa atuação que tem na área de educação, e aos senhores, com todos esses estudos, como é que a gente deve fazer, além de ter essas reuniões que estou marcando com os diretores. Como a gente pode incentivar e ter esse brilho, essa vontade das crianças? “Não, mãe, eu tenho de ir para a escola. Eu não posso faltar à escola, mãe. Por favor, eu quero ir.” Sabe? Você não vê esse brilho nas crianças, você não vê. Infelizmente, não vê.

Então, as minhas considerações para a Mesa são estas: como é que a gente pode fazer? Para as universidades, temos vários programas; há vários programas federais, bolsas do GDF para se fazer uma universidade, mas e o ensino fundamental? Como é que se chega até lá?

Chegam as crianças, terminam, chegam ao nível médio...

Ah, o meu sobrinho desenha carros há muito tempo, desde os sete anos de idade. Hoje em dia, ele está simplesmente andando de *skate*, porque, aqui em Brasília, nós não temos uma escola técnica de mecânica. Os nossos sistemas S, aqui em Brasília, não funcionam tão bem, como funcionam no Rio.



Não há atratividade para que eles digam assim: “Eu quero estudar, eu vou ser isso, eu vou ser aquilo.” Infelizmente, aqui no Centro-Oeste, a gente está carente disso.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado.

Waldery.

O SR. WALDERY RODRIGUES JÚNIOR – Obrigado, Juliana Kirmse, da Câmara Americana de Comércio – AMCHAM, pela pergunta.

Ela falou mais com uma inquietação de mãe, certamente daquelas mães cuidadosas, que zelam pela educação.

Na realidade, eu gostaria de responder isso em três partes, ou pelo menos incitar o debate em três partes. A primeira é que é interessante como mudou a percepção do ativo educação, ao longo das décadas.

Eu fiz um levantamento, para o gabinete da Liderança do PDT, dos nove planejamentos econômicos que tivemos desde 1939, com Getúlio Vargas, até, por exemplo, o II PND, com Geisel. Em nenhum deles, em nenhum dos nove planejamentos econômicos – incluindo o milagre econômico, com Delfim; o próprio II PND; o Plano de Metas; o Plano Salte (saúde, alimentação, transporte e educação), com Celso Furtado; e todos os outros –, em nenhum deles a educação, sobretudo a educação básica, foi prioridade.

Nosso JK sonhou com Brasília e realizou Brasília. Infelizmente, JK não sonhou com a educação básica. Faltou esse sonho a ele. Na realidade, no Plano de Metas, a educação estava junto com a alimentação, com 6,2% do Plano de Metas, que era fazer 50 anos em cinco. E, mesmo para esse setor, não foi completamente implementado.

Precisamos de alguém que sonhe com a educação de base; aliás, com o sistema educacional com um todo. Esse documento, em grande medida, é uma parte desse sonho, que custa 8,52% do PIB, ou seja, um sonho factível. Ele traz toda a ideia; não é só mudar a educação de base ou uma nova universidade.

O Senador usa um termo – acho que foi próprio dele, e não de um dos dez que contribuíram, incluindo aí o nosso Armando Mendes – que foi a ideia do entorno. Ou seja, é preciso ter todo um envolvimento com a educação. Os pais, certamente, são fundamentais com suas presenças. E o próprio aluno, que, me permitam dizer, é o *input* máximo dessa equação, desse sistema, tem de estar motivado e ser constantemente desafiado.

A segunda parte da minha resposta prende-se ao seguinte. Os países como China, Coreia, Finlândia e, em certa medida, Austrália, também, são usados como elementos. E, dependendo do nível de ensino, os Estados Unidos, sobretudo na pós-graduação. Mas o país que está fazendo uma revolução educacional tremenda é a China.



A China não somente vai ser, possivelmente em duas décadas, o país mais desenvolvido, com o maior PIB, mas também vai ser um grande centro tecnológico, com um número de patentes muito forte.

Vou dar um exemplo bem simples, bem pé no chão. Anualmente, é realizada uma competição chamada Olimpíada Internacional de Matemática, onde se juntam os seis melhores alunos de Matemática de todo o mundo. São cerca de 105 países, jovens de 15 a 17 anos. Então, ali a gente tem a nata da nata de uma competição, em tese, similar, com a capacidade de bom desempenho. A China entrou em 84; foi o 32º lugar. Em 85, ela foi o segundo lugar. Desde então, ela fica em segundo, primeiro, segundo, primeiro, segundo, primeiro.

Então, não é a questão do “*created in Brazil*”, como o Senador gosta de dizer, o “criado no Brasil”, e não só feito no Brasil ou montado no Brasil. O “criado na China” vai ser algo mais e mais frequente de se ver.

A educação na China é tremendamente levada a sério. No dia em que se tem o Exame Nacional, o Gaokao, na China, o governo chinês proíbe aviões de passarem nas áreas onde há prova, para que não perturbem a prova. Daí vê-se o nível de envolvimento não só do governo, mas das famílias. É realmente algo importante de ser olhado. É claro que há de se dar um desconto fortíssimo por lá não ser uma democracia. Então, tem que ser analisado sempre cada caso como um caso. Mas o fato é que a China tem esse desempenho em Matemática.

Quando a gente fala de inovação – o Prof. Marcondes e o Sr. Marcos Formiga falaram sobre esses pontos, assim como outros, o Joanílio, o meu megaprofessor Gurgulino, que está aqui também ao lado –, no fundo, a gente se prende à educação básica e à Matemática, à capacidade, por exemplo, de ler um relógio analógico, o que cerca de 40% dos estudantes, de 14 a 17 anos, em São Paulo, não conseguem plenamente. Ou à capacidade de dar o troco. Vários de nós aqui já fomos ao supermercado e vimos pessoas pegando a calculadora para ver quanto é o troco, o que mostra uma incapacidade nossa.

Então, isso é verdade na base, e é verdade também na ponta; ou seja, tanto a nossa educação básica, num grande regime, em grande sentido está precisando de um choque para realmente alterar, mudar o paradigma, como também a ponta. Aí, é o caso dessa Olimpíada de Matemática, em que os chineses estão na frente; em segundo lugar, os Estados Unidos. Agora, quando vemos o nome dos americanos, é Robert Chang – são sinoamericanos em grande medida.

A gente precisa tratar isso. O envolvimento, minha cara Juliana, tem que ser integral, tem que ter... E aí a participação de uma entidade empresarial como a M. Champ, e aí eu puxo esse ponto. É importante, é importantíssimo. Temos poucos casos de empresários que estejam fortemente envolvidos, mas essa é uma questão não só de interesse ou lucro, se assim quiser chamar, mas é



uma questão de sobrevivência do Brasil também, sobrevivência inclusive do setor empresarial.

Então, com 8%, para ser mais preciso 8,52% do PIB, com ensino integral e uma carreira de magistério.

Desculpe-me, Dr. Walter Garcia, mas o terceiro e longo ponto é que uma mudança desse tipo permite trazeremos todo o questionamento de maneira permanente, uma mudança permanente. Aqui nesta mesma Mesa, duas professoras de excelente qualidade, num seminário que a Comissão de Educação está promovendo, uma solicitação dos Senadores: Cristovam Buarque, Ana Amélia, Cássio Cunha Lima, e Mozarildo Cavalcanti, sobre federalismo e educação. Foi nos colocado que não é possível – essa tese foi defendida – termos no Brasil escolas como Pedro II para todo o Brasil.

E a pergunta que alguém faria é: por que não? Por que a gente não pode ser uma Coreia do Sul? O que nos impede? Há uma característica inata do brasileiro?

Não, certamente o que há é o que, como economista, chamamos de uma característica exógena: falta governo, sociedade e setor privado entenderem que isso é possível. E é um sonho que custa 8,52%.

Obrigado.

Obrigado, Waldery.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Neantro, quer fazer alguma observação?

O SR. NEANTRO SAAVEDRA – Obrigado.

Gostaria de fazer duas observações. Elas têm relação com duas perguntas que foram colocadas pelo Senador. Uma delas era sobre a questão dos 10% do PIB: se é necessário se fixar nisso. A outra é sobre como vender essa ideia.

Mas eu não vou tentar responder diretamente essas perguntas. Eu vou fazer dois pontos que têm relação com essas perguntas.

A primeira é a questão de quem tem a incumbência, que tem a responsabilidade de lidar com esse problema do déficit educacional, da desigualdade desses recursos. E aí sempre nos países sul-americanos – o Chile estaria incluído – naturalmente, a tendência é dizer que é o governo. E fica-se muito tempo nesta espera: esperar que o governo, este presidente, o próximo presidente vá tomar a iniciativa de resolver a situação. Naturalmente o governo tem uma parte importante a cumprir, mas a sociedade também.

Então, no momento de vender a ideia, eu acredito que se deve indicar claramente à sociedade que ela é, no fundo, a principal responsável, e não a sociedade em termos abstratos, mas as famílias.

Se voltarmos ao caso da Coreia do Sul, onde a despesa com a educação é menos que 8%, mas, mesmo nessa fração, aproximadamente um terço vem do bolso das famílias. É uma proporção relativamente alta. Entre países



européus essa proporção é muito inferior, mas no caso da China é semelhante. Você pode ver, em todos esses países, que as famílias vão ser capazes de grandes sacrifícios no âmbito pessoal para assegurar a educação dos filhos. Isso se vê muito menos aqui, porque há a concepção da educação como um bem público, quer dizer, como responsabilidade do governo. (*Ininteligível.*) ...ninguém mais estaria por conta dele.

A segunda questão, que foi levantada em parte – acho – pela Juliana, da Câmara Americana de Comércio, é a da distribuição. Eu também acredito que, com menos, bem menos do que 10, 8% do PIB, se ele fosse distribuído de forma mais equitativa, seria possível fazer muito. Outros países o fazem. Isso, realmente, é uma questão muito séria, porque há uma relação, de certa forma... Eu não gosto muito do termo “sistema”, porque dá a impressão de que são sistemas fechados. O sistema nacional do conhecimento não pode ser separado de outros subsistemas da sociedade. E nós sabemos que nossos países são muito segmentados, com grandes desigualdades sociais. Parece-me que atacar apenas o sistema pode ter alguns resultados, mas, em última instância, é necessário o enfoque um pouco mais integrado, que leve em conta as grandes desigualdades.

O Estado, naturalmente, aqui, pode ter algum papel para compensar essas desigualdades, porque, parcialmente, faz programas como Bolsa Família, inicialmente Bolsa Escola, que foi criado aqui, em Brasília. Mas essa discussão não deve ser ignorada, mesmo que, em termos práticos, seja importante proceder a uma proposta como essa. Não deve ser ignorada a relação entre as deficiências do sistema de conhecimento e outras deficiências que podemos ver em outros subsistemas desse grande sistema.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Neantro.

Temos mais alguns minutinhos. Primeiro, o Prof. Heitor e, depois, o Marcos Formiga.

Mais alguém gostaria de falar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Ah, desculpe.

Por favor, Daniel.

O SR. DANIEL TORRES DE CERQUEIRA – Meu comentário é muito breve. O Senador Cristovam Buarque, na sua rápida análise do que já foi feito até agora, lembrou dois temas importantes: a questão de refundar a universidade e propostas para refundar a universidade.

Na verdade, talvez nem todos tenham tido ocasião de ler este documento ainda. Da p. 24 à p. 36, há uma série de interessantíssimas propostas para essa discussão sobre refundar a universidade. Eu acho que esse é um tema de muita importância, porque não é só no Brasil que precisamos fazer isso. Estão ocorrendo nos países mais desenvolvidos, nos Estados Unidos, na Europa,



grandes discussões sobre como levar a uma nova universidade em função dos desenvolvimentos que estamos vendo hoje.

Ontem, o Senador Cristovam Buarque recebeu da Universidade de Brasília o título de Professor Emérito e fez um excelente discurso. Aliás, ele, já naquele discurso, deu algumas respostas para esses temas que estamos colocando aqui. No final, ele disse que não quer ser Professor Emérito, mas um aluno emérito. Pois bem. Eu acho que ele vai aprender muito nesse diálogo. Ele pensou: como vamos vender a ideia para a comunidade, o Senado e a sociedade?

Na comunidade acadêmica, realmente haverá muita discussão, porque algumas propostas aqui são revolucionárias. Estamos falando de uma revolução na educação. Isso é fundamental. Na universidade, particularmente, são importantíssimas as propostas que estão aqui mencionadas. Algumas têm sido abandonadas, infelizmente.

Eu me lembro de que fui o primeiro reitor da Universidade Federal de São Carlos e queríamos, naquela época, oferecer um curso de engenharia de materiais, em 1970. O Confea e o Crea, órgãos da engenharia, se opuseram a isso: por que um engenheiro de materiais? Eu lembro que lutei quatro anos para conseguir regularizar a profissão no Conselho Nacional de Federações de Engenheiros e Arquitetos do Brasil e também no Crea de São Paulo. Foi preciso muita discussão e foram necessárias muitas horas de trabalho para mostrar que era importante ter um profissional do futuro. Naquela época, 1970, como disse, o Brasil estava começando a fabricar aviões, mas utilizamos a grande e importantíssima variedade de materiais que temos no Brasil. Isso requer estudo, pesquisa, inovação, cooperação com a indústria.

Então, aqui há um aspecto importante. O Prof. Cristovam levantou um tema: “Como vamos vender o SNCI (Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação), para a nossa comunidade acadêmica, depois no próprio Senado e na sociedade em geral?”

Acho que são temas muito importantes e que merecem uma reflexão, mas não há tempo aqui para falar.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Obrigado, Heitor.

Vou dar prioridade a algumas colegas, senão a Mesa não vai gostar.

Jaqueline, por favor.

A SR^a JAQUELINE – Bom dia a todos os presentes.

Obrigado, Senador, pelo convite. Sinto-me lisonjeada, de verdade, em estar aqui hoje.

Sou pedagoga formada pela Universidade de Brasília, graças a uma boa quantidade de professores. É uma casa que prezo muito. Sou muito feliz, todos os dias, por ter sido formada por lá, por grandes mestres e doutores. E atualmente sou professora da Secretaria de Educação do Distrito Federal.



Pegando um pouco da fala do Waldery e do Prof. Joanílio, é como se pegasse o dedo e enfiasse na ferida. Quando o Senado pediu e solicitou que se falasse sobre as propostas, eu diria, Senador, que estão ótimas essas propostas. E acho que poderíamos fazer um leque com o seu livro *Revolução Republicana na Educação*. Percebo que há muita coisa desse livro que está aqui, mas acho também que dá para aproveitarmos mais algumas coisas.

E cito algumas colocações de que gostei muito. Na prática, nada melhor que um professor que está dentro da sala de aula. Uma coisa é o que os nossos professores nos falam na universidade; outra coisa é quando chegamos à prática crua e dura e vemos que não é nada disso que vimos na teoria, como John Dewey, que foi falado, Escola Parque, de Anísio Teixeira. A gente vai pegando o leque, vê que as ideias são maravilhosas, tudo é muito lindo, mas a prática não funciona assim.

Como diria o nosso colega aqui, se a gente quer fazer educação integral, tem dinheiro, mas não tem infraestrutura, de que adianta fazer? É um dos aspectos da escola parque, realmente, essa questão da educação integral.

E posso colocar essa questão de mais tempo na escola. Realmente seria muito benéfico se a gente olhar na parte... Falo porque trabalho com a periferia. Eu trabalhava numa escola, este ano, em Sol Nascente, onde tem o IDH mais baixo do Distrito Federal, na Ceilândia. E atualmente estou ao lado do Sol Nascente, no P Sul; fica na Ceilândia também, que é outra área de risco.

Então, percebo que grande parte dos pais têm necessidade de alguém cuidar dos filhos. Então, acho que a educação integral ajudaria nisso, em vez de a criança ficar ociosa em casa.

Como falei a uma aluna minha: “Ah, vocês vão entrar em férias agora no início de dezembro.” “Pra quê, tia, eu quero entrar de férias, porque tenho que ir para casa cuidar dos meus irmãos!”

Então, a realidade da menina, que já está fora da idade da série, 12 anos: ela tem que ir para casa cuidar dos irmãos, em vez de estar investindo na educação dela, com curso de informática, com esporte, com uma dança. Então, é uma coisa que me machuca ver.

Estou lecionando atualmente para uma série de 4ª ano, que é a antiga 3ª série, e pasmei – cheguei há pouco tempo – ao ver que o aluno não sabe interpretar, tem problemas graves na escrita, não sabe realizar as quatro operações básicas. Eu fui corrigir, nesses dias, provas, e os alunos não sabem contas de adição, subtração – 4º ano!

Então, começa onde? O problema começa lá na base. Muitos alunos meus não fizeram educação infantil. Se não se faz educação infantil, o que se espera no ensino fundamental quando essa criança chega? O professor vai ter dois trabalhos, com aquele que fez e com aquele que não fez – tem que se redobrar. E, muitas vezes, o que o Senador já falou e que também um colega já havia dito isso em uma palestra e que eu já ouvi isso anteriormente: se o pai não é



o aliado – porque têm que ser aliados: pai, escola e governo –, se não faz esse leque, como a gente faz?

Então, o problema já começa lá na base. Primeiro ponto: aluno não faz educação infantil. Segundo ponto: o aluno já chega ao ensino fundamental com problema. Ele não tem uma boa leitura, uma boa interpretação, não realiza as quatro operações básicas, chega ao ensino fundamental II, com uma série de disciplinas, não consegue interpretar, não consegue dissociar isso. Aí, vai gerando aquele problema da bola de neve até chegar ao ensino médio. E não conseguimos o padrão de nível que temos de ter.

Por isso o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) está horrível aqui, como está no início: 3,7. Há diretores que estão com 5 e estão achando fantástico, só que se esquecem de que o Ideb do mundo lá fora é 7. Os professores falavam da Coreia, da China. Olhem o Ideb dessas nações.

Por que não comparar? Como o professor falava, temos de copiar exemplos bons. Por que não isso?

O Senador também salientou essa reação à criação da nova carreira nacional de professor. Eu acho que teria que ser assim. Alguns colegas têm certa inveja de nós, professores do Distrito Federal, dizendo que aqui é onde se ganha mais. Acham que é um absurdo fazer greve e essa questão toda – e este ano já houve greve aqui no Distrito Federal. Sempre colocam muito isso. Eu acho que seria adequado adotarmos a isonomia: todo mundo ganharia a mesma coisa. Eu acho que realmente é preciso investir, porque muitos professores hoje não estão nem aí. Acho que seria muito benéfico se existisse uma gratificação, por exemplo, para o professor ou para a escola que se comprometesse a seguir uma série de regras, propondo-se a desenvolver, a fazer crescer a educação.

Muita gente reclama disso. É claro que o nosso nível de vida aqui é muito alto, mas acredito que, se todos fossem tratados igualmente, se todos tivessem as mesmas condições de trabalho – sabemos que muitos Municípios e muitas cidades não têm, e no DF isso também acontece –, com certeza tudo iria melhorar muito. Acredito também que há outra coisa que poderia ser feita. Infelizmente, a nossa classe, em algumas partes, é muito desunida. Acho que ela deveria unir-se mais, principalmente para reatar essa questão, melhorar essa questão.

Há uma pergunta que eu deixo para a Mesa, para os convidados. Em outras palestras de que venho participando, essas questões vêm sendo salientadas há algum tempo, e sempre vamos batendo na mesma tecla. Talvez daqui a um, dois, três, quatro anos, na próxima legislatura do Senador, bata-se na mesma tecla.

Quando o Brasil vai acordar para essa situação?

Concordo plenamente com a ideia de se dividir o Ministério da Educação para que parte dele cuide da educação básica, como sugeriu um colega nosso aqui – não me lembro agora qual foi o professor, talvez alguém do



Ministério da Ciência e Tecnologia –, deixando essa parte da universidade e essa parte tecnológica num ministério à parte, até porque é um segmento que demanda muitas ações. Se você for pensar na tecnologia, vamos pegar Humanas, Exatas, vamos pegar um leque enorme de coisas a fazer. Acredito que já deveria ter sido mudado o Ministério há muito tempo, mas é aquela coisa: o Senador fez a proposta, apresentou, à época, para o Lula, mas ninguém ouviu.

Queria agradecer e deixar claro – o Senador ontem foi homenageado como Professor Emérito – que, se hoje eu sou uma educadora, ele fez parte disso. Aos meus 12 anos – eu não o conhecia, ele me encontrou ainda como estudante do ensino fundamental de escola pública –, ele me perguntou o que eu queria ser quando crescesse. Eu respondi para ele que eu queria ser atriz – naquela época eu não gostava de estudar. Ele simplesmente olhou no fundo dos meus olhos e me respondeu: “Para você ser atriz, você vai ter que estudar muito”. Aquilo ficou na minha mente. Eu vivia de recuperação naquela época, mas lembro que, dias depois, parece que um anjo desceu, a vida mudou, comecei a estudar, virei outra pessoa. Os professores perguntavam: “Jaqueline, o que aconteceu com você?”. Eu respondia que nada havia acontecido, mas acredito que um anjo passou na minha vida, e isto foi-se perpetuando: sétimo ano, oitavo ano; quando cheguei no primeiro ano do ensino médio, eu era destaque de turma; no segundo e no terceiro, eu fui promovida para a melhor turma da escola. Aliás, agradeço muito por ter estudado no CTN também, escola pública. Depois, estudei mais dois anos e consegui entrar na Universidade de Brasília, à qual sou muito grata. Todos os professores aqui sabem como é maravilhoso estudar lá.

Uma andorinha só não faz verão. Ele está engatinhando, está conseguindo outras pessoas. Então, acho que, por ser professor, ele merecia esse prêmio mais do que tudo. Se hoje sou o que sou, com certeza isso é prova viva do ensinamento que ele me deu.

Obrigada. Boa tarde.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado.

André, você espera mais um pouco? (*Pausa.*)

Eu quero chamar a Daniela, por favor.

A SR^a DANIELA – Bom dia a todos e a todas. O meu nome é Daniela. Eu sou professora e vou ser bem breve, respondendo a alguns questionamentos do Senador Cristovam Buarque.

Três perguntas ficaram na mente.

A primeira é se o sistema realmente pode continuar ou se ele deve ser completamente mudado; a segunda é o foco do PIB; e a terceira é como divulgar a ideia desse novo SNCI.

O sistema atual evidentemente não funciona. Então, realmente, a ideia da revolução tem de ganhar peso e mudar rápido, porque hoje o sonho de ser professor é um sonho ingênuo e que, quando ele depara a realidade econômica, você o abandona, você o deixa, e não vai dizer para o seu filho: “Bom,



seja um professor que você terá um enorme futuro no nosso País.” Você vai dizer: “Seja um juiz, um médico, menos professor.”

E isso é doloroso, porque quem está ali, dedicado e ainda ingênuo, perde muito tempo. Há a docência, são quatro anos de formação, e depois você vê que não existe essa infraestrutura para você continuar a sua carreira, os seus sonhos e as suas satisfações. Então, você tem de mudar, no meio da vida, todos os planos e pensar em uma nova carreira; enfim.

Agora, falo sobre a questão do PIB, dos 10%. Vocês estão batalhando para a implementação dessa revolução. Dos 8,52%, sobra ainda 1,48%.

Eu não sei como isso funciona, mas sei que falta um órgão, talvez uma OAB, para o professor, porque você se forma e para onde você vai depois? Onde você tem de provar o seu conhecimento? Onde você se habilita para ser um professor de qualidade? Você não tem uma carteirinha, não tem como provar a sua qualidade. Você é um professor e pronto. Vai ao cinema, leva o contracheque para poder pagar meia entrada, e por aí vai. Os problemas de ser professor são eternos, perpétuos. É uma realidade muito triste.

Então, tem de se pensar em alguma forma, em algum jeito de se organizar a OAB do professor, estruturada nos níveis básico, fundamental e superior, para evitar que somente os professores universitários sejam privilegiados. Os professores de base são minúsculos; os professores de ensino fundamental são minúsculos, invisíveis, imperceptíveis.

Conversamos, conversamos e conversamos, mas, se não mudar esse cenário, vai haver o PNE II, o II, o IV – só a continuação. Então, realmente, temos de pensar essa revolução.

Bom, é isso.

Obrigado a todos e bom dia.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Daniela.

Eu cometi um equívoco e peço desculpas.

Eu gostaria de mencionar a presença do Dr. Cícero Ivan Ferreira Gontijo, Reitor da Universidade Católica de Brasília, UCB. Desculpe-me professor.

Pela ordem, o André Luiz, do Instituto Federal de São Paulo.

O SR. ANDRÉ LUIZ – Boa tarde a todas e a todos. Parabênzoo o ilustríssimo Walter, a Mesa e o nosso Senador que está em entrevista.

André Luiz, Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

O Brasil está passando por um momento bom – todos nós reconhecemos –, alavancando muito rapidamente em todos os aspectos.

Para isso, nós precisamos da segurança. Esta semana, assisti ao pessoal das Forças Armadas, que veio mostrar o nosso plano para poder ir junto com o desenvolvimento brasileiro – o que é ótimo –, e agora o da educação, pelo que já estamos há muito tempo batalhando, e patinando.



Então, para o Brasil realmente ser o que nós queremos e o que parece que ele vai ser, nós precisamos atacar essas frentes. O que está acontecendo este ano, no Brasil – de que eu gostei muito –, e que me trouxe a Brasília? Agora há pouco, eu e a pedagoga Lúcia chegamos de viagem de São Paulo, especificamente para este encontro.

Em maio, houve a Conferência Nacional de Transparência e Controle Social. Tivemos também a Parceria para Governo Aberto (OGP). O Obama convidou a Dilma, e os dois países tocaram, junto com os outros 55. Está acontecendo no Ulysses Guimarães desde quarta-feira, e vai até sábado, uma conferência anticorrupção. Então vejo que há muita coisa acontecendo para combater a falta de transparência, a corrupção neste País, que é um dos entraves da nossa educação – para ela deslanchar.

Depois da ditadura, após vinte e poucos anos que temos de “democracia” – entre aspas –, a corrupção é o mal maior que vejo para deslancharmos. Planos e vontade existem. Estão faltando líderes, é lógico: Darcy, Paulo Freire. Mas nós vamos conseguir também fazer esses líderes aparecerem.

Então, em cima disso, salvo melhor juízo ou entendimento – desculpem se eu não estiver falando muito corretamente sobre a corrupção no Brasil –, 10% do PIB na educação, na atual conjuntura, no modelo que temos de educação, nos moldes de gestores...

Eu vou ficar à tarde aqui também, porque nesta mesma sala vai haver gestão escolar. Também vim para isso. O Senador Cristovam está de parabéns com esses dois eventos, de manhã e à tarde.

Então, precisamos fazer a ruptura deste modelo: a universidade como está, com pesquisa teórica, que fica na prateleira, raras exceções vão para a indústria, e o pessoal externo pegando nossas ideias, porque demoramos muito tempo para patentear, para registrar nossas ideias... Desenvolvemos grandes pesquisas nas universidades e demoramos a levar para a indústria. Com isso, o pessoal de fora vem – eles são rapidinhos – e o fazem primeiro, antes de nós.

Nesta semana estivemos com o Ministro da Ciência e Tecnologia, o Raupp, em São Paulo, foi muito proveitoso: inovação e desenvolvimento econômico.

O que me faz trazer a fala é colocar à disposição os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que estão no Brasil atualmente. Por exemplo, em São Paulo, nós temos 104 anos. Até 2002, nós éramos apenas três unidades no Estado de São Paulo. Aí, graças ao Governo Lula, com erros e acertos – mas eu digo graças a ele e, agora, com a continuidade da Dilma –, estamos com 27 unidades no Estado. E até 2014, 34.

Então, nós temos um grande potencial. Se bem trabalhados os institutos, se não se transformarem em sucata, em fazer de conta que estão fazendo pesquisa, ensino, extensão e, talvez, inovação, nós podemos transformar



este País, de fato e de direito. Dinheiro está havendo agora. Durante muito tempo no Brasil não tínhamos dinheiro. Agora, há dinheiro.

Ideias boas. Eu fico honrado de ficar perto dessas pessoas, que conhecem e sabem o caminho. Só está faltando aquele cliquezinho. Infelizmente, o Brasil é um país de metades. Fizemos meia república, meia libertação dos escravos. Meia em tudo. E tenho medo de, agora, com esse *boom* que temos, ficarmos no meio do caminho também. Temos de ficar muito atentos a tudo isso.

Por exemplo, agora estão falando em dividir o MEC – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação e MEC. Nós somos o do meio. A universidade cuida para cima; a educação básica, os Municípios, os Estados. Os institutos federais estão cuidando dos jovens e adultos – Proeja, educação básica, ensino superior, graduação, pós-graduação, extensão e várias outras coisas. Pronatec.

Precisamos também ter uma definição: para que lado vão os institutos, que hoje são maioria no Brasil em relação à universidade? Eu acredito que a universidade, talvez, fique com o foco de pesquisa teórica, e os institutos, com pesquisa aplicada.

E também é uma ótima ideia que vocês têm e querem pôr em prática: acabar com isso de Município e Estado. Deixar a educação como servidores de uma única classe. Isso gera muito problema de greve e tudo o mais. Por exemplo, no ano passado, nós ficamos 88 dias em greve. Neste ano foram 66 dias.

E, finalizando, porque o tempo é curto, e todos querem almoçar, nós temos muita gente capacitada. Nós temos que parar de ficar dependentes da OCDE; dependentes de Pisa; Ideb. Vamos reformular tudo e criar o nosso nível, porque é uma coisa amarrada que só deixa ir até ali, sabe? A gente tem que avançar muito mais.

Então, a OCDE tem nos ajudado, mas acho que agora temos de nos libertar dela e criar o nosso; deixar o Pisa de lado. Ela ainda vai continuar nos apoiando economicamente.

Falamos aqui também de pedagogia dos valores. Em maio, eu fiz parte da Conferência Nacional de Transparência e Controle Social – eu vou falar rapidinho para terminar –, e aí nos fomos eleitos no Município, no Estado, e viemos aqui para o Ulysses Guimarães, na nacional.

Fizemos 80 propostas; resumimos: 13 mil propostas geraram 80. Uma delas gerou um Projeto de Lei do Senado, o nº 2/2012, que está para parado aqui no Senado. Alguns Senadores, com todo o respeito que eles merecem – era para ser aprovado – pediram vista e pararam o processo. O que esse PLS nº 2 fazia? Cuidava disto aqui: pedagogia dos valores. Era cuidar da cidadania; resgatar aquele OSPB que nós tínhamos quando éramos pequenos.

Então, a parte da cidadania, conhecer a gestão pública. Vemos hoje em dia a classe pobre subindo para a média, mas não educamos as pessoas a usarem o dinheiro. E o que está acontecendo? Estão endividados.



Estamos lutando por banda larga para a população; as nossas crianças e os nossos idosos que não têm muito acesso à tecnologia estão ficando criminalmente penalizados. Eu faço parte de duas comissões da OAB em São Paulo: de crimes de alta tecnologia e de ciência e tecnologia. O pessoal quer criminalizar o uso da Internet, e não educar para o uso da Internet. Assim, antes de penalizar, nós deveríamos... Nesta semana foi aprovado o Marco Civil da Internet. Então, agora nós temos de prestar atenção nos decretos que virão depois dele para regulamentá-lo.

E precisamos também, para finalizar, do Marco Civil Regulatório da Comunicação. A comunicação, do jeito que está no Brasil, não pode; ela está desviando os nossos jovens. Não digo em liberdade de expressão, que a imprensa fala que vai acabar. Não! É acabar com o *lobby* da imprensa e fazer uma comunicação de verdade, porque é do povo; é uma concessão pública.

Para encerrar, então, eu deixo o Instituto Federal à disposição dos senhores no que precisar para colaborar com esse Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação, porque nós não temos vícios; estamos começando na pesquisa e na inovação e podemos colaborar bastante.

Obrigado e desculpem-me por alguma fala.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado. Foi muito produtiva a sua fala, André.

Aliás, eu gostaria, aproveitando a sua deixa, de solicitar a todos que aqui participaram que, se quiserem nos enviar sugestões ou colaborações para serem acrescentadas e melhorar o documento, gostaríamos de contar com mais esta colaboração.

Eu sei que o almoço aqui em Brasília é meio complicado para quem tem crianças, e outras coisas mais, mas temos mais quatro pessoas para falar.

Com a palavra, o Sr. José Negreiros.

O SR. JOSÉ NEGREIROS – Boa tarde. Eu e meu colega João somos da revista Darcy e estamos aqui, também, para fazer uma reportagem sobre essa questão da educação, mas eu queria fazer algumas observações.

Eu fui assessor do Senador Cristovam cerca de cinco anos atrás, e ele já pregava algumas dessas ideias – bom, foi logo no período posterior ao Ministério, quando ele assumiu o Senado – e é impressionante, lendo esse documento, como muitas daquelas coisas que ele apontava não foram corrigidas. Aliás, lembro-me de que na época se lançou o PDE – há cinco anos –, e se iniciou esse sistema de se tentar fazer uma pressão sobre a progressão de qualidade.

No ano passado, ou no início deste ano, eu vi alguns anúncios do Governo, publicidade oficial, em que – não sei se vocês viram isso – se apresentavam conquistas e se dizia que estava em 5,7. E ele está dizendo aqui que está em 3,7. Não sei se vocês se lembram desse comercial. Era um comercial que tinha um ator de televisão que entrava numa sala e começava a falar das



excelências da progressão. E as crianças até diziam: “Fulano, agora deixa de falar que a professora quer dar aula!”. Meu filho é professor...

Não conhecem esse comercial?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele esteve no ar por algum tempo.

O SR. JOSÉ NEGREIROS – Ele esteve no ar por algum tempo. E meu filho, que é professor de música, de violão, me dizia: “Esse dado é falso, é mentiroso.” E eu dizia: “Não, mas não é possível que o Governo esteja fazendo publicidade de um percentual falso. Eu acompanhei esse programa no início do lançamento dele. Não pode ser verdade!”

E o Cristovam está dizendo aqui que, de fato, o negócio é falso; não é verdade. Não se andou depois desse lançamento.

Hoje, na Universidade de Brasília, a nossa revista tem por foco o aluno do ensino médio. Ela é distribuída para todos os professores da rede de ensino médio do Distrito Federal, para que eles usem esse material como material paradidático. A revista até foi distribuída por aqui.

E hoje, a partir da decisão da Presidenta Dilma, de implementar os 50% da quota já, imediatamente, não esperar mais tempo, isso nos chamou a atenção e iniciamos uma discussão de como aproximar a educação média da universidade.

Dentro da Universidade de Brasília, há quem defenda, por exemplo, a criação do que seria um decanato de pré-graduação, onde haveria uma recepção ao calouro muito mais intensa, no sentido de recepcionar o aluno que está chegando. Ao mesmo tempo, na escola pública, fala-se da possibilidade de se criar um espaço dentro do ensino médio para já ensinar alguma coisa da universidade, já preparar o garoto para a universidade.

Aliás, existe um livro americano que se chama *Éramos Nós – A Crise Americana e como Resolvê-la*, escrito por um jornalista e por um educador americano, em que dizem que a Polônia já faz isto: já coloca no ensino médio... O Senador Cristovam me falou que, quando Governador do Distrito Federal, tentou implantar a ideia de fazer uma espécie de Clube do Livro e de Clube da Ciência; levar professores e alunos da universidade para incentivar o aluno.

Mas eu vejo que isso talvez seja utópico diante de números tão desfavoráveis e de situações tão desfavoráveis que temos aqui.

Ao mesmo tempo, há notícias de que o próprio Governo do Distrito Federal está tentando mudar, imediatamente, para o próximo ano já, o currículo no ensino médio, numa tentativa de até realizar coisas parecidas com este dado, com estas pretensões e com estas ideias de que se fala hoje.

Mas o livro que eu citei aqui, o *Éramos Nós*, é uma crítica muito mais forte do que a que estamos fazendo aqui, dos próprios americanos, mostrando como eles fracassaram nos últimos 20, 30 anos, e abriram espaço para o que se falou aqui dos chineses. Por que a China foi tomando o lugar e como a sociedade americana foi abandonando o investimento em ciência, em educação e em cursos



de Matemática? Antes, os americanos eram o número um, e hoje são os chineses. Os autores lembram que, quando o Sputnik foi lançado, com o primeiro homem em volta da Terra, no espaço, os americanos foram intensamente humilhados tecnologicamente com aquele evento soviético na época. Ele lembra que houve uma reunião no país inteiro. Num determinado momento combinado, o país inteiro parou, nas escolas, nas universidades, nos hospitais, em todas as instituições, e os líderes disseram o seguinte: “Olha, ontem, a nação americana foi humilhada pelo país concorrente; colocaram um homem no espaço. A partir de hoje, nós vamos tentar virar esse jogo, e precisamos da ajuda de todo mundo aqui, em todas as instituições.” Aí ele diz que, dez anos, sei lá, pouco tempo depois, colocaram o homem na Lua. Só que, hoje, desapareceu essa motivação. Esse país que eram os Estados Unidos, hoje é a China, que se comporta dessa maneira. É lá que eles estão fazendo essas reuniões, dizendo: “Vamos agora ganhar o jogo.” Porque os americanos, com a crise, enfim, com toda essa questão que conhecemos, ficaram para trás.

Finalmente, eu gostaria de dizer o seguinte: nós falamos aqui de muitas coisas, dessa história de que gostamos muito de falar do momento brasileiro, que vivemos um bom momento, que o Brasil está na onda. O Senador Cristovam se lembra também de que, há quase dez anos, a questão nossa não era bem essa história de que vivemos um bom momento, mas a velocidade, não é? Nós nos contentamos com muito pouco, fazemos as coisas muito lentamente.

Há cinco anos, ele dizia: “Esse PND é lento, não vai resolver”. Eu estava ao seu lado e ouvia essas coisas. Cinco anos depois, nós estamos em 3,7. A ideia parece que era, para 2015... Hein?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ NEGREIROS – Para 2020, chegar a seis.

Pois é, passaram-se aí já cinco anos, e nós ficamos no mesmo lugar. Quer dizer, sequer houve velocidade. No entanto, estamos satisfeitos, o que é trágico.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Professor.

Mateus...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Sr. Walter, só para...

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Perfeito, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Para dizer que eu gostei muito do que disse o Negreiros, mas ficou aqui uma ideia para mim. Qual seria o nosso Sputnik? O que faria o Brasil despertar? Porque a gente vê o Paraguai erradicando o analfabetismo antes da gente, a Venezuela,...

O SR. JOSÉ NEGREIROS – Quem sabe é o Neymar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – ...a gente vê Cingapura, tudo isso, e a gente não vê um Sputnik nosso. Talvez não estejamos



olhando bem o que poderíamos mostrar à opinião pública que provocasse essa indignação que os americanos sofreram em 1957, não foi?

O SR. JOSÉ NEGREIROS – É, em 1957.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Bem lembrado, Senador. Sr. Mateus, por favor.

O SR. MATEUS – Bom dia. Meu nome é Mateus. Eu sou da UnB, aluno de Gestão de Políticas Públicas. Eu queria até fazer...

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Seu microfone está funcionando, por favor?

O SR. MATEUS – Está.

Eu queria até fazer uma propaganda do nosso curso, que começou agora, há pouco tempo, e está em desenvolvimento. Não temos nenhuma turma formada. E chamo quem estiver interessado, quem estiver assistindo, quem tiver vontade de fazer um curso que tem a ver com desenvolvimento político, com desenvolvimento de políticas públicas, estamos lá dispostos a desenvolver junto com vocês o curso.

O que eu queria é questionar sobre a gestão dentro desse programa. Eu não vi, pelo menos no tempo que tive para ler, o papel do gestor nesse programa.

O maior problema do Brasil é a gestão de recursos. Não há gestores capacitados no desenvolvimento de programas, no desenvolvimento de políticas públicas, para a aplicação de recursos, na base mesmo. Existem grandes pensadores, grandes pesquisadores, grandes teóricos, mas na hora de aplicar o projeto, na hora de desenvolver o projeto, não existem pessoas capacitadas. Não há pensadores, no âmbito da base mesmo, capacitados para aplicar esses projetos. E uma grande ferramenta que a Constituição nos dá são os Municípios. A microdivisão que acontece dentro dos Estados facilita muito – pelo menos era para facilitar muito – a aplicação desses programas.

Aqui no projeto, não vi também a participação dos Municípios nessa questão e nem a função deles. A própria Constituição deu a função dos Municípios, que é, junto à União, aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência. E é uma ferramenta que temos de utilizar.

Eu até discordo – eu acho que ele foi embora – de quem falou que tinha de ser um programa nacional. Entendo que é necessário haver um programa para os professores, um plano de carreira nacional dos professores, mas é preciso valorizar essa questão regional e municipal na hora de administrar a educação.

Por exemplo, minha família é do interior de Goiás. Lá existem particularidades que não existem no DF. A questão da agricultura é muito mais valorizada. Eles não questionam se querem entrar numa indústria ou se querem entrar numa grande empresa. Eles querem desenvolver a agricultura. E é um braço grande do Brasil. O Brasil tem uma possibilidade gigantesca na agricultura.



Por exemplo, a Coreia do Sul não tem a possibilidade de crescimento na agricultura que nós temos. A China e outros países naquela região não têm um grande desenvolvimento na área da agricultura como nós temos.

E é um lado que temos de valorizar, pois vi aqui que estava mais voltado para o lado urbano, o lado industrial, o lado empresarial, do que para o lado da agricultura e o lado da mineração. Embora sejam *commodities*, não tenham grande taxa de crescimento e estagnem o preço, são necessários, porque são um braço nosso, um braço de desenvolvimento nosso, e são o que temos para acrescentar ao mundo.

Além do desenvolvimento tecnológico, em que, no Brasil, já houve um crescimento, principalmente durante o governo Lula. O projeto vislumbra ainda mais o desenvolvimento desse lado, mas o que eu vejo é que houve esse abandono do lado da agricultura, do lado da mineração e de outras questões em que o Brasil sempre teve uma grande capacidade.

Para finalizar, a questão regionalista. Por exemplo, eu não vejo ninguém querendo trabalhar na Amazônia, no interior da Amazônia, no interior do Pará. Principalmente no Pará, que é uma terra quase sem lei. As pessoas não querem ir para lá, não desejam. Meu tio morou lá muito tempo e conta que não podia andar de capacete, por exemplo. Então, ninguém quer ir para esses locais do interior. Como é atrair esse pessoal, profissionais respeitáveis, pessoas de grande calibre mesmo, para esses locais?

Podemos ver isso em outras profissões. Existem programas nacionais, principalmente de crescimento de carreira, como da Polícia Federal, em que ninguém quer ir para a fronteira, ninguém quer ir para locais do interior, porque a chance de crescimento e a chance de ocorrer algum problema lá dentro é muito grande.

Então, peço para avaliar a questão do tamanho do Brasil e as questões do nosso desenvolvimento na parte agrícola e na mineração, também dentro do projeto.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Perfeito. Muito obrigado, Mateus.

Eu queria só lembrar que a parte da tarde continua focando especificamente e mais diretamente nessas questões da gestão do PNE.

Temos agora os colegas.

Mais alguém de fora? Porque agora nós vamos... O Formiga faz parte do grupo. Formiga.

Desculpe. Perdão, Formiga, é prioridade.

Por favor, professora.

A SR^a ELENITA – Bom dia. Serei bastante breve, focando nas dez questões que o Prof. Cristovam abordou.



Uma delas me chamou a atenção, basicamente a que se refere ao que fazer: o que é necessário para que a educação fique boa.

Antes de tudo, eu acho que precisamos criar uma coisa chamada “torcedor da educação” no Brasil, a exemplo do torcedor de futebol e do torcedor de carnaval, que são modelos para os quais temos de tirar o chapéu. O modelo brasileiro do carnaval eu diria que é bem sucedido em todos os aspectos, quer na gestão, quer na condução, quer na execução. E com resultados. A mesma coisa no futebol. E nós não temos esses torcedores no Brasil, mas exatamente o contrário: temos os antitorcedores, a começar por nossas próprias casas. Os pais não torcem e dão o contraexemplo aos filhos, dizendo: “Não faça! Não seja professor, porque não dá dinheiro!”. E isso, digamos, vem de longas datas; não é nada novo.

Então, para ter esse torcedor, o que falta é como fazer. O que temos que fazer, a exemplo dos dois elementos que eu citei, que são modelos bem sucedidos?

Estou pensando sobre isso. Eu acho que vamos encontrar uma saída e que esse é o grande nó.

A outra questão, a primeira, diz respeito a, se queremos dar um salto, se o caminho é melhorar o atual ou criar outro?

Gente, nem tudo está perdido. Nem tudo é ruim no panorama educacional brasileiro. E nós temos outro modelo altamente bem sucedido no Brasil, que é o da pós-graduação e da pesquisa, que deu um grande salto e que hoje é exemplo para muitos países. Eu não vou entrar em detalhes.

Então, estamos vendo que o grande nó está lá na base.. Nós temos que acabar tudo e revolucionar partindo do zero? Não existe isso. Eu acho que a gente tem de inovar.

Então, já que a gente está falando nesse sistema – um elemento importante aqui é a proposta para a construção de um Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação –, por que não vamos usar a inovação para o que está ruim? É isso que eu acho. A começar pelos cursos de Pedagogia.

A gente está formando professores nos moldes de muitos anos atrás, e o mundo mudou. A gente tenta se renovar dentro da universidade – eu não me apresentei, mas o meu nome é Elenita e sou professora da UnB. Nós fazemos isso nas salas de aula, mas nós fazemos isso individualmente. Por que nós não institucionalizamos a inovação lá no ensino fundamental e no ensino médio?

Eu acho que vários exemplos foram dados. Não li ainda com todo o cuidado que merece este trabalho aqui, mas vi que há muita coisa boa. E os dez pontos, talvez, mereçam esse elemento da criação do torcedor. Vamos criar!

E aí eu incluiria uma coisa num elemento aqui: como divulgar. Vamos usar as redes sociais. Não há jeito. A gente não pode ir contra a maré. A gente tem que usar o que existe, e isso é forte. Então, fica essa colocação.



Eu não vou me delongar. Agradeço terem me deixado fazer essa colocação, mas isso ficou coçando na minha língua e eu precisava colocar.

Obrigada.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Parabéns pela sua fala, professora. Muito obrigado.

Mais alguém deseja se manifestar antes de entrarmos no nosso grupo aqui?

O SR. MARCOS FORMIGA – Sim, esperando a vez.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Formiga.

O SR. MARCOS FORMIGA – Na linha do que nossa colega Elenita já falou, acho que a gente tem que dar um encaminhamento, na parte final desta audiência, às perguntas levantadas pelo Senador.

Eu sou daqueles incrédulos com relação ao Plano Nacional de Educação. Por uma função burocrática, ele vai ter de ser aprovado, pois é uma exigência constitucional. Mas o que esperar dele? Pouco ou quase nada.

Então, temos de tentar salvar o plano naquilo que ele puder embutir as ideias novas, revolucionárias do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação. E isso tem de começar nesta Casa, aqui no Senado.

O Senador pergunta: “Como vender essa ideia?”.

Não é fácil. Elenita deu a ideia das redes sociais, que é exatamente uma das que eu anotei aqui. Mas eu queria acrescentar: ir ao rádio e à TV, aos programas populares de entrevistas. O Senador tem que fazer um trabalho missionário de disseminar essa ideia. E, para isso, eu dou um exemplo muito bem-sucedido na área de educação, como sempre, na área mais privilegiada, naquela em que o Brasil tem a melhor qualidade: a pós-graduação. O exemplo fantástico do Ciência sem Fronteiras.

A ideia tem um ano e meio, e a implementação está no seu primeiro ano, tem menos de um ano. Como aconteceu? O exemplo vem de fora, sempre influenciando, no bom sentido, o Brasil. A Presidente ouviu duas pessoas: os dirigentes chineses que estão sendo mudados agora, em boa hora, e o Presidente Obama, que acaba de ser reeleito.

Os dois, China e Estados Unidos, alertaram o Brasil. Os dirigentes chineses disseram: “Nós temos meio milhão de estudantes no exterior.” E o Obama vendeu aquilo que ele tem de melhor – a educação em crise, a americana também: a melhor pós-graduação do mundo. Tal qual o Brasil. Nós estamos seguindo o exemplo equivocado dos Estados Unidos, privilegiando a pós-graduação como ilha de competência e esquecendo a educação básica.

Mas a Presidente ficou com essa ideia na cabeça e, chegando aqui, depois da visita à China em abril do ano passado, chamou os dirigentes do MCTI e do Ministério da Educação – leia-se Capes e CNPq – e lançou, com muita rapidez, com muita agilidade, o documento. Posso dizer que esse foi um documento muito mais reflexivo do que a ideia do Ciência sem Fronteiras. Só que



quem está vendendo o peixe é a própria Presidente, e ninguém melhor que ela. Então, é um programa. R\$3,5 bilhões em quatro anos, em que nós vamos mandar 100 mil alunos para o exterior, inclusive em graduação sanduíche.

Esse exemplo do Ciência sem Fronteiras, eu acho, fica como referência para vender a ideia do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação. Portanto, a gente tem que sair do Senado, de preferência com o endosso de todos os Senadores e Senadoras, ganhar o Parlamento, ganhar o Executivo – e o caminho é a Presidência da República –, para ganhar a sociedade. Porque, se for esperar que a sociedade eleja a educação como prioritária, vai demorar muito.

Diferentemente do futebol e do samba, as nossas prioridades sociais são segurança pública, mobilidade, transporte e saúde. Educação, em todas as pesquisas, vem em quarto ou quinto lugar. Então, para a educação tornar-se prioridade governamental, ela tem de ser cobrança, primeiro, da sociedade. Lamentavelmente, ainda não é. E esse exemplo do Ciência sem Fronteiras, no meu entender, ficaria como referência para vender a ideia do Sistema Nacional de Conhecimento e Inovação.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado, Marcos Formiga.

Pela ordem de inscrição, Joanílio, por favor.

O SR. JOANÍLIO TEIXEIRA – Bem, eu tenho a impressão de que algumas coisas de que eu pretendia falar perderam um pouco do sentido, dado o tempo disponível. Eu tenho a impressão também de que algumas dessas coisas iriam criar mais polêmica do que luz. De qualquer maneira, só para não ficar muito frustrado com a minha participação, deixem-me dizer uma coisinha ou outra, só para estimular um pouco mais a reflexão.

Eu estou preocupado com o seguinte: será que, neste nosso documento e nas nossas intervenções aqui, muito frequentemente, não estamos sendo muito tecnocratas? Será que não estamos muito preocupados em copiar Japão, China, Índia, países como, por exemplo, Coreia do Sul e coisa parecida?

Para mim, no fundo, no fundo, no fundo, a gente tem, como brasileiro, que pensar muito na nossa diversidade, nos diversos níveis. E o que acontece?

Afinal de contas, quando eu penso em educação, é claro que penso no lado social, mas penso no lado pessoal também. Mas o que me incomoda um pouquinho em todo este debate nosso aqui? É o seguinte: no fundo, para mim, tanto no lado pessoal quanto no social, o fundamental na educação não é só ter um grande avanço na produtividade e tornar o Brasil um país competitivo, o maior exportador de tecnologia ou coisa parecida. Isso é muito importante também. Eu não quero que o Brasil continue sendo um exportador de bens básicos, de coisas triviais, sem valor adicionado. Mas me chama a atenção um ponto que eu vou levantar, embora cause um pouco de polêmica.



Eu me sinto muito tranquilo em dizer isso, porque as minhas publicações, a maior parte delas, são em Economia e Matemática. É isso que eu publico internacionalmente, e me incomoda o quê? Afinal de contas, para que o conhecimento? Será que é só para aumentar a produtividade ou coisa parecida? Tornar o Brasil uma grande potência? Os nossos colegas professores, alunos, o povo, um povo altamente culto, bem dotado? Claro que isso é importante. Mas, no fundo, no fundo, no fundo, eu acho que a gente tem que se preocupar um pouco mais com a tal de busca da felicidade.

E aí fica o grande problema: como definir felicidade?

Eu tenho certeza de que, nas pesquisas que eu li pelo menos, não se coloca o finlandês, o norte-coreano, o chinês, etc. como os povos mais felizes do mundo. Não vamos encontrar isso. Será que não estamos buscando uma utopia, uma grande ilusão, ou que pode ser uma grande ilusão?

É claro que podemos ser um pouco mais cuidadosos com o que estamos expondo e, no meu caso, dado o limite de tempo, estou sendo muito pouco cauteloso. Então, peço até perdão por este excesso de veemência, sem colocar de modo mais crítico a minha posição.

Mas eu vou usar duas frases de efeito para caracterizar um pouco a minha preocupação. Uma é a seguinte: eu não gostaria de ver um país sem uma grande preocupação também com o lado humanista. Eu não gostaria de viver num país onde tudo fosse ligado à sua tecnologia, mais tecnologia e mais tecnologia. Olhem, o meu mestrado é em Matemática pelo ITA e eu fui professor do ITA. Eu leciono Matemática na UnB, etc. e tal.

Mas olhem só a minha preocupação. Eu tenho muito medo de a gente começar a colocar essas coisinhas e esquecer uma frase famosa de um famoso filósofo medieval. Eu vou falar em português – em latim é muito mais elegante, mas em português seria equivalente a mais ou menos o seguinte: a nada do que é humano devemos ser indiferentes. Essa frase é de Terêncio.

E a outra não é bem uma frase; é uma proposição mesmo que me preocupa. É esse negócio de encaixotar tudo em pacotes, achando que, fazendo isso, resolvem-se os problemas dos indivíduos e da Nação. É o famoso tema de Procusto, aquele famoso Leito de Procusto, que você mencionou rapidamente.

Só para quem pode ter esquecido, e rapidamente, sintetizando e terminando, qual é a minha preocupação? Leito de Procusto.

Segundo a mitologia na Grécia Antiga, existia um sujeito muito forte que vivia numa caverna onde havia um leito, uma cama, supostamente de ferro, com uma certa dimensão. Esse homem era muito forte e vivia de capturar pessoas aqui e ali, de modo a trazê-las para a sua caverna. Se a pessoa fosse muito grande, cortava as pernas ou a cabeça. Então, a pessoa, eventualmente, cabia naquilo – é claro que estaria morta. Por outro lado, se fosse muito pequena, a esticava de modo acabar, romper com o conteúdo do indivíduo, do ser humano, digamos assim.



Eu tenho muito receio dessas propostas em que a gente busca encaixotar as coisas achando que, assim o fazendo, naturalmente, as coisas se resolvem. Eu acho que as coisas são mais complexas, e é muito bom voltar àquela frase que eu coloquei inicialmente. Especialmente numa sociedade como a nossa, em que há tanta diversidade, a gente tem que ficar muito preocupado e não ficar tão seguro de que as nossas propostas são definitivas e são efetivamente suficientes.

Obrigado e desculpe-me pelo excesso de ênfase.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Obrigado, Joanílio.

Professor Heitor.

O SR. HEITOR GURGULINO DE SOUZA – Eu sou um otimista. Eu sempre fui, desde jovem.

Eu peguei a fase do exame de licença ginásial. Vocês nunca ouviram falar nisto: licença ginásial. Depois da quarta série do ginásio, havia uma prova do tipo do Enem, em que a gente tinha que, durante dois dias, responder sobre todas as matérias. Eu achava aquilo um absurdo, mas, enfim, eu passei naquele exame – eu me lembro disso. E eu não era tão bom aluno, não.

Mas eu acho que temos de pensar aí, como a professora da UnB mencionou, que temos coisas boas no Brasil. Eu mencionei o caso do ITA, porque eu realmente acompanhei o ITA. É uma excelente universidade, escola superior universitária para o aluno. Interessante, o ITA não era tão bom para o professor – isso não sei se você sabe –, porque o ITA não tinha recursos para pesquisa. Era muito difícil. Foi uma tarefa difícil para conseguir apoio para pesquisar no ITA, tanto é que a pós-graduação no ITA demorou para ser instalada, com todo o apoio da Capes, do CNPq etc. Mas eu acho que hoje temos uma boa base, nós temos uma excelente base à pesquisa. A pós-graduação brasileira está aí mostrando que nós temos capacidade.

Por que não estamos fazendo isso também em nível de graduação? É preciso lembrar que o sistema cresceu muito rápido. Nós estamos hoje com quase 7 milhões de estudantes na universidade. E, na verdade, não sei se nós formamos todos os professores que estão aí. O problema sério é o da qualidade do ensino.

Eu acho que a proposta tem excelentes possibilidades de ser implantada. Vai precisar de apoio realmente, para começar, da comunidade e, obviamente, aqui do Senado. Nós temos uma proposta que veio da Câmara em que há uma grande pressão para se colocarem 10% do nosso PIB para implementar esse plano. E aí nós temos dúvidas se realmente esse plano, daqui mais oito anos – que já devia ter começado há dois anos –, vai realmente dar resultados.

Eu acho que há matérias sobre as quais nós teremos que pensar. E o Walter mencionou muito bem que nós temos de pensar no problema dos Municípios, dos Estados e da Federação. Isso deve ser bem articulado,



trabalhado. Não é uma coisa fácil. Mas, se for possível que boa parte do que está seja colocado e implementado, nós vamos ter bons resultados. Eu sou otimista.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Muito obrigado.

Então, finalizando essas exposições.

Waldery, por favor.

O SR. WALDERY RODRIGUES JUNIOR – Um comentário sobre as perguntas que o Senador levantou e também, muito brevemente, sobre as participações, aqui, bastante ricas. Não tem como não agradecer. Certamente, vamos levar em consideração versões posteriores desse trabalho.

Esse trabalho está publicado e tem aqui o “para discussão”, proposital. O Senador nos pediu para colocar isso ainda como um elemento preliminar. Vamos tentar, no máximo, dentro do possível, com bastante zelo, incluir as sugestões.

Bom, algumas das perguntas que o Senador levantou estão respondidas ou, pelo menos, têm uma intenção de resposta aqui no próprio trabalho. Mas há uma que salta aos olhos – o Formiga foi bastante sagaz em identificá-la –, que é como vender essa ideia. Eu acho que é o ponto principal e gera a questão da implementação. A venda vai exigir, realmente, um trabalho diuturno, vai exigir um esforço muito grande dos envolvidos e daquelas pessoas que compram essa ideia. Então, sem dúvida, é importante usar todos os mecanismos. Temos um *site*, cristovam.org.br, administrado pelo gabinete, e é importante citar e buscar a máxima divulgação dele.

É importante, sem dúvida, a pressão da sociedade, dos agentes formadores de opinião, para que isso siga em frente.

A Jaqueline e José Negreiros tocaram na questão do Ideb.

Até comentamos, Jaqueline, que seu relato foi emocionante. Sempre gosto de ouvir professoras. Minhas duas irmãs, Majane e Malena, são professoras da escola pública, sendo que a Majane é professora de cegos surdos.

Quando eu acho que a minha vida está difícil, eu ligo para ela, que me passa, normalmente, lições otimistas, como a Malena. Mas eu gosto de conversar e ver como fica a implementação na ponta.

De fato, o Ideb é um recurso nosso, viu, André Luiz? O Ideb é nosso. O piso é da OCDE, mas o Ideb é um sistema de avaliação nosso. É bom avaliar. A avaliação está no DNA do Ipea, sempre cuidando de avaliar, de zelar por isso.

O Ideb de 3,7, como foi veiculado, é do ensino médio. A propaganda foi incompleta no sentido de que veiculou a nota dos anos iniciais do ensino fundamental, que é bem melhor do que a do ensino médio.

De qualquer forma, desde 2007, o Ministério da Educação colocou isso de uma maneira, vamos dizer, incompleta, porque o Ideb a ser atingido como nota 6 em 2021, aproximadamente, estaria na média da OCDE. Mas a nota metodológica que identificou esse dado precisa ser muito bem qualificada. Há muitas lacunas nesse ponto. O que nos deixa o seguinte fato: uma nota que vai de



0 a 10, quando atinge 3,7 no ensino médio ou mesmo 5,7 nos anos iniciais, cinco vírgula alguma coisa, um pouco abaixo, entre cinco e seis, significa que nós estamos, como o Senador falou em plenário, reprovados. Precisamos de muito mais. A Coreia não tem, grosso modo, essa nota; a nota é muito maior. A capacidade inovadora de países que deram seu salto joga os valores bem acima. Então, precisamos fazer o dever de casa, que não foi feito.

A Daniela, que já não se encontra mais, colocou uma angústia com relação à certificação do que fazer para os professores recém-formados. É importante, sim, ter esse registro. Ela citou a OAB, algo como a OAB. Aqui há um registro, numa das ações que foram discutidas fortemente com o grupo, subsidiando o Senador, de uma carreira nacional e de uma valorização do magistério. O número a que chegamos foi de R\$9 mil. Ele é um número relativamente alto. Ainda não é o que se deseja ao final. Lembro que, hoje, o valor médio pago aos professores é de R\$1.493,00. A Lei do Piso coloca isso, hoje, um pouco acima de R\$1.700,00. É o dado para o próximo ano. Dezesete Estados no Brasil não cumprem a Lei do Piso, e não faltam muitos recursos para cumprirem. Faltam R\$3,6 bilhões para cumprir. Isso significa simplesmente um décimo de 1% do PIB. Então, falta destinação, falta mais prioridade.

Acredito, por exemplo, que o Programa Ciência sem Fronteira caminha no sentido correto, mas com um grau de insuficiência tremendo.

A greve que foi citada aqui foi resolvida com um aporte do Governo de R\$0,8 bilhão por ano, de R\$3,2 bilhões em quatro anos. De fato, é muito pouco. A questão orçamentária precisa ser discutida no Congresso. Discutem-se aqui, hoje, R\$2,14 trilhões; a greve dos professores foi resolvida com um aporte anual de R\$0,8 bilhão. Então, há um descasamento muito grande nessa relação. Esse documento, ainda para discussão, pode, sim, ser uma alternativa forte.

André Luiz, quanto ao seu outro ponto, do Pisa, eu acho que a gente não deve desperdiçar o Pisa, não, porque é uma comparação internacional. Acredito que a gente deve reforçar internamente nossa avaliação, mas também olhar sempre para o mundo, porque nós competimos com o mundo. Então, o Pisa, sim, é uma ponte importante.

Mateus, o senhor é bastante novo, mas com colocações bastante verticalizadas e profundas. Parabéns! É importante, sim, ter uma valorização dos Municípios. Os Municípios estão aqui. Se a gente olhar com calma, eles não estão tão explícitos, mas estão aqui. Um dos pilares é que a gestão seja descentralizada, que haja uma carreira nacional, mas que, ao final, os Municípios entrem na ponta, porque eles é que sentem. Na realidade, o Município é uma condição *sine qua non* para que isso seja implementado. Os 5.565 Municípios são e devem ser elementos essenciais dessa proposta. Ao longo dos 20 anos, começa-se por cidades. Aliás, é uma ideia... O Senador já retornou ao ponto e sempre define a revolução feita por cidades. Então, o Município como unidade máxima.



Lenita, precisa ter um “torcedor, sem dúvida. Só lembro que as partes quatro e cinco desse documento falam da cooperação na produção criativa e do entorno favorável. Então, pode-se até ser usada essa feliz palavra “torcedor”.

Penúltimo e brevíssimo ponto. Eu gostaria de agradecer a disponibilidade e a generosidade da Comissão da Educação, que continua. O pessoal foi fantástico, o Júlio Linhares e sua equipe. Nós teremos uma sexta audiência no dia 21 de novembro, quarta-feira, às dez horas, sobre federalismo. São sete audiências. Então, eu gostaria de agradecer à Comissão de Educação e ao gabinete do próprio Senador Cristovam, à Regina, ao Rafael, ao Ivônio, à Alciléia. Sem esse pessoal todo, aqui presente ou como suporte, sem dúvida, não seguiremos.

Obrigado.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Antes de passar a palavra ao Senador, eu queria comentar com a Lenita que sou oriundo da Escola Normal. Naquela época, eles antes não ensinavam o aluno da Escola Normal a fazer um curso de caligrafia muscular. Quando vejo meus netos segurando uma caneta ou um lápis, vejo que todos vão ter distrofia muscular em algum momento da vida, porque ninguém ensina uma criança a segurar um lápis. Uma coisa elementar.

Agradeço a paciência e a colaboração de todos e passo a palavra ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só para pedir desculpas por eu ter ficado entrando e saindo aqui. De fato, sexta-feira, eu sou quase que o único Senador da Casa. Então, cai tudo em cima de mim. Aqui mesmo está presente um grupo de Parlamentares do Sudão. Eles estão esperando aqui, ou ali, não sei. Estou indo lá. Então, vem jornalista, vem secretária para assinar coisa... Eu tive que ficar saindo.

Agora, eu gostei muito de ouvir esse debate. Acho que foi bom, não só como debate, mas para divulgar, porque é mais gente falando. Ainda acho que aquelas perguntas que eu fiz estão pendentes, para eu ouvir o que as pessoas pensam sobre cada um dos itens, se deve ou não, começando pelo primeiro: melhorar o que está aí ou fazer outra coisa ao lado. A primeira coisa é essa, que é a base de todo o resto do raciocínio. Mesmo que a gente não cite federalização, fazer um novo sistema estadual, em cada Estado, ou melhorar o sistema que está aí. Além de todas as outras perguntas. Mas a gente vai ter muito tempo, porque creio que não vai dar para levar isso, como a gente gostaria, para influir no PNE. Então, esse tema vai continuar. Aprovado o PNE, ele vai continuar sem fazer grandes mudanças, o problema educacional vai ficar se agravando cada vez mais. De repente, a gente vai encontrar o Sputnik em algum momento, e aí a gente se junta e talvez essa seja uma proposta que mereça ser debatida como mais consequência.



Eu quero agradecer muito a vocês e convidar os que tiverem tempo e paciência – eu tenho a obrigação – de assistirem, hoje, à tarde, a um debate que vou fazer aqui sobre gestão escolar com algumas pessoas que eu trouxe.

Muito obrigado e vamos continuar debatendo. Levem para casa o documento, mandem sugestões para a gente. Tem *site*, tem tudo, tem o Waldery, que recebe todas as sugestões. Vamos continuar debatendo. Foi para isso que a gente fez.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. Bloco/PDT – DF) – Boa tarde a cada um e a cada uma!

Declaro aberto o Seminário sobre Gestão na Educação, organizado pela Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Gestão Pública, com o apoio da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Informo que esta audiência está sendo transmitida, na íntegra, pela TV Senado, com a cobertura da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado, do Instituto Legislativo Brasileiro e também do Portal da TV Senado, no endereço www.senado.leg.br/tv. O Canal 02 também transmite a audiência. As perguntas e sugestões podem ser enviadas para nós pelo *e-mail* scmce@senado.gov.br.

A Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Gestão Pública foi criada e é dirigida pelo Deputado Luiz Pitiman, que está aqui conosco, copresidindo esta sessão. Eu coordeno a parte de educação na gestão pública.

Eu vou, então, inicialmente, passar a palavra ao Deputado Luiz Pitiman, para que fale um pouquinho sobre o papel da Frente e sobre o que ele espera de um seminário como este.

Depois, eu falarei um pouco sobre o seminário especificamente e abrirei a palavra para os palestrantes.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Professor Senador Cristovam Buarque, Coordenador Setorial e Nacional da nossa Frente Parlamentar Mista de Gestão Pública na área da Educação; Prof. Antônio Francisco de Viveiros Júnior, Diretor Substituto da Escola Sesc de Ensino Médio; Prof. Walter Garcia, do Instituto Paulo Freire; senhores e senhoras professores e professoras aqui presentes; alunos e convidados; Dr. Amorim, Presidente do Ibp; senhores telespectadores que nos assistem neste momento pela TV Senado, iniciamos aqui mais um debate, em conjunto com nosso Coordenador Nacional de Educação, o Professor e Senador Cristovam Buarque, para buscarmos encontrar os verdadeiros marcos regulatórios, a legislação que precisamos para melhorar o Brasil.

A Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública pretende encontrar soluções e boas práticas que combinem uma gestão eficiente e técnica dos recursos e dos meios com um processo participativo e democrático que não deixe, neste caso, as escolas sob a única influência de interesses



corporativistas e localistas, proposta essa que nosso ex-Ministro da Educação, Professor e Senador Cristovam Buarque, defende por este Brasil e pelo mundo.

As experiências de sucesso na Administração Federal devem ser implantadas nos Estados e nos Municípios, de modo que a eficiência administrativa e a otimização da máquina pública sejam alcançadas por todas as esferas de Governo.

O cidadão que paga seus impostos precisa de um atendimento de resultados; é o que ele quer. É impossível que haja uma carga tributária tão bem cobrada e que, ao mesmo tempo, haja uma educação, uma segurança, uma saúde e um transporte muito precários. É preciso tirar o Congresso do papel de omissor em relação ao tema. A Frente Parlamentar pretende iniciar um debate nacional, com incentivo à aprovação dos novos marcos regulatórios e, neste caso específico, à boa gestão no sucesso da educação, para ajudar o Estado a oferecer um serviço público eficiente aos cidadãos.

A mudança de concepção de escola e as implicações quanto à gestão; as limitações do modelo estático de escola e de sua direção; a transição de um modelo estático para um paradigma dinâmico; a descentralização e a democratização da gestão escolar e a construção da autonomia da escola, com a formação de gestores escolares, são algumas saídas para o caminho da boa educação.

O movimento pelo aumento da competência da escola exige maior competência de sua gestão, em vista de que a formação de gestores escolares passa a ser uma necessidade e um desafio tanto para o sistema de ensino quanto para os governantes. A formação básica de dirigentes escolares deveria estar combinada com essa área específica de atuação, com cursos de especialização na gestão educacional. A responsabilidade educacional exige profissionalismo. O trabalho de gestão escolar exige o exercício de múltiplas competências específicas e dos mais variados matizes.

As pressões e tensões cotidianas por que passa um diretor escolar tornam claro que, sem competências específicas, de acordo com um modelo de gestão que articule todas as demandas, o diretor age conforme as pressões, podendo ser dominado, inclusive, por elas, em vez de agir sobre elas para fazer avançar, com unidade, a organização escolar.

A autonomia de gestão da escola, a existência de recursos sob o controle local, a liderança pelo diretor e a participação da comunidade são consideradas os quatro pilares nos quais se assenta a eficácia na gestão escolar.

É importante que haja reconhecimento. O salário é um item importante, mas a meritocracia vai além. Precisamos resgatar nos professores brasileiros o sentimento de orgulho e o gosto pela busca de resultados na boa educação.

A Escola Estadual Tomé Francisco, em Quixaba, no Sertão pernambucano, venceu a 13ª Edição do Prêmio Gestão Escolar como escola



referência do Brasil, pela excelência nas práticas de gerenciamento escolar. Por isso, recebeu R\$30 mil para aplicar em melhorias na escola. Trata-se de meritocracia pelo resultado.

As 18 escolas municipais de Mucambo, a mais de 300km de Fortaleza, pularam de um Ideb de 3,5, em 2005, para 7,5, em 2011, um aumento de 114%. A justificativa é a meritocracia, o investimento no professor.

Mas vale perguntar se o simples esforço financeiro será suficiente para eliminar as crônicas e agudas deficiências da educação brasileira. Em minha opinião, a melhor saída é a profissionalização, a meritocracia, a capacitação, o reconhecimento e o incentivo, dando condições para que diretores, professores e alunos, enfim a comunidade escolar continue em busca de uma educação de que o Brasil precisa.

O gargalo educacional, que provoca a mais perversa das desigualdades, somente será erradicado com a revolução – e há muitos nós a desatar – e com a ênfase adequada principalmente na gestão escolar, o que o Professor e Senador Cristovam tem feito em todos os momentos da vida dele. Eu o tenho visto, permanentemente, no Distrito Federal, no Senado e no Congresso, trabalhar e lutar pela educação e pela melhora da educação neste País.

Todos nós – eu, principalmente, como Presidente da Frente Parlamentar – somos alunos do senhor.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Todos nós estamos aprendendo um modelo correto para construirmos um futuro melhor principalmente para as nossas crianças.

Desejo, como Presidente da Frente Parlamentar, que seja feito um excepcional debate. Sei que, conduzido pelo senhor, o debate será visto por todo o Brasil e será extraordinário. Não tenho dúvida de que isso só aumenta ainda mais a sua disposição e a disposição da Frente Parlamentar de Gestão Pública de construirmos essa união, de mãos dadas com os professores e com as famílias dos estudantes que nos veem neste momento neste momento e que querem ter uma nova esperança. E, talvez – por que não dizer? –, essa nova esperança esteja aqui, conduzindo esta reunião.

Vamos construir juntos esse novo caminho!

Um abraço!

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Antes de passar a palavra ao Prof. Antônio Francisco e, depois, ao Walter Garcia, eu queria dizer duas palavras. A primeira é a de que não há serviço público com ineficiência. Com ineficiência, não é serviço, ainda menos público. Se é ineficiente um hospital, como é que ele presta um serviço público? De forma ineficiente? Então, não está prestando serviço público.

Além disso, um serviço ineficiente custa dinheiro, mais do que seria necessário para prestar o serviço. E, se custa dinheiro, esse sai do povo, que



paga os impostos. É um desvio de dinheiro de outros setores para cobrir a ineficiência.

A eficiência deve ser buscada sempre. O que a gente pode não querer é que essa eficiência, ao contrário do que a gente busca, leve a uma ineficiência. Por exemplo, é preciso cinco funcionários para se fazer um serviço, e o Governo, para evitar gastar dinheiro, só põe três funcionários; aí o serviço cai. Isso é ineficiência no resultado, embora seja eficiência nas finanças. E há outro lado também: se é preciso cinco funcionários e se se colocam oito, isso é ineficiente também, porque, para prestar o mesmo serviço, vai se gastar muito mais dinheiro, tirando-o de outros setores.

Então, a eficiência no serviço público é algo que deve estar intrínseco. Essas duas palavras devem vir juntas. Só há serviço público se for eficiente. Só há mesmo serviço, o que podemos chamar de serviço, se for eficiente.

Vamos, depois, discutir o que é que quer dizer eficiência, mas basicamente é fazer o melhor possível com o menor esforço possível. Fiz questão de não usar a palavra "dinheiro". É preciso fazer o melhor possível com o menor esforço nacional possível, com o menor esforço possível por parte das pessoas.

Esse serviço público no que se refere à educação é tão importante quanto o de qualquer outro setor. Se o transporte público é ineficiente, ele não é público! Se a segurança é ineficiente, ela não é pública, porque não serve ao público!

No caso da educação, o que há de diferente é que temos de pensar em dois níveis. O primeiro é a superestrutura, ou seja, o sistema, a eficiência sistêmica das 200 mil escolas do Brasil. Por exemplo, como é que a gente organiza o sistema de 200 mil escolas, com dois milhões de professores e de professoras e com 50 milhões de crianças? Como é que a gente organiza isso? Esse é um tipo de eficiência. Outro tipo é o que diz respeito a como cada escola é eficiente dentro dela. São duas coisas que se casam, mas que são diferentes.

Eu, quando convidei os dois palestrantes e mais o Prof. Mozart, que deverá chegar aqui. Eu não disse que queria que falassem do que chamamos de microeficiência de uma unidade escolar ou da macroeficiência do sistema inteiro. Quero discutir os dois.

Este, Deputado Pitiman, é o primeiro seminário. Queremos fazer outros, não só porque queremos ouvir vocês, mas também porque ele está sendo transmitido, ao vivo, pela televisão. As pessoas estão vendo, estão despertando, estão percebendo e estão tomando opinião a esse respeito, que podem mandar para nós.

No que se refere ao sistema, eu defendo que não vai haver um sistema eficiente se deixarmos um dos 5.567 sisteminhas em cada cidade e mais 27 em cada Estado. E há ainda o sistema da União com 400 escolas no Brasil. Estou falando da escola de base. Eu defendo que, para ser um sistema eficiente,



temos de criar um Sistema Único de Educação, como há o Sistema Único de Saúde.

Há pouco, eu trouxe aqui um debate para discutir a chamada federalização da educação. E uma professora mostrou aqui gráficos formidáveis. Através do uso de variáveis e de pontinhos, ela mostrava como tinha melhorado ou não a saúde dos pobres no Brasil nos últimos 20 anos e como tinha melhorado, com base em indicadores, a educação dos pobres. Depois, como tinha melhorado, com base em indicadores, a educação dos pobres nos últimos 20 anos. E a constatação de que a saúde melhorou. Está ruim ainda, mas melhorou. A educação quase não melhorou.

Há muitas razões, uma até porque na saúde a gente vê logo o efeito; na educação, demora. Mas uma razão é que há um Sistema Único de Saúde, que compensa as deficiências dos Municípios pobres, dos Estados pobres. A gente precisa criar um sistema eficiente.

Esse Sistema Único de Saúde, que eu tenho chamado de federalização... E não é um bom termo, porque as pessoas imaginam centralizar em Brasília. Não, eu defendo federalização com descentralização gerencial e com liberdade pedagógica. E, quando vierem me dizer que eu quero retirar o poder de o governador e o prefeito administrarem, eu direi: por mim, a escola seria administrada pelos professores, pelos funcionários, pelos alunos e pelos pais. Não precisa nem do prefeito.

Então, eu defendo a descentralização, não obrigando a isso, porque a maior parte não quer isso. Portanto, o prefeito administra, como o reitor administra a universidade federal, como o diretor de uma escola técnica administra uma escola técnica federal.

O que caracterizaria a federação seria a rede trabalhar com a carreira federal do professor, que passaria a ser funcionário público federal, não mais estadual ou municipal. É a única forma de se pagar um bom salário, que, nesse sistema que eu defendo, seria de R\$9 mil. Para isso, uma seleção muito bem feita, depois um curso específico para professor, para identificar quem é professor e quem veio só pelo salário. Depois, criar um conceito que o Deputado Pitiman gostou, que eu chamo de estabilidade responsável, ou seja, o prefeito, o governador, o diretor, os pais não podem demitir professor nenhum. Se foi contratado, ele é estável, mas, se ele não for aprovado numa avaliação periódica, ele não fica. Então, ele é estável em relação aos outros, mas ele é instável em relação a ele próprio.

Portanto, há uma série de condições que a gente faria para esse professor ganhar bem, federal. E ele trabalharia em escolas federais, na edificação bonita, confortável, com equipamentos modernos.

Se há uma coisa fundamental na escola, como todo mundo sabe, é professor, mas se há outra nos dias de hoje são os equipamentos. Obrigar uma criança que assiste televisão a ter uma aula no quadro-negro é uma maldade, é



castigo. Dizem por aí que os alunos de hoje são violentos. Eu acho que os nossos alunos são pacíficos demais, porque, do jeito que a escola é, era para eles fazerem coisa muito pior que não vou dizer aqui, para não pensarem que estou incentivando.

Como é que um aluno pode ter uma aula de astronomia em que o professor faz um pontinho branco de giz e diz: esse aqui é o sol. Faz outro e diz: essa é a terra. Aí faz uma roda assim e diz: essa é a terra rodando. Isso eles veem na televisão. E montado, bonito. É capaz até que o Hubble, o telescópio, consiga mostrar alguma dessas coisas. Faz pouco tempo, a gente viu um meteoro cair em Saturno, creio. A gente viu, pela televisão, uma explosão. Como é que você põe isso numa aula? Como é que se dá aula de Biologia num quadro-negro? Como é que se desenha um cérebro no quadro-negro?

Deve-se abolir quadro-negro. Deve haver equipamentos de teleinformática. Além disso, conectados, para que o aluno em casa possa ver a aula outra vez. Isso só sendo federal e em horário integral.

Falando em horário integral, vou passar a palavra para o Prof. Antônio, porque ele vai dar o exemplo de uma escola real, concreta, que já existe há cinco anos. Eu sei, porque eu frequento. Todo ano eu vou a essa escola, dou a aula inaugural e quase sempre dou a aula final também. Então, conheço muito bem. E ele vai mostrar como isso é possível, num nível que não dá para se repetir no Brasil inteiro, mas serve como modelo fenomenal.

Então, do ponto de vista do sistema, para mim, deve ser um sistema descentralizado em termos de gestão, mas com a unidade federal. À federalização, muita gente resiste. Vou continuar usando até ter uma melhor, mas já alerto que não é boa. Na verdade, é um sistema único de educação.

Isso é o que eu defendo. Mas como fazer a gestão disso? Nós vamos debater aqui, se quiserem, sobre isso. Se não, cada um dos dois pode falar exatamente como gerir uma unidade escolar, porque sem isso o sistema não funciona. Isso é importante. Não adianta colocar dois milhões de professores da mais alta qualidade e bem remunerados e avaliados se a escolinha não funcionar bem, se a televisão quebrar e ninguém consertar. Uma lousa inteligente substitui o quadro-negro como se fosse outra coisa, mas, quebra-se, não presta para nada. É melhor o quadro. Para não quebrar, é preciso que tenha uma boa eficiência. As coisas não chegam ali. Então, é preciso uma boa eficiência local.

Vou passar a palavra para o Prof. Antônio Francisco de Viveiros Júnior, que conheço há alguns anos e que é um dos dirigentes principais de uma instituição chamada Escola Sesc do Ensino Médico, que fica em Jacarepaguá. Ele vai falar como é a gestão. E, se ele não disser, eu vou contar para vocês como é a seleção de professores nessa escola, que tem um toque poético muito bonito.

Professor Antônio Francisco, eu vou lhe dar 15 minutos, mas, se precisar de mais, fique à vontade, não há problema.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Boa tarde.



Eu gostaria de cumprimentar a Mesa e, de modo muito especial, o Senador Cristovam Buarque, que, como ele já disse, sempre faz a aula inaugural na nossa querida escola, a Escola Sesc, e tem sido um grande companheiro, um grande parceiro nosso, da escola. É um prazer estar aqui com o senhor.

Cumprimento o Deputado Luiz Pitiman, que teve essa iniciativa interessante de montar a Frente Parlamentar Mista de Fortalecimento da Gestão Pública; cumprimento o Sr. Walter Garcia, do Instituto Paulo Freire; cumprimento o público aqui presente e também os telespectadores.

Espero que a nossa contribuição aqui, hoje, traga alguns elementos significativos para a questão da gestão escolar.

Antes de entrar na dinâmica que vou propor para vocês, eu gostaria de dizer que essa escola é fruto de um sonho do Dr. Antônio Oliveira Santos, Presidente da Confederação Nacional do Comércio, que não só sonhou, mas teve a competência e a disposição de colocar esse sonho em prática, de transformar esse sonho em realidade. É a Professora Cláudia Fadel, que é Diretora da Escola – estou aqui representando a Cláudia –, foi a pessoa a quem ele confiou a missão de implementar e fazer com que a escola saísse do papel e pudesse, ao longo desses cinco anos, oferecer frutos para o Brasil inteiro. Daqui a pouco vocês, vão ver por que é para o Brasil inteiro. É uma escola que atende a brasileiros, atende a alunos de todos os Estados da federação.

Dito isso, o grande objetivo nosso é um relato de experiências para vocês sobre os conceitos de gestão praticados na Escola Sesc.

Eu gostaria de começar a falar passando para vocês, por meio de um *powerpoint*, algumas ideias que queremos trazer para o debate de hoje.

Podemos enxergar no primeiro eslaide uma vista aérea da escola, que está situada no bairro de Jacarepaguá, nas imediações da Barra da Tijuca. Fica de frente para a Cidade de Deus, Anil e Gardênia, que são comunidades do entorno, são favelas lá do Rio de Janeiro, e nas proximidades também da Vila do Pan. São 131 mil metros quadrados e quase 70 mil metros de área construída. É uma escola-residência que atende a alunos, como eu já falei, oriundos de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal. Há a Vila dos Alunos. Dá para vocês enxergarem ali quatro blocos. E tem uma construção com o teto branco, que é o teatro. Tem quatro blocos ao lado, que a gente chama de Vila dos Alunos. Na Vila dos Alunos, moram alunos da primeira e da segunda séries. E, do outro lado, tem sete blocos, totalizando 56 apartamentos, onde moram os alunos da terceira série e os professores. Os professores também moram na escola.

É uma escola que funciona por 24 horas, nos sete dias da semana. Daqui a pouco vou dizer como é esse funcionamento.

Pode passar, por favor, o eslaide.

Então, o mantenedor da escola é o Sesc. É uma escola que pertence ao Sesc, que tem outras escolas pelo Brasil, mas tem essa escola modelar, que é a Escola Sesc. Essa entidade foi criada em 46. Tem como objetivo proporcionar



qualidade de vida e bem-estar aos trabalhadores do comércio e aos seus dependentes. Atualmente, o Sesc alcança cerca de 2.200 Municípios no Brasil, por meio das suas 440 unidades fixas e 123 móveis.

Pode passar, por favor.

Um pouco da história. Ali, a imagem do Dr. Antônio Oliveira Santos. No ano 2000, ele começa a tirar do papel esse sonho de construir uma escola com o objetivo de incluir jovens brasileiros na sociedade do conhecimento, com ênfase na educação para a vida.

A escola procura romper uma questão histórica da educação média brasileira, que é o dualismo. Então, a escola procura formar para o mundo do trabalho e para a vida, não é uma coisa ou outra. A gente procura, o tempo todo, romper essa dicotomia.

Em 2002, o Dr. Antônio formou um grupo de trabalho. De 2002 a 2006, visitas foram feitas ao Brasil e ao exterior, aos Estados Unidos, a Cuba, algumas escolas europeias foram visitadas também. E esse grupo, ao retornar ao Brasil, apresentou um relatório para o Dr. Antônio, que determinou a construção de uma escola que reunisse o que de melhor eles viram dentro e fora do Brasil.

Em 2008, a escola foi inaugurada, sob a direção da Cláudia, que é diretora. Até hoje, está lá e é a nossa grande mentora.

Pode passar o eslaide, por favor.

Eu montei rapidamente – não sei se todos podem visualizar – um organograma no qual temos a direção e duas assessorias, uma de cultura e alguns assessores diretos da direção, a direção substituta logo a seguir e quatro grandes áreas que a gente chama de gerências na escola: a gerência pedagógica, por se tratar, evidentemente, de uma escola; a gerência de vida residencial, porque é uma escola-residência, os alunos e os professores também moram ali; uma gerência de engenharia e manutenção, para cuidar dessa minicidade que é a Escola Sesc, dos prédios, da parte de automação, da parte elétrica, da parte hidráulica, etc.; e uma gerência administrativo-financeira, para coordenar todo o uso adequado dos recursos humanos e materiais da escola. E, atrelados a essas gerências, vários outros setores existentes para dar conta dessa complexidade de uma escola-residência.

Eu gostaria que passassem o eslaide, por favor.

Como se organizam os espaços e os tempos na Escola Sesc?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu queria sugerir, agora que veio essa canetinha, que você mostrasse a primeira imagem.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – A primeira imagem?

Dá para voltar, por favor?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É, eu acho, para mostrar ali.

Vou tentar explicar um pouquinho. Depois você me corrige.



O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Está bem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Veja isso aqui.

Esse é um *campus* maravilhoso para 500 e...

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Quinhentos alunos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Quinhentos alunos. Eles ficam aqui. Eles moram aqui, não é isso?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Primeira e segunda série.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu não sei se você tem imagens do quarto de cada um.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Acho que tenho alguma imagem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – São para três garotos ou garotas, é claro. É aquilo que a gente vê em filme americano de *college*, essas coisas.

Aqui você tem um teatro que deve ter o quê? Seiscentos lugares?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Seiscentos lugares.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Seiscentos lugares. É um teatro que faz inveja a, eu diria, 90% das cidades do Brasil.

Aqui moram alguns alunos do ensino médio...

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Da terceira série.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E os professores, em belos apartamentos não sofisticados, apartamentos até austeros, mas muito bons, inclusive com ar-condicionado, não é?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – São 130 metros quadrados.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Cento e trinta metros quadrados. E com ar-condicionado, não é?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO VIVEIROS JÚNIOR – Têm ar-condicionado todos eles.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu sei porque já fiquei ali algumas vezes.

Aqui – vamos ver se eu acerto – há um restaurante. Esse restaurante aqui é de primeiríssima qualidade, todo mundo come de graça. É uma maravilha! Vocês não têm ideia do que é. Aqui tem uma bela piscina, aqui uma quadra esportiva do melhor tipo que vocês possam imaginar. Aqui são salas de aula. Tudo isso aqui salas de aula.

Pois bem, esses meninos entram por aqui, um dia, e ficam o tempo todo aqui até terminar o semestre, salvo as saídas deles, organizadas. Quais



saídas? Para fazer trabalhos comunitários, por exemplo, com a comunidade aqui pertinho, da Cidade de Deus. O que mais? Para fazer programas turísticos, para conhecer o Rio de Janeiro. O que mais? Para fazer viagens de conhecimento, como ir a Foz de Iguaçu. O que mais? Para alguns deles irem aos Estados Unidos.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Alguns estudam, inclusive, nos Estados Unidos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Alguns inclusive ficaram estudando nos Estados Unidos.

Essa é uma escola que há cinco anos está funcionando...

A SRª JULIANA KIRMSE – Essa comunidade, dá licença, essa comunidade é...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Beneficiada? Não, vou explicar. Esses alunos aqui – estou tomando o lugar do Antônio, é que eu sou tão apaixonado por isso – não são da comunidade, eles são escolhidos no Brasil inteiro. Dos 500, escolhe-se o mesmo número basicamente de crianças por Estado, o que dá, às vezes, até uma dificuldade. Há Estados que têm uma educação melhor do que outros. Aí, na hora de seleção, eles têm que adaptar para não deixarem de receber alunos. Todos são filhos de comerciários. Essa é a condição. Se não me engano, 70% com menos de cinco salários mínimos dos pais. Ou seja, a quase totalidade aqui é de meninos e meninas de pais de classes baixas. Agora, o que é bonito é que tem 30% de classe média alta. E o que eu sempre falo: filho do rico estudando na mesma escola do pobre. É esse o retrato. Quando eles entram aqui, você não tem a menor ideia de quem tem pai rico ou de quem tem pai pobre, porque o uniforme é o mesmo, a aula é a mesma, a piscina é a mesma, o serviço médico que tem por aqui é o mesmo, os livros são os mesmos, a mesma coisa.

Esse é o projeto que agora vou deixar que você continue, mas fiz questão de mostrar isso aqui. Daqui para lá é o Sesc. É daqui para cá. Aqui é uma cidade paupérrima. Eles fazem muitos trabalhos sociais lá, mas não tem nada que obrigue vir um menino daqui da Cidade de Deus para aqui; não, pode até vir, mas não é escolhido assim. É escolhido por Estado, do Brasil inteiro.

A SRª JULIANA KIRMSE – Que bom se nós tivéssemos um exemplo desse aqui no...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Metade disso. Mas é bom a gente ver para saber que é possível.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Aqui eu vou, só complementando algumas informações que o Senador muito bem colocou e apresentou a escola, nós temos aqui a biblioteca, com mais de 40 mil volumes. É um espaço belíssimo também, não é Senador? Muito bonito. A biblioteca também tem outro conceito, não é um espaço de acervo bibliográfico somente, mas é um espaço de conexão constante com as comunidades do entorno. Então,



é um outro conceito de biblioteca. E, aqui, como o senhor bem disse, nessa área aqui, há o Sesc, Departamento Nacional, e o Senac, Departamento Nacional. Ambos funcionando na mesma área.

Aqui ficam, só para a gente entrar um pouquinho mais, os alunos da 1ª e da 2ª séries sempre por bloco. Meninos da 1ª, meninas da 1ª, meninos da 2ª, meninas da 2ª série, por gênero. Sempre três por quarto, cada um de um Estado, nunca do mesmo Estado. Ou seja, já estou trazendo o conceito de gestão escolar. É muito caro na Escola Sesc o tema da diversidade cultural. O Brasil é um país diverso, e a diversidade cultural traz consigo também a diversidade acadêmica, que o Senador apontou agora há pouco.

Então, um aluno, às vezes, brilhante na Região Norte – e não vai aqui um comentário de discriminação, mas um comentário de constatação – chega na escola, às vezes, como um aluno regular. Então, para incluir esse sujeito e para que ele tenha permanência qualitativa ao longo dos três anos, a gente faz um trabalho que, no início, a gente chamava de nivelamento – hoje a gente acha que é um termo inadequado; nivelar significa colocar todo mundo no mesmo patamar, e a gente sabe que não é isso –, hoje, a gente chama de alicerçamento pedagógico. Os seis primeiros meses da 1ª série nós retomamos os conteúdos de pré-requisito do Fundamental II e fazemos um alicerçamento pedagógico, para não só permitir o acesso desse aluno, mas permitir que ele continue com qualidade na escola, aproveitando e saboreando – permitam-me a expressão – todo o cardápio variado de formação que a escola oferece. Então, tem essa área maravilhosa.

Aqui nós temos, logo a seguir, o setor esportivo, que tem área de automação. Então, o tema da educação ambiental está presente também no projeto da Escola Sesc. Nós nos preocupamos com essa questão. Existem aqui duas torres: uma de água natural e outra de água gelada, que recebe essa água e bombeia para todos os setores da escola, reduzindo, em média, 40% do custo com ar-condicionado.

Toda a escola funciona com o sistema a vácuo. Todos os prédios da escola, aqui estão um pouco marrom os tetos, mas os tetos são verdes. É uma grama que foi plantada e que diminui a temperatura interna dos ambientes, reduzindo o consumo de energia. Então, há vários conceitos aqui de educação ambiental, que estão presentes no nosso projeto e que eu acho que fazem parte de uma gestão escolar responsável.

Pode passar, por favor, o próximo eslaide.

Como se organizam os espaços e os tempos na Escola Sesc? O próximo. É um terreno de 131mil m², uma área construída de 59 mil m². Aqui a gente tem algumas imagens. À esquerda, é a entrada, o pórtico da escola. Ali a fachada da sala de aula. A sala de aula na escola é território do professor, os alunos é que se locomovem de uma sala para outra. O professor tem a sua sala, ambienta a sua sala, coloca as suas características, empresta as suas



características para cada sala de aula. Ele tem 55 minutos de aula, e em 5 minutos os alunos saem de uma sala para outra. Há, no máximo, 15 alunos por sala. Então, é uma aula personalizada, na qual esse professor pode contar com os alunos que estão mais avançados inclusive para ajudar os alunos que tenham algum tipo de dificuldade. Isso acontece o tempo todo, em todas as áreas do conhecimento. Essa é uma parte da estrutura do projeto arquitetônico.

Pode passar, por favor.

O teatro, então, o Senador já disse. Aqui é a fachada do teatro. Talvez seja de fato o espaço cultural mais privilegiado que a região oeste, talvez até que o Rio de Janeiro tenha. São 600 lugares. A gente não diz que é só um teatro, a gente diz que é um espaço cultural, porque não só manifestações culturais são apresentadas lá, mas aqui ao lado há um prédio com salas onde funcionam diferentes oficinas para os alunos da escola, para os alunos das comunidades do entorno e para alunos que fazem parte de algumas escolas que são parceiras da Escola Sesc. Nós temos 15 escolas públicas hoje em parceria com a Escola Sesc. Então, eles vão para lá e desenvolvem aqui várias oficinas: cenografia, iluminação etc.

Aqui nós temos a fachada do prédio da Vila dos Alunos, para vocês terem uma ideia da construção. Pode passar, por favor.

Nas instalações, há ainda o restaurante – está aqui a fachada do restaurante. Os nossos alunos recebem cinco alimentações por dia, são cinco refeições: café da manhã, antes das aulas, que começam às 7h30 – então, antes, eles tomam o café da manhã –; às 9h30 a gente oferece o que a gente chama internamente de colação, que é um lanche; às 12h45, um almoço. No almoço, em cada mesa, há um grupo de alunos acompanhados de um professor. Então, em toda mesa há um professor. A gente diz lá que o nosso almoço é um almoço pedagógico, uma atividade formativa, porque não é só alimentar o corpo, é o momento de encontro, de conagração, é o momento de partilhar um pouco a própria vida, de falar com o professor os desafios que estão sendo encontrados e como os alunos estão superando esses desafios. Em suma, é um momento de encontro, de partilha da própria vida. Então, acontece aqui no restaurante, durante o almoço. À tarde, eles têm uma colação, às 15h30. E, a partir das 18h, é o jantar.

Então, todos os dias são oferecidas essas cinco refeições.

Aqui nós temos um pouco a visão do palco do espaço cultural, do teatro, que eu mencionei agora há pouco. Aqui é uma imagem interna do nosso ginásio poliesportivo. Aqui é a piscina, que é semiolímpica. Uma aluna fazendo uma oficina de música. E aqui nós temos a sala de artes, onde os alunos estão tendo uma aula.

Pode passar, por favor.

Então, eu já falei um pouco do conceito da sustentabilidade. Quanto ao aproveitamento das águas pluviais, nós temos todo um canal que circula a escola e faz esse aproveitamento das águas pluviais. Nós temos bancos e pisos



em plástico reciclado por toda a escola. Telhados verdes, como eu já citei. Coleta de lixo seletiva. Sistema de esgoto a vácuo. Salas com sensores de presença.

Por favor, pode passar.

E a questão dos tempos, na qual eu gostaria também de me deter um pouco.

Pode passar.

Então, os alunos começam as aulas às 7h30, com aquelas refeições que eu já citei. Essas aulas vão até às 15h45. Diariamente, após esse horário, dez alunos – são sempre dez – têm oportunidade de sentar e conversar com seu tutor. Tutor é o professor que mora na escola. E esse tutor acompanha esses dez alunos em todas as suas dimensões, não só a dimensão acadêmica, orientação para os estudos, a feitura de um trabalho etc., mas tudo. Tudo mesmo!

Significa dizer que um aluno que está com problema de relacionamento com outro aluno é atribuição do tutor. Significa dizer que um aluno que sente saudades de casa é também uma questão de que o tutor deve dar conta. Enfim, todas as dimensões: social, física, da saúde, acadêmica, todas as dimensões são trabalhadas nesse espaço aqui da tutoria.

Então, nesse primeiro momento, nós temos a base nacional comum do currículo. E logo depois da tutoria, nós temos a parte diversificada do currículo, que eu digo para vocês que comove a gente, mexe, porque é um lado do currículo muito interessante. Os alunos podem escolher o que querem fazer. São 100 atividades diversificadas, contemplando as quatro áreas do conhecimento.

Então, se um aluno quer fazer uma oficina, por exemplo, de texto jornalístico, ele tem. Se um aluno quer fazer uma oficina no laboratório para desenvolver um aquecedor solar de baixo custo – no nosso caso lá custa R\$32 cada aquecedor –, ele pode fazer. Se ele quer fazer alguma oficina artística no centro cultural, pode fazer. Se ele quer fazer uma oficina de inserção social, uma ação comunitária, pode fazer. Em suma, são mais ou menos 100 atividades diversificadas oferecidas para os alunos das 1ª, 2ª e 3ª séries, ao longo de toda semana. E eles podem escolher. Essas oficinas são ministradas a partir deste horário aqui: das 16h55 até as 20h15. Então, não tem monotonia, não tem cansaço.

Alguém que está de fora pode se questionar assim: “Mas é muita coisa. Será que esses meninos não ficam cansados?” Eu posso dizer para vocês, porque estou lá todos os dias convivendo e partilhando tudo isso com os nossos alunos. É de uma intensidade, de um movimento, de um dinamismo tão grande que, de vez em quando, claro, pinta um pouco do cansaço, mas eles gostam muito de fazer tudo isso, porque parte do interesse do aluno. Não é imposto, não é verticalizado. Aproveito até para introduzir um conceito de gestão escolar, que é exatamente esse de considerar o protagonismo juvenil, de trabalhar nessa linha do protagonismo juvenil, ouvindo os jovens. Essa escola precisa fazer sentido para os nossos jovens.



No documento orientador do programa do ensino médio inovador tem uma frase de que eu gosto muito: “A escola média brasileira precisa fazer sentido para os jovens”. Para ela fazer sentido para os jovens, ela precisa se abrir e entender que demandas esses jovens apresentam. E é isso que a gente procura fazer na parte diversificada do currículo.

Aos sábados e domingos, a escola funciona a todo vapor. Sábado pela manhã, nós temos a formação para o mundo do trabalho, em parceria com o Senac. Todos aqui conhecem e sabem do *know-how* que tem o Senac, da *expertise* que tem o Senac em oferecer cursos de qualificação e formação técnica para o Brasil inteiro.

Então, aqui nós temos oito cursos sendo oferecidos, e os alunos podem escolher. São cursos de qualificação. Então, o aluno faz um ano um curso, no ano seguinte faz outro. Ele pode sair da Escola Sesc com o ensino médio completo e três qualificações profissionais.

Sim?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Então, os alunos vêm... Qual o seu nome, por favor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Daniela, esses alunos vêm de todos os Estados do Brasil e do Distrito Federal, está certo? Eles são acompanhados à distância, evidentemente pelos pais. São alunos oriundos de famílias carentes. Nem toda família tem dinheiro para pagar a passagem aérea para ir à escola. Isso não acontece assim como a gente gostaria que acontecesse. Mas hoje temos a facilidade de usar os meios de que dispomos: telefone, Internet, Facebook. Enfim. Então, estamos sempre em contato com as famílias.

O Sesc também tem uma estrutura de videoconferência, que nos ajuda muito. Então, temos toda uma programação quase que mensal de conversa com essas famílias. E, nessas conversas, os alunos falam, os tutores falam, as gerências falam, a direção fala. Enfim. Então, eu diria para você que a distância não tem sido empecilho de troca com a família. Isso está sempre acontecendo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu gostaria de tocar... Como é o nome?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Daniela, a sua pergunta é muito boa, porque até põe em cheque uma coisa que eu venho defendendo muito: educação é escola e família. Tanto que essa semana, tive uma grande derrota aqui, porque eu queria colocar que o responsável que não fosse à escola dos filhos pelo menos uma vez a cada dois meses pagaria uma multa. Então, a sua pergunta é boa porque dá a impressão de que aí não tem família.

Sabe qual a resposta que eu daria? A escola é a família.



O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Tem o tutor lá presente.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Como eles estão lá dentro, ali o tempo todo, vira uma família com 500 jovens e um bocado de tios. Não tem pai, mas tio tem muito. Então, é a resposta que eu daria. Mas foi boa a sua pergunta.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Muito boa.

Eu ainda queria complementar um pouquinho essa reflexão que estamos fazendo. De fato, o clima organizacional é outro aspecto de gestão escolar. Ele precisa ser um clima favorável. É preciso que professor e aluno tenham não só uma relação de verticalidade, de autoridade, mas também uma relação horizontalizada, uma relação em que o aluno possa procurar esse professor a qualquer momento.

Normalmente, o professor atende quando está em sala de aula. Já vi muitos professores que quando saem de sala de aula, o aluno o procura, e o professor diz: “Não, depois eu tiro a sua dúvida; em sala de aula a gente pode conversar.”

Então, há uma visão que a gente precisa romper, e acho que conseguimos lá na Escola Sesc. Esse clima organizacional favorável, essa relação que os professores estabeleceram de confiança com os alunos em todos os espaços da escola, não só dentro da sala de aula, mas no restaurante, nos dormitórios, no *campus* de uma maneira geral.

Eu enfatizo exatamente o que o Senador disse. Acho que conseguimos lá ser a família para esse aluno e nos tornarmos uma referência afetiva para esse aluno.

A SRª JAQUELINE – Boa tarde.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Boa tarde.

A SRª JAQUELINE – Eu queria saber – porque ainda não foi mostrado e não sei se você vai mostrar – quais são os frutos que têm surgido durante esses cinco anos com esses alunos que ficaram lá. Quais as notícias que se tem? Qual o futuro promissor desses alunos?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Boa pergunta. Qual o seu nome?

A SRª JAQUELINE – Jaqueline.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Jaqueline. Boa pergunta. Eu tenho até um eslaide para falar sobre isso, mas vou responder e depois a gente pode adensar um pouco mais.

A terceira turma se forma no próximo dia 13 de dezembro. Quando você fala de frutos, está pensando em resultados. A escola, no primeiro Enem, ficou em 9º lugar no Estado do Rio de Janeiro e em 23º no Brasil. Do segundo, a gente ainda não tem os resultados. Temos até o resultado da escola, mas não o ranqueamento, que geralmente é feito pelos jornais e publicado.



Nos vestibulares, a nossa média de aprovação é de 95%. Das duas primeiras turmas, porque os resultados dos vestibulares nós já temos. Não temos da terceira turma, que está fazendo os vestibulares exatamente nesse momento. Mas das duas primeiras, a média é de 95%, sendo 88% ou 89% em universidades públicas e somando com o resultado das particulares são 95% de aprovação.

Mas temos outros resultados também significativos em olimpíadas, em concursos feitos Brasil afora. Eles sempre são muito interessados e querem participar; em desafios acadêmicos. Eu tenho até uma relação ali, que eu coloco num próximo eslaide, e acho que podemos passar para você também.

No exterior, nós temos dois alunos estudando – um de Minas Gerais e a outra aqui do Distrito Federal –, e agora está indo uma terceira, que vai fazer o quarto ano. Todo mundo aqui sabe que, nos Estados Unidos, são quatro anos. Então, o quarto ano é feito lá. Só que, para a nossa alegria, eles terminam o quarto ano, Senador, e não voltam, porque são talentos, desabrocham, desenvolvem-se e lá ficam nas universidades americanas.

Então, nós já temos dois, e a terceira, que está indo agora para os Estados Unidos, é do Rio Grande do Norte. Eu não sei se te respondi. Em linhas gerais, esses são os resultados. Daqui a pouco, eu acho que posso te dar mais informações. Está o.k.?

Então, à tarde, no sábado, eles têm o projeto social com aquelas atividades formativas, que eu já mencionei, e com a inserção. À noite, geralmente, como o espaço cultural fervilha o tempo todo, pulsa o tempo todo, há várias atividades acontecendo, e os nossos alunos podem participar tanto nas noites de sábado, como nas noites de domingo e ao longo da semana também.

Geralmente, nas manhãs de domingo e no período da tarde, eles vão – a escola é laica, é privada, é uma escola do Sesc, mas é de interesse público, e cada um tem a sua religião –, então, nós oferecemos também toda uma estrutura de transporte, eles estão sempre acompanhados pelos professores, e o que é católico vai à missa; o que é espírita, enfim, vai ao seu centro, etc. Então, para todas as religiões, oferecemos essa estrutura.

E geralmente, à tarde, eles vão ao supermercado, vão à praia, porque também precisam descansar e relaxar um pouco; vão ao centro do Rio de Janeiro, para conhecer um pouco toda a história e arquitetura da cidade. Enfim, há vários passeios, sempre pensados para o final de semana. Então, o tempo todo, a escola tem uma movimentação muito interessante.

Pode passar, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Estão dizendo que está explicado porque o senhor ama tanto essa escola, Senador.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – E para quem está assistindo, é preciso dizer que é grátis. Ou seja, é caríssima para quem não



tem, que é o Sesc, a Confederação Nacional do Comércio, mas o aluno não paga nada: nem roupa, nem comida, nem o livro.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Nada, nada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Nada, nada. Ganha alguma coisa? E ainda é possível ganhar alguma coisa. Ou não?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Os alunos monitores da 3ª série, na linha do praticante egresso, que é como se fosse um primeiro emprego, eles já ganham um salário.

Muito bem, então, no projeto pedagógico, é tempo integral, formação integral, integral mesmo, é o tempo todo. Tudo na escola tem um caráter formativo, tudo tem uma intencionalidade. A excelência acadêmica é uma busca de todos nós. A escola é residência. Eu já falei que são 15 alunos por turma.

Pode passar, por favor, o eslaide.

Esta é uma imagem dos alunos estudando. Eles podem estudar em qualquer lugar, pois não existe um lugar definido. Podem estudar na biblioteca, podem estudar na sala de aula, podem estudar em qualquer lugar do *campus*. O *campus* é *wireless*. Então, eles podem acessar a Internet em qualquer lugar do *campus*. Podem se deitar, podem se sentar, podem estudar do jeito que acharem melhor.

Então, é uma imagem bacana, que retrata esse momento de estudo, de troca.

Pode passar, por favor.

O currículo, então, tem uma abordagem humanista, é interdisciplinar, é contextualizado, os conteúdos são contextualizados.

Aqui, eu queria fazer uma reflexão com vocês.

A escola média brasileira se caracterizou ou ainda se caracteriza como uma escola enciclopédica. O professor geralmente enche o quadro negro, e o aluno é que se vira, ele tem de memorizar tudo aquilo. Não importa nem se ele aprendeu alguma coisa, importa é que ele tenha memorizado. Nós não acreditamos nisso. Nós apostamos as nossas fichas na contextualização dos conteúdos. Então, ao contextualizar, o professor adotou uma estratégia, o aluno aprendeu, avançamos. Ao contextualizar, adotou-se uma estratégia, o aluno não aprendeu, nós temos de buscar uma outra estratégia.

O nosso compromisso é com a aprendizagem, o tempo todo. Nós queremos que os nossos alunos aprendam. E nós, professores, queremos aprender o tempo todo.

Então, existe uma cultura na escola – eu sinto isso, porque eu já trabalhei em outras escolas públicas e privadas, e eu sou professor –, então existe uma cultura na escola, voltada não para o ensino, mas para a aprendizagem. Interessa-nos, lá, aprender. Aprender o tempo todo.

(*Soa a campanha.*)



O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Autonomia intelectual, pensamento crítico, foco na aprendizagem, aprender a aprender – como eu disse há pouco –. A avaliação é processual, não é só quantitativa, é uma avaliação também qualitativa. Não só avaliamos quantos pontos o aluno tirou em Matemática, quantos pontos em Língua Portuguesa. É lógico que isso também conta, mas é importante trazer também outros elementos para essa avaliação: a dimensão da relação interpessoal, a dimensão do respeito mútuo, a dimensão de uma convivência harmoniosa, a dimensão da participação efetiva. Enfim, todos esses conceitos são sempre levados em conta na hora da avaliação.

Por isso, ela é processual, não se dá num determinado momento e, depois, começa tudo como se nada tivesse acontecido anteriormente. Ela se dá ao longo dos três anos, ao longo do processo formativo dos nossos alunos.

Educação para a vida e para o mundo do trabalho, como já disse, com o Senac, mas não dualizando – ou é isso ou é aquilo –, mas colocando, como premissa fundamental, que educar para a vida é também educar para o trabalho.

Pode passar, por favor.

É outra imagem de estudo, de troca.

Pode passar, por favor.

Oficinas e estudos eletivos – já falei – são aproximadamente 100. Inclusive, agora, na Escola Aberta, Senador, Deputado, caro colega de Mesa, temos várias oficinas tendo a culminância na Escola Aberta, e uma delas, a Jovem ONU, que é uma simulação. Os alunos simulam como é que a ONU funciona, quais são os organismos da ONU, estabelece uma temática de discussão. Isso, no início, só dentro da Escola Sesc, agora já conseguimos trazer escolas públicas também, trazer escolas particulares para participar desse debate de simulação da Jovem ONU. Mas há várias outras ali, em várias áreas do conhecimento. Se eu fosse falar de cada um, certamente extrapolaria o nosso tempo.

Pode passar, por favor.

Os estudos de campo, que não são passeios, são estudos com intencionalidade pedagógica, com pesquisa. Aliás, a pesquisa é o princípio educativo da escola. Conseguimos romper com essa ideia de que pesquisa quem faz é a universidade, as escolas podem e devem fazer pesquisa. É preciso que o professor tenha perfil para isso, mas é importante realizar pesquisas dentro da escola. Então, nossos estudos de campo que acontecem em Petrópolis, São Paulo, Pantanal, Ouro Preto, Região dos Lagos, sempre têm um trabalho anterior, de recorte metodológico, teórico, de orientações. Depois, há todo o estudo mesmo em campo, o levantamento dos dados, o registro devido e os desdobramentos depois, porque eles voltam para a escola, com esses dados, e trabalham, para poder avançar.

Então, a pesquisa tem sido uma premissa muito importante da escola.

Pode passar, por favor.



Projetos sociais – também já citei alguns –, na linha da liderança servidora. A nossa ideia não é formar pessoas para se formar e para ser destaque no mundo do trabalho somente – isso, também, é importante –, mas a nossa ideia, acima de tudo, é formar pessoas proativas, assertivas e solidárias, que saiam da escola com essa preocupação de transformar o nosso País. Por isso a ideia da liderança servidora. E ela acontece, ela se materializa, nas diferentes oficinas que temos.

Ali é uma imagem do Brechó Cabide Moda Sustentável. Eles customizam roupas e, depois, vendem a preços bastante interessantes para as comunidades do entorno. Agora, as comunidades estão não só comprando como também participando da customização. Então, está sendo muito interessante também. Pode passar, por favor.

Olha a imagem do Brechó Cabide, pessoas da comunidade frequentando o tempo todo.

Pode passar, por favor.

Essa imbricação, também, educação e cultura tem sido sempre uma coisa também muito valorizada por todos nós. Então, atividades que acontecem, sendo pensadas por essas duas grandes áreas. O FesCriP é uma delas, que é um Festival de Criação Publicitária. Há sempre um tema a cada ano, e os alunos desenvolvem diferentes criações publicitárias, de forma muito criativa, e há um dia em que eles apresentam as publicações todas deles, e tem banca, tem premiação. Enfim, é uma coisa muito interessante que tem dado resultados muito significativos. E, por trás disso tudo, a gente trabalha a linguagem, a gente trabalha o tratamento da imagem, a gente trabalha a interdisciplinaridade, porque várias áreas estão ali presentes nesse projeto; tem a Literópolis, uma festa literária que é uma feira; Mostra Jatobá, mostra de documentos; Dancê, festival de dança; Palco Giratório, que é um projeto que transcende a Escola Sesc, é um projeto cultural presente em todos os Estados do Brasil, muito interessante também; Encontro das Artes, produtos de oficinas que são oferecidos lá também. Em suma, são vários projetos desenvolvidos nesse casamento, nesse *link* educação e cultura.

Por favor, pode passar.

Tecnologia também é um conceito interessante da gestão escolar. Então, eu já falei: o *campus* é *wireless*, cada sala de aula tem um projetor multimídia, cada aluno tem um *notebook*. Esse aluno recebe o *notebook*; ao longo de três anos, faz uso dele e, quando sai da escola, ele o leva, porque a gente acha que esse *notebook* pode ajudá-lo na questão da empregabilidade. O *campus*, então, é *wireless*, cada sala tem lousa eletrônica.

Pode passar, por favor.

E aí é a questão dos nossos professores, dos nossos docentes. Boa parte deles tem dedicação exclusiva, os professores que residem. Os RDs é que são os responsáveis pelos dormitórios, e os RAs são os professores que também



cuidam não dos dormitórios da vila dos alunos, mas dos dormitórios da vila dos professores.

Planejamento interdisciplinar e transdisciplinar. Esse tem sido um ponto bastante interessante da nossa gestão escolar. É importante que o professor tenha tempo. Não só tempo para a sala de aula, mas que ele tenha tempo para se sentar com outros professores de outras equipes, para problematizarem as suas disciplinas e depois construir um planejamento interdisciplinar e transdisciplinar. E isso não se faz de qualquer jeito; isso se faz com tempo. O professor precisa ter tempo e condições de trabalho para executar esse planejamento.

Remuneração compatível, que eu acho a gente oferece lá aos professores.

A tutoria a gente já falou.

Final de semana a gente já falou.

Outro ponto central da gestão escolar é exatamente o investimento que a escola faz na formação continuada de professores. Todos nós aqui sabemos, nós que militamos no campo educacional como professores, que só contar com a formação inicial dos professores é muito pouco. É importante que haja, sim, a formação inicial – ela é uma base importante –, mas é importante que esse professor depois, nas unidades escolares, tenha acesso a um programa consistente de formação continuada. E isso também é oferecido ao longo de todo o ano. O professor lá tem quatro tempos semanais para estudo, para pesquisa, para leituras, para resumos. Enfim, ele tem tempo para continuar esse processo formativo que eu mencionei.

Pode passar, por favor.

Bem, vamos à sua pergunta, que eu já respondi, sobre alguns resultados. Então, nós temos, em 2010, o 23º lugar no País, que eu já mencionei; o 10º, no Rio de Janeiro. Em 2011, a gente tem as médias publicadas pelo Inep: Códigos e Linguagem, 641,01; Matemática, 743,14; Ciências Humanas, 625,63; Ciências da Natureza, 628,73; Redação, 758,21.

E, ao lado, nós temos um quadro refletindo essas aprovações em 2010 e em 2011. Quanto a 2012, a gente ainda não tem os dados.

Pode passar, por favor.

Aqui estão algumas premiações, inclusive o Prêmio Darcy Ribeiro, recebido não no Senado, mas na Câmara, pelo trabalho da escola; Maratona Escolar Joaquim Nabuco; Olimpíada de História do Brasil, organizada pela Unicamp, em São Paulo; Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; etapa nacional da First Lego League; Intercolegial de Esportes; Festival de Literatura em Vídeo; Prêmio Questão de Crítica; e vários outros.

Pode passar, por favor.



Uma foto tirada logo após a Olimpíada na Unicamp, com um professor nosso de História, o Prof. Eduardo, e alunos. Nessa Olimpíada, eles ficaram com a vice-liderança. Na foto, eles estão ali comemorando.

Pode passar.

Quanto ao processo admissional, eu não sei se tenho mais tempo.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Já esgotamos.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Já esgotamos o tempo?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas, se tem alguma coisa importante, fale.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Eu só queria dizer assim: tanto os professores como os alunos, para entrarem na escola Sesc, passam por um processo seletivo muito rigoroso, muito exigente. E eu vou falar bem em linhas gerais. No caso dos professores, há prova de currículo, há prova aula, há entrevista, há dinâmica de grupo. E eu não posso esquecer aquela frase que o senhor cantou agora há pouco. E a nossa diretora tem uma frase interessante. Além de tudo isso, precisa arrepiar e os olhos precisam brilhar. Então, não basta ter só currículo, não basta ter feito uma aula expositiva, bonita ou uma aula dinâmica, interessante, mas é preciso arrepiar e os olhos precisam brilhar.

Então, isso é fundamental.

No caso dos alunos, eles fazem uma prova realizada em todos os Estados do Brasil. Nessa prova, nós cobramos os conteúdos de Língua Portuguesa, Matemática, Conhecimentos Gerais e Redação. Logo após, eles fazem uma entrevista e dinâmica de grupo também. O.k.? E precisam também vibrar, e os olhos brilharem para fazer parte desse projeto.

Muito obrigado. Desculpe-me se me estendi um pouco. (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É preciso brilhar na hora de entrar e é preciso suar na hora de trabalhar, porque a estabilidade depende de avaliação. Não é isso?

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – O tempo todo a gente avalia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – O tempo todo avalia. E já houve casos de pedir para ceder o lugar para outro professor. Não é comum.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Não é comum.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Já houve.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Mas já houve.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Bom, eu vou passar a palavra agora ao Walter Garcia.



A SRª VITÓRIA – Posso usar a palavra rapidinho?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só uma, porque a Srª Vitória manda aqui.

A SRª VITÓRIA – Não mando, não.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Depois, quem tiver pergunta faz depois do Walter.

Diga.

A SRª VITÓRIA – Eu fico satisfeita em ouvir tudo isso e, ao mesmo tempo triste, porque quando ouço um professor dizer assim: “vó, o que eu ganho aqui não estou aqui para educar filho de ninguém”.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Mas é isso que a gente quer mudar.

A SRª VITÓRIA – Quando você ouve um professor que disse que terminou a faculdade e diz “eu devia ter falo com você”, “eu devia ter trago para você”, pergunto: Professor, então, não há necessidade de que realmente o professor, antes de entrar em sala de aula, faça um curso, vá novamente para a escola, para aprender a ser professor?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro. Deve ser.

Professor Walter.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Obrigado. Eu gostaria, inicialmente, de agradecer o convite do Prof. Cristovam e dizer que estou imensamente gratificado pelas oportunidades desses contatos que a gente vem tendo ao longo dos últimos meses com um grupo extremamente motivado e interessado em fornecer alguns subsídios que possam ajudar a melhorar a educação no País.

Eu gostaria de registrar, antes de ler o meu resumo, dois eventos importantes que estão acontecendo neste ano de 2012, dos quais eu estou inclusive participando. São os 80 anos de lançamento do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi comandado por Fernando de Azevedo, um grande educador dos anos 30. E os 50 anos do Projeto de Alfabetização de Angicos, no Rio Grande do Norte, sob a orientação de Paulo Freire. E acho que são momentos que nos ajudam a pensar e a repensar muitas das nossas questões educacionais.

Eu preparei duas pagininhas. Prometo que não vou sair delas, para dar mais oportunidades de conversarmos. Isso, inclusive, é fruto das discussões no âmbito do grupo que o Senador convidou para trocar ideias com ele e ver de que forma podemos contribuir para a aprovação do PNE que está em discussão aqui no Congresso Nacional

Esta é uma oportunidade interessante da discussão sobre o Plano Nacional de Educação, porque nos permite um ajuste de contas ou um reajuste de perspectivas, como queiram, que a Nação tem de fazer frente ao que deixou de ser realizado. Temos de verificar o porquê de as coisas não acontecerem e



enunciar novos desejos para que essas mesmas coisas caminhem no sentido de que a educação seja aquela ferramenta capaz de alicerçar um futuro mais seguro e feliz para todos os que vivem neste espaço chamado Brasil.

Historicamente, já tivemos vários momentos desse encontro com o futuro, oportunidade em que poderíamos ter iniciado um círculo virtuoso, através da educação pública, que conduzisse o sistema educacional a algo semelhante ou próximo do que foi implantado em países da Europa e nos Estados Unidos.

Perdemos várias oportunidades. O futuro chegou e está passando. É curioso. A gente, quando é criança, ouve “vai mudar, vai melhorar”; mas a hora já passou para muitos, e estamos correndo atrás dos prejuízos. Um exemplo disso: os dados evidenciados por alguns analistas indicam que consumimos preciosos recursos em manter presídios de segurança máxima, onde a idade média está baixando cada vez mais e onde um presidiário custa, conforme as circunstâncias do local onde esteja, algo equivalente ao que gastaríamos para manter três ou quatro crianças numa escola pública regular.

Então, essa é uma questão com que eu tenho me preocupado bastante. Onde é que nós vamos parar com isso?

Parece-me ocioso discutir custos quando nos confrontamos com esta realidade que nos assombra todos os dias a respeito dos índices de infrações praticadas por jovens das grandes cidades.

A busca de um sistema educacional de qualidade passa, inevitavelmente, por um investimento maciço no papel do professor. Acerca disso, acho que há certo consenso entre nós, nessas discussões que estamos fazendo em vários lugares.

De pouco adianta fazer cálculos matemáticos como os que hoje realizam muitos pesquisadores competentes de nossa academia se não somos capazes de enxergar o essencial.

Se não oferecermos um salário que estimule as pessoas mais capazes a se dirigirem para a carreira docente e nela permanecerem, vamos seguir constatando o óbvio, em que nos mantemos ao longo destas últimas décadas.

Um professor que não pode ter sua casa, que não pode ter o seu carro, frequentar regularmente um cinema, um teatro, ter um bom computador, cuidar bem de seus filhos, viajar nas férias, atualizar permanentemente sua biblioteca, entre outras coisas que muitos de nós podemos fazer, porque fizemos uma carreira que nos permitiu essas oportunidades, pouco avançaremos na direção de uma educação de qualidade para todos.

E essas questões não são impossíveis de serem resolvidas. Outros países – e conheço vários países da América Latina que têm tudo isso – têm ano sabático, têm uma série de facilidades para que o professor se estimule e permaneça na sua função.



O Senador Cristovam defende que um bom professor, e todos devem ser bons para o trabalho que devem desempenhar, deveria ter um salário básico de R\$9 mil – isso é o que está num documento que vocês devem ter recebido – para se sentir atraído e permanecer na carreira como um profissional qualquer que vive do seu trabalho e para o seu trabalho.

Certamente, muitos acharão caro, embora não contestem se é caro ou não o salário de um bom engenheiro, um bom advogado, um promotor de justiça e outros tantos profissionais que também têm carreiras bem estruturadas e bem valorizadas.

Falta-nos coragem para fazer a lição de casa, em primeiro lugar, botar a casa em ordem. Isso implica decisões políticas corajosas.

Investir no professor salva o PNE – este que está sendo discutido agora – e salva o País de mais um fracasso anunciado, se persistirmos nos engodos que as grandes mídias veiculam com persistente intensidade.

Discutir percentuais do PIB – essa é uma forma, assim, de se esconder o essencial para não enfrentar a discussão – a ser investido através do custo aluno-qualidade pode ser muito estimulantes para examinar o passado, mas pouco resolve no nosso caso, porque ainda estamos correndo atrás das lições de casa que deixamos de fazer há 60 ou 70 anos.

Em estudo recente, por exemplo, que eu trouxe aqui se alguém quiser ver, o Prof. Nelson Cardoso do Amaral, da Universidade Federal de Goiás, escreveu o livro *Para Compreender o Financiamento da Educação Básica no Brasil*, publicado há três meses. Ele nos alerta que há certos engodos em que, às vezes, caímos quando queremos comparar números de realidades distintas através dos indicadores, como o percentual do PIB investido na atividade educativa. E cita um exemplo que, para mim, é bastante emblemático. Se nós fôssemos analisar o percentual do PIB investido em educação, a Bolívia investiria mais do que o Canadá. Agora, se compararmos a riqueza do Canadá com a riqueza da Bolívia, é possível verificar que o Canadá investe aproximadamente US\$7.731 por aluno/ano, enquanto a Bolívia investe US\$695,00 dólares por ano.

Então, é preciso muito cuidado com essas generalizações apressadas, e eu me baseio aqui em muitas coisas que o Daniel Cara, o Mozart já fizeram a respeito dessas questões, mas não custa insistir que esses temas devem ser colocados em discussão na hora em que estivermos votando o PNE.

Portanto, temos que adotar cautela extrema em relação a esses indicadores. E por aí fora caminhamos.

Eu não vou me alongar nessas discussões, porque depois eu gostaria de, eventualmente, tocar em outros pontos, mas insisto nesta questão: o investimento no professor para que ele seja profissionalizado. É uma das pernas desse rearranjo institucional.

O outro ponto que o Senador Cristovam tem discutido muito, além de ser uma coisa que me preocupa extremamente, é como nós vamos fazer um



ajuste entre as instâncias municipais, estaduais e federais para desenvolvimento da educação básica de qualidade em um País tão diferente, tão desigual como o nosso e no qual vivemos.

Anísio Teixeira, na sua visão de educador, com os pés nos chão, na década de 50, através do Inep, do qual ele era diretor, criou os Centros Regionais de Pesquisa Educacional, com escolas de demonstração por regiões, treinando professores. Eu me recordo – eu estava iniciando, no início dos anos 60, minha carreira – de que ele criou um curso chamado Contabilidade Escolar para que o professor do Amazonas aprendesse como ele iria fazer as continhas para distribuir os recursos que chegavam lá, porque não havia nenhuma metodologia.

Infelizmente, com o movimento de 1964, houve um processo de recentralização educacional, que causou dano, sobretudo, aos Estados mais pobres. Ninguém vai dizer que São Paulo ou Rio Grande do Sul ou Minas Gerais tem que fazer isso ou aquilo, porque há sempre um processo de negociação. Mas aqueles Estados mais carentes, mais necessitados até hoje permanecem reféns de fórmulas que algum gênio iluminado aqui em Brasília inventou: “Vai fazer assim”. Vão gastando, pulverizando recursos escassos que pouco acrescentam na construção de um sistema educacional de qualidade, como o Senador está defendendo e pelo qual está lutando há tantos anos.

Então, eu gostaria de deixar, Cristovam, apenas esses dados para que nós possamos dialogar e verificar de que forma podemos criar um mecanismo de gerenciamento tripartite, porque de nada adiantará aprovarmos um PNE sem algumas diretrizes que terão de ser ajustadas em nível regional. Às vezes, em alguns locais que têm certas especificidades, uns vão precisar mais de construção de prédios, outros vão precisar mais que cheguem professores para treinarem professores em serviço. Enfim, há uma série de situações muito peculiares e que não se fizeram anteriormente.

Houve um processo de recentralização que continua, a meu ver, com determinações quase que imperiais, que descem todos os dias: “Tem que fazer assim, tem que fazer assado”. E, assim, as coisas vão seguindo.

Então, acho que o PNE é um reencontro com a nossa história e com os nossos desafios, para ver que caminho nós vamos tomar nos próximos anos.

Muito obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Prof.

Walter.

Eu queria só complementar uma coisa: como é que, no documento que venho defendendo, chamado Federalização da Educação de Base, a gente cuida do casamento entre a gestão geral do sistema e a gestão de cada escola.

A ideia é que cada escola terá o seu diretor escolhido pelos professores – pode juntar pais, crianças –, mas só pode se candidatar para ser professor quem tiver um diploma de gestor escolar. Então, a gente cria escolas de gestão, para aprenderem essas tabelinhas que você falou, para entenderem como



é que se faz gestão de escola. Quem tiver esse diploma um dia se apresenta como candidato, e os pais, os professores, os alunos escolhem, com os funcionários. Isso mantém a democracia, mas também traz o talento, a formação. É diferente do pior de todos os mundos, que é o prefeito escolher quem ele quer, porque aí pode até haver um prefeito que escolha bem o diretor, mas muitos não vão escolher. Existe até um que quer escolher, mas o presidente da câmara de vereadores diz: "Se não botar a minha tia, eu não voto os seus projetos". E ele vai ter de colocar a tia do vereador.

Então, é a solução que eu venho defendendo, Deputado Pitiman.

Bem, hoje é sexta-feira, é bom que a gente não fique aqui até muito tarde, se não nunca mais vocês voltam aqui. (*Risos.*) De qualquer maneira, são quatro horas, e ainda podemos ter algumas perguntas, que eu prefiro sejam feitas em bloco, e depois a gente aqui responde.

Alguém quer fazer alguma pergunta ou algum comentário? (*Pausa.*)

Por favor.

A SR^a DEANA – Eu vi, em algum eslaide da Escola Sesc, um chamado Orquestra Jatobá. Chamou-me a atenção de perguntar se essa orquestra é formada pelos alunos, se existe uma proposta curricular de música, ou se são oficinas, como é que acontece.

Outra pergunta seria se esse modelo não vai ser repartido, se não vai ser compartilhado pelo Brasil, se existem iniciativas procurando a escola para copiar, enfim, para levar isso para outros Estados.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Qual o seu nome, por favor?

A SR^a DEANA – Deana.

O SR. ANTÔNIO FRANCISCO DE VIVEIROS JÚNIOR – Deana, você fez duas perguntas muito interessantes.

A primeira, a Orquestra Jatobá é uma orquestra da escola, constituída pelos alunos da escola e trabalhada pelos professores de música. Nós temos uma equipe que desenvolve um trabalho com a base nacional do currículo e temos outra equipe que conversa com essa, evidentemente, e desenvolve a parte musical durante as oficinas. Você perguntou se eram oficinas ou não. Então, essa orquestra tem oficinas, mas, ao mesmo tempo, eles têm atividades da base nacional comum. A questão das artes entra o tempo todo como um fio condutor. Quem organiza são os professores de música, com os alunos. Há momentos de ensaio, com todas as modalidades musicais, e há momentos específicos, nos quais, por exemplo, eles trabalham com alunos que vão aprender a tocar bateria, com outros que vão tocar instrumentos de cordas, com outro que vai estudar sopro. Enfim, a orquestra é da escola, é constituída pelos alunos e professores de música da Escola Sesc.

A outra pergunta foi em relação a iniciativas como a da Escola. O que a gente espera é que esse modelo da Escola Sesc possa impactar as



políticas públicas para o ensino médio no Brasil. Esse, no fundo, é o grande desejo nosso. Oxalá que o Brasil tenha outras unidades semelhantes em outros Estados, seja por intermédio do Sesc, seja por intermédio de outras instituições, mas o que a gente almeja é impactar de fato as políticas públicas, mudando o ensino médio, fazendo que seja um nível de ensino mais atraente, que seja um nível de ensino que faça sentido a esses alunos, enfim, mudar um pouco o rosto, a face do ensino médio no Brasil.

Então, a gente espera que isso aconteça. Obrigado.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Prof. Vamireh Chacon, mas vou pedir agora que, antes de serem respondidas, ouçamos todas as perguntas, e os que estão na Mesa anotem.

Prof. Vamireh.

O SR. VAMIREH CHACON – (*Fora do microfone.*) ...do ponto de vista oral, mas com relevância quanto ao conteúdo, que não é meu, mas de Anísio Teixeira.

Queria recordar ao Prof. Walter Garcia, que certamente se lembrou, mas não teve tempo de entrar em tantos pormenores, que a primeira experiência prática pedagógica no Brasil, e não por coincidência por Anísio Teixeira, foi a Escola Parque em Salvador, na Bahia. Pela primeira vez, em 1928, quando retornava dos Estados Unidos, ele trouxe ao concreto da experiência cotidiana dos professores e alunos de 1º grau e de 2º grau o aprendizado com as mãos, em que John Dewey tanto insistiu, e não apenas com a cabeça.

A segunda tentativa desse mesmo gênero de Escola Parque foi aqui em Brasília. Não sei exatamente o que aconteceu a ela depois de determinados episódios aqui ocorridos. É simplesmente um adendo para mostrar que, além do ensino universitário, ele se preocupou com o 1º e o 2º graus. E, do ponto de vista universitário, a Universidade do Distrito Federal, que é uma antepassada da UnB, era uma universidade dividida em departamentos e institutos. A primeira do Brasil não foi a USP, foi a Universidade do Distrito Federal, criada em 1934. Foi transformada, não propriamente extinta, no Estado Novo de Vargas, dentro da Universidade do Brasil, também, portanto, no Rio de Janeiro.

Da Universidade do Distrito Federal fez parte, como professores, um elenco de professores brasileiros – é bom que se frise – bastante longo e não apenas relativamente longo. Seria enfadonho repetir os nomes deles. Em última instância, Darcy Ribeiro, do ponto de vista de educação, é um discípulo continuador de Anísio, não propriamente em antropologia, que era o setor, a área intelectual de origem de Darcy Ribeiro, mas, do ponto de vista de educação. A Universidade do Distrito Federal é a UnB reciclada, se formos ver as estruturas como elas estavam organizadas.

Era só isso.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Você



O SR. MATEUS – Oi, meu nome é Mateus, sou da UnB, faço gestão de políticas públicas e queria saber o valor do curso da instituição da Escola Sesc.

Eu fiz uma pesquisa da escola de Quixaba e soube que ela ganhou o prêmio de melhor gestão pela participação junto à comunidade, que é a gestão participativa, junto aos pais, aos professores. Pergunto sobre o impacto da gestão participativa na gestão de políticas públicas do Brasil ao Deputado Luiz Pitiman, que deve estar sabendo mais desse aspecto. Dentro das instituições de ensino, para o Senador Cristovam. Qual a proposta dele, dentro dos aspectos regionais, já que o Brasil tem uma grande extensão e tem diferenças culturais, diferenças econômicas em cada região? Qual o aspecto desse desenvolvimento regional dentro da gestão escolar.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Você tinha perguntado.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – (*Inaudível.*) ... a origem desse modelo adotado pela escola Sesc, porque de onde vem, em cinco anos, um êxito dessa forma. Esse modelo, essa experiência exitosa assim, existe em outro País?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Alguma outra pergunta?

Pronto, terminamos. Podemos responder aqui, para cada um poder ir para casa sem raiva do encontro.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Ainda falta a minha, professor.

O SR. PRESIDENTE (Cristovam Buarque. PDT – DF) – Falta a sua também.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – O Prof. Cristovam falou no aluno que assiste à televisão e é castigado com o professor com um giz. Eu pergunto: onde buscar todos esses equipamentos para a nossa escola, principalmente porque nós a vemos aqui, no Distrito Federal, totalmente desabrigada de tudo? Onde buscar esses equipamentos modernos?

O SR. ANDRÉ – Boa tarde a todos e a todas. Sou André, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.

Eu vejo que, hoje em dia, nós estamos muito focados no aluno, sempre se fala no aluno. Mas eu percebo que há uma geração mais recente de professores, servidores, técnicos, que também precisam ser educados na questão da cidadania, valores, como um curso de gestão para um futuro diretor também ser dado para a comunidade geral de uma escola.

O mundo está caminhando para a maior transparência e um controle social. Só que nós nunca chegaremos lá se não começarmos a educar a comunidade, a sociedade, por controle. E isso passa pelo nosso tema, fortalecimento da gestão pública. Então, não teremos uma gestão pública fortalecida se não educarmos esse povo todo, não só o aluno.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É verdade. Você é mais aquela senhora lá atrás.



O SR. PAULINHO – Sou Paulinho do Ibap. Eu perguntaria se existe um projeto, nesse mesmo molde, para uma escola aberta com a sociedade. Porque eu vejo que são projetos de excelência, em uma escola fechada. Mas eu gostaria de saber se existe um projeto normal, que pudesse ser mais aplicado na sociedade.

A SRª MARIA DA GRAÇA – Sou Maria da Graça.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Poderia sentar-se e usar o microfone? Porque está sendo transmitido.

A SRª MARIA DA GRAÇA – No Brasil, existem muitas experiências positivas demonstradas. A Escola Dom Barreto, no Piauí, vem há tempos num comando de qualidade. A Tancredo Neves, no Rio de Janeiro, no ano passado, foi pontuada com 8,2. E várias outras.

Eu sou do Maranhão, atualmente estou no Rio Grande do Norte, em Natal. Visitei Angicos e chorei. Por que nós, que já estamos há muito tempo com os cursos de administração, que já tivemos a experiência de Hélio Beltrão e muitos outros, não fazemos a lição mais curta, que é do planejamento ao acompanhamento e o *feedback*? E por que não usamos as experiências positivas para reproduzir, não reproduzir em si, mas aproveitar?

Gostei da pergunta do último colega aqui, ou do penúltimo: é preciso educar os professores. Mas onde temos ainda saldo da educação do passado, vemos pessoas muito educadas, que a televisão não está dominando. E eu escutei também que, nos últimos 40 anos, o Brasil vem aprendendo mais com a telenovela do que com a família, a escola e a Igreja.

Eu espero que não deixemos para o ano seguinte. É de um dia para o outro que a gente toma uma decisão. Coragem, como recomendou o Prof. Walter. É o papel de todos nós. Se os senhores estivessem participando de Infância e Paz, talvez tivessem chorado ontem, escutando relatos de como nossas crianças estão à margem e de como os professores não estão nem dando conta de procurar o Ministério Público para fazer denúncias, porque têm medo do pai, desse, daquele e daquele outro. Somos nós, a sociedade civil, que temos de tomar providências urgentes.

Acredito no senhor, Senador Cristovam, e em todos. Lembro-me de que, quando fui pró-reitora e senhor era reitor – eu fui pró-reitora no Estado do Maranhão – e como eu admirava o seu trabalho! Estou achando o senhor e todos os outros muito lentos. A nossa juventude está na prisão, e eles não são maus, eles estão desprotegidos, desassistidos, sem oportunidade de educação. Depois que me aposentei, eu fui para a rua conversar. Os jovens querem, somos nós que não estamos fazendo. Então, gente, vamos acordar!

Eu nem peço desculpas a vocês pelo tempo que estou tomando. Eu estou pedindo urgência, porque, quando andava pelo Nordeste, bem novinha, eu ganhava no Estado do Maranhão, seis salários mínimos. Eu era professora de matemática para 20 horas, paga pelo Sr. Nunes Freire, Governador. Quando



Eduardo Portella era Ministro, eu ganhava – está lá na minha carteira – doze salários mínimos. Eu só ganhava isso porque tinha especialização. Outros ganhavam um pouco menos, mas trabalhávamos com Supletivo. Grandes cursos que havia foram abandonados. Por que não transformamos isso em política de Estado? Precisamos acudir o nosso povo.

Em 1972, eu ouvi uma poesia, só um pedacinho, o irmão do José Sarney escreveu: “José, meu irmão, olha para este povo, que está sem o pão.” Em 1953, Zé Dantas escreveu, Luiz Gonzaga cantou, pontuou o País inteiro, mostrou para todos nós, deixou escrito: “mas se você der uma esmola a um cidadão ou lhe vicia ou...” Aí vai dizendo: “façam barragens, pontes, e, quando chegar água nesse chão e der a plantação, nós pagaremos até os juros, não vamos dever à Nação.” Tem muita coisa por aí de que precisamos cuidar. Eu peço aos senhores que não deixem para depois. Muito obrigada.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Muito obrigada à Senhora. Vamos responder, eu vou responder a minha parte.

Professor Antônio.

O SR. ANTÔNIO – Então, tem duas perguntas. A primeira é sobre o custo, entendi que é o custo por aluno. Hoje, o nosso custo é em torno de R\$6 mil. A gente está trabalhando fortemente...

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Seis mil por mês ou por ano?

O SR. ANTÔNIO – Seis mil por mês. A gente está trabalhando muito fortemente e achamos que é possível viabilizar tudo que mostramos para vocês, entre R\$3 mil e R\$3,5mil. Não sei te dizer o custo da construção, porque isso entra na parte da arquitetura, da engenharia, que não domino, mas você pode me enviar um *e-mail* que te respondo, pois agora não disponho desses dados.

Acho que tem outra, você perguntou sobre a origem da escola. Ela é fruto do que falei anteriormente, das viagens que aquele grupo de trabalho fez. Visitou escolas americanas, visitou escolas cubanas, algumas europeias, reuniu todos esses modelos e se constituiu em um modelo que, eu diria, é um modelo americano, com algumas noções do modelo europeu e do modelo cubano. Essa é a origem.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Professor Walter.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Não sei se alguém tem mais alguma questão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Podia responder a uma, não deixar para o dia seguinte. Como é que a gente faz para apressar? E também educar professores.

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Essa é uma boa questão. Eu tenho a impressão de que uma das questões que começam a ser enfrentadas agora, através do Ministério da Educação – embora eu não saiba exatamente se é



coisa da Capes ou se é coisa da Secretaria de Educação Superior, porque cada um se mete em certos meandros – é que universidades têm um grande compromisso em dar um jeito na questão da formação de professores, e digo o porquê. Sou originário da Escola Normal.

Eu me formei, tenho anos de carreira e aprendi as coisas básicas que um professor deveria fazer na escola primária. Fui fazer Pedagogia – jamais foi caracterizado como um curso para formar professores, eles formavam um técnico de educação – e fui dar aula na educação superior, que era a única coisa para a qual servia a minha formação. Hoje, algum gênio no Ministério da Educação, aliás, são colegas nossos, quer transformar o curso de Pedagogia em curso de formação de professores na escola básica. Isso não existe! E eles não sabem como fazer, o pior é isso. Tenho acompanhado isso muito de perto, discuto isso com diversos colegas, com vários diretores de faculdades de educação. Eu sempre digo: “você criaram essa encrenca, agora resolvam, porque, realmente, nós agora estamos num mato sem cachorro com relação à formação dos professores da educação básica, professora.” Não sei se a senhora concorda, mas esse parece ser o nó que precisa ser desfeito.

A SR^a MARIA DA GRAÇA – (*Inaudível.*) ... da universidade, fiz mestrado lá em 1984. Recentemente, fui a Belo Horizonte, São Luís, Belém, e todo mundo parece relativamente descomprometido. O professor vai para a sala de aula, e um menino desse tamanho me disse: “o professor está dando aula e atende o celular.” Ele pode atender o celular? Não. Ele está atrapalhando a aula. E se ele precisar de uma urgência? A escola chama.

Eu andava de carro e não sabia o que era, mas me aposentei e comecei a ir para as paradas de ônibus para conversar. Aí a pessoa chega com uma agendinha e me diz: “vê para mim o número da Tereza.” Ela sabe usar o celular, mas o nome de Tereza ela não sabe ler, alguém colocou para ela na agendinha.

Ouvi os políticos dizendo Natal, há dez anos, é a capital com maior índice de analfabetismo. Em 1970 – eu já sou de idade –, eu fui aluna de Henriqueta Buarque, que nos ensinou a pegar na mão do pessoal para ensinar a ler. Eram quatro palavras: tijolo, enxada, e daí ia. Por que estamos assim?

O SR. COORDENADOR (Walter Garcia) – Paulo Freire usava *belota*.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Eu vou responder com a visão que tenho e, depois, passo para o Deputado Luiz Pitiman encerrar. A primeira pergunta, como levar para o Brasil? Não lembro quem fez, acho que foi você, não?

Temos que ter duas coisas: primeiro, como levar do ponto de vista técnico. Depois, como levar do ponto de vista político, porque é a política que define usar o dinheiro para a solução técnica.



Quero começar dizendo que é difícil levar essa proposta para o Brasil, mesmo daqui a muito tempo. É ótimo que ela exista, mas não é preciso que todas sejam assim. Para você ter uma ideia, as contas que faço, pagando R\$ 9 mil ao professor, com alunos inteligentes, tudo isso custa R\$9 mil por ano. Essa escola custa R\$72 mil por ano, porque ela é muito especial. É preciso haver algumas dessas, mas não duzentas mil, não há como fazer isso.

Essa tem a ver com a pergunta de por que vai tão devagar. Por que vocês vão tão devagar? Nós vamos devagar, os responsáveis por este Brasil, eu me considero um deles, porque temos dois tipos: uns que querem ir devagar, e eles ainda puxam a gente para trás. Então, eu, pelo menos, não vou mais depressa porque tem uma corrente me puxando para trás.

E aí vem o mais importante, essa corrente não é constituída só de políticos, mas também do povo, da população, porque a população tem o sentimento de suas necessidades imediatas, não das necessidades de longo prazo. Se fizermos a pesquisa “viaduto ou escola”, o povo prefere o viaduto, porque perde duas horas por dia para ir ao trabalho. Qual é a principal urgência dele? Se perguntarmos “põe uma cadeia ou uma escola”, o povo prefere a cadeia, porque está morrendo. Morto não vai para a escola.

Então, nós temos dificuldade em ter no Brasil uma consciência igual à sua. O que fazer? Fazer isso, aquilo, mandando pela televisão e convidando as pessoas para que despertem, porque, por mais que haja polícia e delegacia, sem educação, não se controla a violência. Ela vai aumentar, aumentar, aumentar. Daqui a pouco, está todo mundo preso. Aí, talvez, a gente estude. Então, é por isso que vai devagar.

Agora, continuando ainda essa parte, nós estamos indo devagar demais nas decisões. E as decisões que foram tomadas foram abandonadas. Os pioneiros propuseram isso há 80 anos. No começo dos anos 60, o Prof. Vamireh lembrou, aqui se fizeram algumas experiências. Foram paradas. Brizola fez experiências. Foram paradas. O Collor fez experiência de levar os CIEPs para alguns lugares. Foi parado. E a gente não faz. Não faz. Agora, eu tenho a impressão de que vai se fazer. E não é por um otimismo delirante, não. É porque está cada vez mais ficando claro que sem educação não há solução.

Hoje, quem não tiver o mínimo de educação não tem um emprego razoável. Eu gosto de contar que uma vez eu estava numa cidade chamada Maragogi, na praia, num restaurante, e o dono do restaurante – era um restaurante simples – trouxe para mim dois senhores, senhores ainda jovens, de seus 40 anos, e disse: “Esses senhores são europeus e estão aqui para investir em Alagoas.” E aí, sentaram para conversar comigo, e perguntei em que eles iriam investir. Eles disseram: “Não vamos mais investir. Nós desistimos.” Eu perguntei o porquê, e eles disseram: “Porque não encontramos mão de obra qualificada.” E aí, perguntei qual o ramo deles. “Criação de cavalos.” E até perguntei qual a formação de que precisam os seus vaqueiros. Aí, ele disse:



“Nossos cavalos custam R\$3 milhões. A gente não deixa na mão de quem não saiba ler a bula do remédio. E, como a maioria dos remédios são importados, tem que ler em inglês.” Eu disse: “Os seus vaqueiros leem inglês?” Ele disse: “Não. Não são vaqueiros. Não temos mais vaqueiros. Eu tenho veterinários, eu tenho profissional, eu tenho técnico de nível médio em zootecnia.” É assim que chama? “Eu tenho técnico de nível médio. Agora, tenho alguém que corta grama, que faz algumas coisas. Ainda, porque em breve vai ser um robô.”

Então, as pessoas estão percebendo. Outra vez, que eu gosto de contar, eu estive aqui em Brasília num restaurante, gostei da comida, e eu gosto de cumprimentar o cozinheiro. Perguntei quem era o cozinheiro, e me levaram lá. Não era cozinheiro, era uma cozinheira, o que já não é comum em restaurante. E, depois, nós temos um estereótipo de cozinheiro, é *gay*, com cara de pobre, meio mulato, e era uma loira que estava ali, jovem ainda. E aí, eu perguntei: “Com quem você aprendeu a cozinhar?” Ela me disse: “Claro que na faculdade. Eu fiz o curso de gastronomia.” Acabou o tempo em que a cozinheira aprendia com a tia.

Então, essa coisa vai despertar o Brasil, mas pode despertar para fazer como a gente sempre faz: divide a boa educação para uma minoria e abandona os outros. Mas eu não acredito que o povo está disposto a isso, embora ainda não tenha plena consciência. O maior problema da educação brasileira é o povo brasileiro perceber que ele tem direito também à educação, porque nós criamos um hábito no Brasil de que educação é coisa para rico. Uma pessoa pobre tem mais vontade de ter um carro bonito do que uma escola boa para o filho. Essa é a verdade. Uma família brasileira não compraria uma televisão num prédio igual à escola dos filhos, mas deixa o filho. Para comprar televisão, precisa escolher uma loja bonita, mas, para deixar o filho, você não se preocupa em ter uma escola bonita. Aí, não vai lá, não reclama, não briga. Como a gente discutia aqui, não transforma a necessidade em demanda.

Só para explicar: necessidade é a pessoa com fome na frente de um supermercado; demanda é uma pessoa com fome e com dinheiro no bolso na frente do supermercado. Como não é o dinheiro, são leis que a gente tem que criar. Esse é o grande desafio. Por isso que eu me bato tanto, querendo convencer a população pobre, primeiro, de que vai precisar educar seus filhos e, segundo, de que tem direito a educar.

O filho do trabalhador tem direito a uma escola igual à do filho do patrão. Agora não é de repente; demora. Mesmo essa escola levou cinco anos estudando. Para levar essa escola para o Brasil – não precisa ser igual –, mas para levar uma boa escola para o Brasil eu calculo que a gente vai precisar, para todo o Brasil, de 20 anos. Porque não há professor, gente. Se amanhã você pagasse R\$20 mil de salário para professor, você não conseguiria mais de cem mil pessoas capazes de serem professores. Alguns não têm a menor competência e outros têm a competência, mas não têm o gosto; eles vêm pelo salário e aí vão ser maus professores.



E isso eu chamo federalizar. É aí que vai acontecer, e responde a sua pergunta também: quando é que isso vai ser aberto para todos? Não é abrir essa escola para todos, porque aí não cabe. É replicar escolas boas que chegarão a todos. E eu defendo que seja feito por cidades. Todas as escolas de uma cidade a gente faz muito boas, com bons professores. Depois faz em outra; e em outra, como a gente fez com tudo. Não começou a indústria em todo o País. Aeroporto – não vou dizer que só havia em uma cidade, porque se houvesse só em uma cidade não adiantava nada – começou em duas cidades, para ir de uma para a outra, e depois faz em uma terceira. É isso que a gente tem que fazer.

Onde buscar os equipamentos? Um programa como esse vai permitir ter os equipamentos. Hoje pode buscar, mas um ou outro. Quando o governador Arruda criou o programa Adote uma Escola, eu e a minha mulher adotamos uma em Planaltina. E eu consegui uma lousa inteligente. Por quê? Conhecia um empresário que tinha uma feira de equipamentos. E aí eu fui à feira e, quando vi aquilo, eu disse: “por que você não dá um desses para uma escola, até porque você vai mostrar e o governador vai querer levar para todo canto.”. Ele colocou, e os senhores não têm ideia; ele pegou a lousa inteligente, que é esse computador em que você aperta o botão e aparece o sistema solar; aperta outro e aparece o cérebro; aperta outro em História e aparece o Lula falando, ou o Getúlio Vargas.

Pois bem, o diretor, como bom diretor, colocou nessa sala os alunos de 15 anos que estavam na 4ª série, estavam na hora de ir embora. E ele segurou todos eles, porque a escola ficou bonita, agradável, inteligente. Então isso só se vai fazer com um programa nacional; a confederação não consegue fazer mais de três ou quatro como esses, sinceramente; acaba o dinheiro deles. Sem falar que o Dr. Antônio deve ter muita dificuldade com o Conselho dele, porque eles preferem colocar dinheiro em outras coisas. Então, só o governo é capaz de fazer; agora o governo tem que fazer isso com o sentimento público, e aí pode fazer com uma escola administrada como se fosse privadamente pelos professores, ou por uma cooperativa de professores.

A outra é não deixar para o dia seguinte, é fazer isso aqui e brigar para que comece logo.

E, finalmente, eu fui visitar a escola Dom Barreto, eu fui lá visitar – fui lá visitar! –; é uma maravilha; as coisas muito simples, não é uma escola de luxo, mas sabe o que mais me surpreendeu?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – (*Fora do microfone.*) Jogar xadrez.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Não, não; jogar xadrez, ensinar japonês, alemão. O que mais me surpreendeu foi que eu fui à terceira série, a diversas turmas do terceiro ano, e os meninos já se preparando para o vestibular. Eu não encontrei um que quisesse ser professor. Eu não encontrei um! É trágico isso. E pior: o que mais queriam ser era advogados.



Poucos queriam ser engenheiros, porque o Brasil está desesperado atrás de engenheiros, e não havia.

Então, enquanto os bons não quiserem ser professor, não há futuro; não há futuro! Eu costumo dizer que esse Brasil só vai ser bom quando, ao nascer uma criança, o pai colocar no braço e disser: quando crescer, eu garanto que esse vai ser professor; vai ser um menino de sucesso na vida. Quem é que diz isso hoje?

Eu tenho um amigo – eu estou contando histórias verdadeiras –; que um dia desses conversou comigo e eu perguntei pelo filho. Cadê o fulano – chegando aí aos 18 anos –; e ele disse: “mas você não imagina, quer ser filósofo?”. Quer coisa mais culta do que um filósofo? Mas o que é que ele acha: eu gastei um dinheirão para esse menino estudar e agora ele vai ser filósofo? Porque ele não queria educar o filho; ele queria era que o filho tivesse um bom emprego. A escola era como se fosse uma caderneta de poupança: põe dinheiro ali todo mês e depois recebe de volta. Filósofo. Se for professor, é igual. Então, vi o Dom Barreto. Outra coisa; fui a Angicos também. Angicos, é preciso dizer para quem não sabe – os mais velhos sabem –, é a cidade onde Paulo Freire fez a primeira experiência de alfabetização de adultos, que foi interrompida pelo golpe de 64.

Conversei, na porta de uma escola, com um homem que vendia bombons, confeitos ou pipoca. Pipoca não havia, eram bombons. Esse homem me disse: “Estudei com ele, com Paulo Freire. Fiz o curso com ele, com Paulo Freire.” Eu lhe disse: “E você aprendeu a ler?” Ele me disse: “Não. Prenderam o homem antes.” E não aprendeu mais. Ou seja, a gente não está fazendo o dever de casa. Todo mundo sabe o que fazer, falta querer fazer. Aí precisa que o eleitor brasileiro queira botar no poder pessoas que também queiram. Se não, não vai acontecer. O político mantém o cargo no voto. Se o voto é para fazer escola, ele começa a defender a escola; se o voto é para fazer viadutos, ele vai defender fazer viadutos. Se não, ele fica defendendo escola e perde o voto. Aí não volta mais e deixa o lugar para outro. É isso o que a gente queria hoje: pela televisão despertar e mostrar que é possível ter boas gestões, como o exemplo de Jacarepaguá, do Sesc, como o que disse o Walter.

Concluo apenas passando a palavra ao Deputado Pitiman, que é Presidente desta nossa frente.

A Sr^a Vitória quer falar ainda?

A SR^a VITÓRIA – Só queria dizer uma coisa. Será que realmente todo mundo entende o que significa educação?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Boa essa.

A SR^a VITÓRIA – De um modo geral, todo mundo diz assim: você tem de ir para a escola aprender a ler e a escrever. Só. Mal e porcamente, perdoe-me a expressão.



O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – É uma boa ideia. Isso me permite responder a alguém aqui que falou da família, além de você...

A SR^a VITÓRIA – A educação, a meu ver, é um complexo de coisas. É você ter instrução, aprender a ter responsabilidade, ter disciplina, ter respeito a si mesmo para respeitar os outros. Tudo isso é educação. É um complexo e não apenas instrução. A instrução dá a base para você ter o conhecimento dessas coisas mais para que se forme realmente um cidadão.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Isso. Mas alguém aqui falou de família, além de você. Tenho o costume de dizer o seguinte: a educação, não só a instrução, tem tantos componentes quanto as pernas de uma centopeia, que não sei quantas pernas tem.

A SR^a VITÓRIA – Cem. O nome está dizendo: centopéia.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Ah, é. Está ótimo. Está vendo como a gente aprende! Isso confirma o que vou dizer. Sabe o que é? A educação é como uma centopeia. Você, conversando com um amigo, se educa ou se deseduca. Conversando com você, aprendi que centopeia tem cem patas. Na educação você está o tempo todo sendo educado ou deseducado. Agora, há duas perninhas mais compridas das que as outras: a escola e a família. Atrás, há umas perninhas que são maiores do que as que as outras que estão atrás e menores do que as que estão na frente. A mídia é fundamental e as igrejas também. Elas têm um processo educativo. Às vezes, deseducam também. Vamos falar com franqueza, mas tudo é educativo ou não educativo. A base é a escola. Família está virando uma palavra que significa algo que ninguém sabe direito o que é. Digamos então: escolas e responsáveis pelas crianças. A gente tem de fazer uma gestão da escola e motivar os responsáveis.

Passo a palavra ao Deputado Pitiman para fechar esta tarde.

O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Terminando só de responder à pergunta do nosso aluno da UnB, é preciso, cada vez mais, realmente, a profissionalização e a meritocracia. Com a profissionalização e o mérito de quem trabalha realmente chegaremos lá. Uma coisa que pediria: é importante o envolvimento da comunidade, da comunidade de educação sobretudo. Até gostaria de verificar... Nós temos várias regionais de educação aqui, no Distrito Federal. Há algum diretor ou diretora regional da educação do Distrito Federal? (*Pausa.*) Nós mandamos o convite para todas as regionais de educação do Distrito Federal, todos os gerentes regionais.

É preciso a comunidade de educação e a comunidade brasileira se envolverem. Como o Senador Cristovam disse, o político é movido pela comunidade. Ele é movido pelo voto que vem da comunidade. Então, é importante essa participação.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Só um detalhe: os bons.



O SR. LUIZ PITIMAN (PMDB – DF) – Exatamente.

Há uma diferença de gestão que eu gostaria de comparar – e eu ouvi aqui, com muita competência, o Prof. Antônio Francisco ter apresentado para todos nós. Isso que nós vimos aumenta a nossa responsabilidade de continuarmos trabalhando ainda mais para tentarmos atingir, pelo menos, um pouco do que vimos. Dois fatores me deixaram muito triste neste um ano e meio, praticamente, em que eu sou político.

Numa visita à Escola Classe 11, de Taguatinga, no ano passado, próximo ao meio-dia, uma escola de sistema quase integral, Prof. Cristovam – o aluno chega às 7:30, 8:00, e o pai vem buscar às 16:30, 17:00 –, a diretora e o corpo docente estavam ligando para os pais virem buscar os alunos ao meio-dia. Eu achei estranho. Eu estava fazendo uma visita técnica. Perguntei à professora qual o motivo disso. Ela me disse que estava faltando gás para fazer o almoço e, por isso, era obrigada a chamar os pais para buscarem os filhos. Eu disse: Diretora, não chama os pais. Eu vou dar o gás. Aí eu dei exatamente o valor para comprar o gás. Muito bem. Uma semana e meia depois, essa diretora me procurou e disse assim: “Eu preciso que o senhor assine uma declaração, e está aqui o seu dinheiro de volta.” Eu disse: Mas por quê? O que está havendo? “Estão me chamando e vão me demitir porque eu aceitei esse valor”. E isso me fez trabalhar ainda mais pela educação e estar junto.

No sábado agora, para ver o oposto, eu estava almoçando em Brazlândia, uma cidade do Distrito Federal, e uma professora me procurou no restaurante e me pediu o seguinte: “Deputado, faça alguma coisa pela educação.” Eu disse: mas nós estamos com a Frente Parlamentar de Gestão Pública. Temos o melhor coordenador nacional que nós entendemos de educação, que é o Senador Cristovam Buarque, e, juntos, estamos buscando fazer. Ela virou para mim e disse: “Precisa ser urgente e já, porque esta semana faltou sal na minha escola, porque não fizeram licitação do sal.” Então, novamente eu verifico que nós precisamos de um envolvimento da comunidade.

Quando vejo o Prof. Walter Garcia, do Instituto Paulo Freire, a quem quero agradecer por vir aqui e dar o seu depoimento para o Brasil inteiro que nos assistir, eu digo: Continue firme, professor! Continue firme! Há pessoas olhando e com esperança de que nós possamos melhorar a educação. Agradeço o senhor por ter vindo.

Quando eu vejo o nosso Prof. Antônio Francisco fazer uma viagem longa, vir aqui, trazer um depoimento, trazer um vídeo, eu digo: Professor, continue firme! Há um Brasil inteiro querendo alcançar o que o senhor já alcançou na sua escola. Continue firme!

Nós não podemos, em momento nenhum, nos ausentar do debate que o senhor está propiciando, Prof. Cristovam. Quero agradecer ao gabinete do Prof. Cristovam, através da Regina, que ajudou a organizar este evento. Justamente com pessoas como o senhor tem no seu gabinete, com a sua



disposição, eu lhe peço: Professor: não desanime. O cargo do Senador é transitório, o cargo de professor, a função de professor, é para a vida, para sempre. Não desanime. Continue, contra tudo e contra todos, se for necessário, com a disposição de dizer: se eu conseguir melhorar a vida de uma criança neste Brasil, estou satisfeito. Parabéns! (*Palmas.*)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Obrigado, Deputado.

Está encerrado o presente seminário.